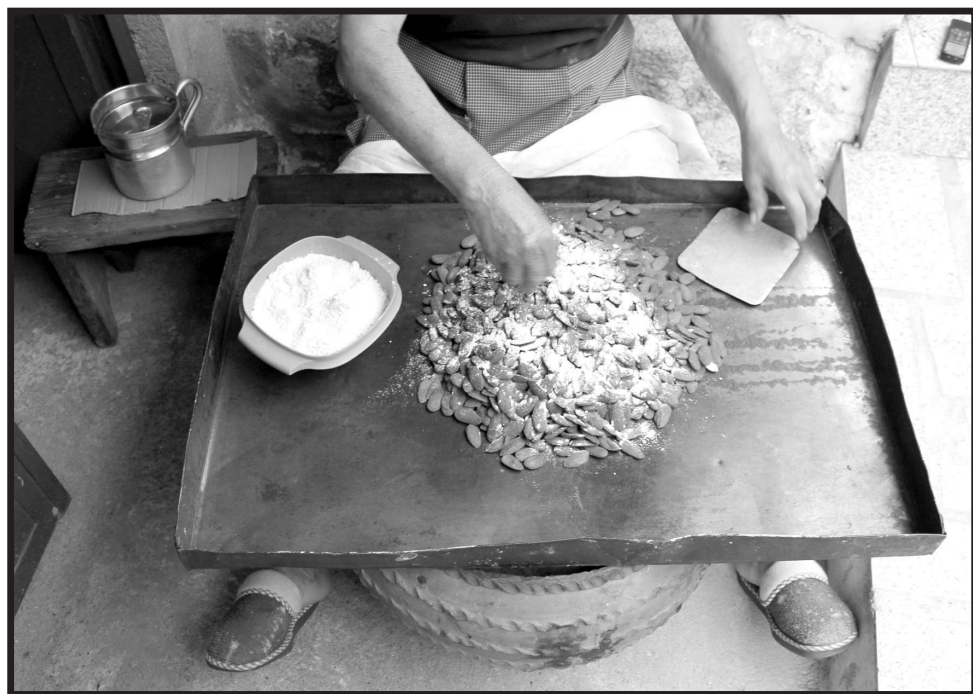


Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Tellus
63

Tellus, n.º 63

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / **Câmara Municipal de Vila Real**

Na capa: Processo de elaboração das amêndoas cobertas de Santa Eugénia (Alijó)

Vila Real, Outubro de 2015

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginado e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
63

Artur Botelho e Guerra Junqueiro

A. M. Pires Cabral

Guerra Junqueiro, pese embora o rótulo de ‘poeta da raça’ que alguns entusiastas lhe chegaram a colar em vida, não é propriamente o que se pode dizer um escritor consensual. Basta a própria natureza panfletária de muita da sua poesia e também da sua prosa para arregimentar contra ele, desde logo, aqueles cujos credos fulmina ou pretende fulminar, com o clero e os partidários da Casa de Bragança à dianteira.

Mas não é só a verrina sectária que desagrade a muitos dos seus críticos. Outros verberam-lhe as pretensões filosóficas, que consideram ocas. Outros ainda apontam ao próprio coração do poeta, condenando o bimbalar sonoro mas inconsistente dos seus alexandrinos, construídos muito para causar *frisson* gratuito, e apodam-no de simples versejador.

O caso de maior ferocidade crítica em relação a Junqueiro é, porém, um escritor vila-realense, hoje de todo esquecido, de sua graça Artur Botelho (1883-1940).

* * *

Num artigo de Edgar Ferreira, publicado no semanário *A Voz de Trás-os-Montes*, em 4 de Abril de 2002, lê-se: «Artur Botelho, depois de Camões, é considerado o segundo grande poeta épico português.» Ou seja: na opinião do colunista, em matéria de poetas épicos lusitanos é Camões — e Artur Botelho.

Anda aqui algum exagero. Defender os valores trasmontanos, sim, mas, que diabo, guardem-se as distâncias. Há aqui bairrismo a mais, frieza crítica a menos. Desde logo porque, para muito boa gente, épicos a valer em Portugal há só um — Camões — e os restantes são ‘paisagem’. De facto, o género épico não inspira muito

o comum dos nossos poetas, mais afeitos às ternuras e melancolias da poesia lírica do que ao clangor das trombetas de guerra, e nenhuma da dúzia de epopeias que se publicaram em Portugal depois de *Os Lusíadas* parece ser grande coisa. Mas antes da *A Europiada* — é este o título do mais conhecido poema épico de Artur Botelho — haveria talvez uns quantos títulos a considerar: o *Segundo Cerco de Diu*, de Jerónimo Corte Real, a *Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro, o *Viriato Trágico*, de Brás Garcia de Mascarenhas, o *Oriente*, do truculento padre José Agostinho de Macedo, que o próprio autor imodestamente julgava superior a *Os Lusíadas*, e mais uns quantos que agora não acodem à memória. Minto: acode também Manuel Duarte de Almeida, vila-realense como Afonso Botelho, autor de umas *Estâncias ao Infante D. Henrique*, que o Porto do seu tempo ovacionou com entusiasmo desbordante.

Edgar Ferreira, contudo, não está só. Na publicidade à *Europiada*, lê-se: «É seu autor Artur Botelho, cujas obras, sobretudo os dramas heróicos “Camões” e “O Mar Tenebroso”, o fazem considerar o maior poeta épico do nosso tempo.» Resta saber se este ‘nosso tempo’ é o tempo português ou o tempo mundial. Já agora...

A expressão ‘ser considerado’ é muita vaga. Quem considera? É preciso que haja consenso — ou basta haver algum familiar ou amigo que considere, para a rigor já se pode dizer que é considerado? Conviria muito que não déssemos demasiado valor às apreciações influenciadas por laços familiares ou de amizade, ou pelo bairrismo acrítico, ou ainda pela publicidade comercial, hiperbólica por definição — mas sim às de quem saiba da poda. E esses, a respeito de Artur Botelho, moita carrasco.

Porque em nenhuma história da literatura portuguesa encontro o nome de Artur Botelho, nem na qualidade de poeta épico nem em qualquer outra qualidade. É verdade que encontro um verbete sobre ele na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e outro verbete (com informação nem sempre coincidente com a do anterior, nomeadamente no que toca à bibliografia activa) no Vol. III do *Dicionário cronológico de autores portugueses*. Mas essas duas publicações todos sabemos da generosidade com que dão guarida a qualquer escriba, ainda o mais obscuro.

Pode nem ser essa — escriba obscuro — a designação que convém a Artur Botelho. Confesso que nunca li nem sequer vi nenhuma das suas obras, com excepção das que logo direi, e não me sinto por isso autorizado a pronunciar-me abertamente sobre a sua valia. No citado *Dicionário cronológico*, fala-se de «dramas históricos, em verso, obedientes ao modelo tradicional pós-romântico» e de «melodramas não menos convencionais de entrecho e factura». Convenhamos que não é dizer grande coisa. E se algum talento assinalável luzisse nessas obras, não pesaria sobre o autor o silêncio que pesa. Aposto dobrado contra singelo que foi um escritor mais que modesto, que deve ele próprio estar abismado, lá no outro mundo, de que alguém neste o considere o nosso segundo maior épico. E daí talvez não. Como veremos adiante, tem-se Artur Botelho em não pequena conta.

Este Artur Pereira Botelho de Araújo, natural de Alvites, freguesia de Mouçós, concelho de Vila Real, viveu a maior parte da sua vida útil no Porto, onde, lado a lado com as suas ocupações profissionais (funcionário dos caminhos-de-ferro e mais tarde do Porto de Leixões), foi compondo uma obra literária de certa dimensão. Foi igualmente adquirindo uma cultura apreciável, sobretudo no campo da filosofia, que mal diríamos compaginável com as rotinas de uma vida de manga-de-alpaca. O jornalismo também o tentou. Foi redactor (talvez por vocação, talvez por determinação dos seus chefes) de *O Rápido*, órgão dos empregados ferroviários, que se publicou em 1916-1917, e, seguramente mais importante do que isso, foi co-fundador, redactor e proprietário da revista *Ideia Livre*, publicada no Porto entre 1912 e 1916.

A sua obra, ao que pude apurar, é constituída por um livro de versos (*Alma lusitana*, 1914), dois dramas heróicos (*Camões*, 1919, e *O mar tenebroso*, 1928) e *Guerra Junqueiro Falso Poeta*, que constitui o pretexto para esta crónica e de que falaremos adiante mais miudamente. Quando morreu, tinha para publicar (socorro-me da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*) uma tragédia em verso, um livro de líricas, um livro de sátiras e dois dramas regionalistas em prosa.

A sua coroa de glória terá sido, creio, a citada *Europiada*, um poema épico sobre a I Grande Guerra, em 25 cantos e 2550 estâncias de oitava-rima, à semelhança de *Os Lusíadas*. Neste particular da extensão, pelo menos, a *Europiada* deixa a perder de vista o poema de *Camões*, que não vai além dos 10 cantos e 1102 estrofes, se não erro as contas.

Publicou-se no Porto, entre 1935 e 1937, em vinte fascículos mensais, de que pude ver dois ou três na colecção de um amigo. Vendia-se o fascículo à razão de dois escudos cada. A edição é do irmão do autor, Alfredo Pereira Botelho de Araújo. Foi esse poema que lhe mereceu, da parte de alguns exaltados, o título de segundo poeta épico português. Deixo aí a primeira estrofe:

Eu canto a Grande Guerra que, no mundo,
Correu como um tufão de fogo insano,
Das altas regiões do céu profundo
Às entranhas da terra e do oceano;
E os seus chefes de génio mais fecundo,
Que, vibrando num alto ideal humano,
Tiveram a sublime e ingente glória
De levar tantos povos à vitória.

Pela amostra, não junto a minha voz nem dou o meu *placet* aos que veneram o génio épico de Artur Botelho. Mas enfim, gostos são gostos, e nada mais caprichoso e inexplicável do que os gostos.

Aquelas ‘altas regiões do céu’ e ‘sublime e ingente glória’ mal disfarçam o desejo, talvez compulsivo, de emular Camões.

Quanto à forma poética, diz-se no resguardo que capeia os fascículos: «A oitava, que é a mais bela forma da epopeia, e que atingiu o seu maior esplendor nos *Lusíadas* e na *Jerusalém Libertada*, perdeu muito do seu brilho nos poetas que tentaram imitar o nosso divino Camões; mas, neste poema, ela é resgatada do desaire que sofreu, pois é tratada com a maior elevação e aticismo, à luz do mais alto ideal e apurado gosto do nosso século. O ilustre autor alicerçou o seu formoso poema — que há-de brilhar ao lado dos mais belos da humanidade — na ciência moderna e na mais nobre e transcendente filosofia.»

Cheira-me ser isto — Deus me perdoe se tresleio — do próprio punho de Artur Botelho. Seja como for, não é dizer pouco. Ou seja: os poetas épicos posteriores a Camões e Torquato Tasso e anteriores a Artur Botelho não fizeram senão maltratar a oitava-rima. Coube a Botelho redimi-la no formoso poema intitulado *A Europíada*, onde, pelos vistos, há tanto de literatura como de ciência moderna e de transcendente filosofia.

Estes publicitários são uns exagerados.

* * *

Mas basta de *Europíada*, que nos está a desviar do propósito desta crónica.

Há meia dúzia de anos, tive o ensejo de encontrar num alfarrabista o livro *Guerra Junqueiro Falso Poeta*, de Artur Botelho, que tenho aqui à mão. Saiu dos prelos dos editores portuenses António Marques e Salvador Pinto, com depósito na Rua do Carreio. O meu exemplar, muito esfarrapado, a inculcar longo e diuturno manuseamento, é o n° 2425 do 3° milhar e traz a chancela do autor como garante de autenticidade. Data: 1923 — por sinal, o ano do falecimento de Guerra Junqueiro. Preço à época: 12\$50.

Mereceu-me desde logo admiração o facto de o livro ter tido, pelo menos, uma tiragem de três mil exemplares. Outros tempos: ainda não havia televisão a disputar leitores. Ou seria efeito do título, a sugerir escândalo literário? Provavelmente sim. Quero crer que a obra tenha sido composta anteriormente à morte do poeta e possivelmente encorajada pela publicação em 1920 do ensaio “O caprichismo romântico do Sr. Junqueiro”, de António Sérgio, que deu o mote para a demolição do controverso autor da *Velhice do Padre Eterno*.

O livro leva na capa o subtítulo de *Análise da Velhice do Padre Eterno e dos Melhores Trechos de Todas as Outras Obras do Mesmo Autor*. Análise é um eufemismo; na verdade, trata-se de um ataque ferino de quinhentas e tantas páginas à obra poética de Junqueiro. Quem acaso o folheie ao desenfado — o que eu próprio faço com muitos livros que me cheirem a estopada —, ficará perplexo com a quantidade de fel

derramado página a página. Nunca Guerra Junqueiro terá tido tão atrabiliário e pertinaz detractor — e teve muitos e qualificados, como sabemos. De entre os inúmeros insultos — dificilmente se lhes poderá chamar outra coisa — usados, registamos apenas esta amostra, que parece suficientemente elucidativa: ‘reles poetastro’, ‘caricato e ridículo verzejador’, ‘burlesco e miserável manipanso’.

Tem de haver uma razão para isso, qualquer coisa mais concreta do que simples discordâncias estéticas ou desencontro de credos. E, com efeito, cedo se declaram preto no branco as razões de tanta sanha. Artur Botelho estava ferido de asa.

Abre o capítulo I com um arrazoado onde, mal disfarçado de irónicos elogios, algo parece já anunciar a severa tunda que aí vem:

«De todos os nossos literatos contemporâneos, é Guerra Junqueiro, o que goza de maior renome. Não há homem ilustre que não se curve e sinta pequenino em frente do gigante de pensamento, cognominado o maior génio da raça latina. Mas outros, achando ainda pouco, chamam-lhe o maior poeta da humanidade, em todos os tempos, como o grande tribuno Alexandre Braga, em um dos seus formidáveis discursos parlamentares.

Quer dizer: O Ramayana, a Iliada, a Eneida, a Bíblia, a Divina Comédia, a Jerusalém Libertada, o Paraíso Perdido e os Lusíadas são inferiores à obra divina de Guerra Junqueiro.

Os críticos mais ilustres quedam-se, extáticos, ante esta rara divindade, e dizem, de joelhos, que os seus versos são tudo o há de mais belo e perfeito, acrescentando não existir ninguém que seja capaz de lhe fazer a mais ligeira correcção.

Assim deve ser, na verdade; pois admitir o contrário seria negar sacrilegamente o fulgor do seu génio, que então já deixaria de ser o génio mais sublime que tem existido na terra.»

Para logo entrar a matar:

«Também a minha admiração por ele era tão profunda que me levou a oferecer-lhe as humildes produções do meu espírito, como um ignorado peregrino que vai depor os seus ex-votos no altar da sua devoção. Mas, ó vergonha eterna!, ó mágoa infinita!, o senhor Guerra Junqueiro tão elevada tinha a sua fronte que nem sequer pôde atentar em mim!

A minha sensibilidade ofendeu-se com a arrogância e o menosprezo do grande poeta, e, desde esse momento, verdadeiramente revoltado, gerou-se no meu espírito a ideia da desforra.»

Voilà. Artur Botelho sentiu-se despeitado e é esse despeito de se ver olímpicamente ignorado por aquele que nesta altura do livro era ainda (mas já ironicamente) ‘o grande poeta’ que guia o seu espírito e a sua mão sedentos de vingança. Pelo menos tem a franqueza de confessar o móbil da desanda. Mas dá-nos pé para pensar que, não tivesse Junqueiro ignorado acintosamente os versos do jovem poeta, nunca teria saído à luz do dia o livro de que nos ocupamos, que constitui, assim, um acto de pura desforra.

Segue-se o tal meio milhar de páginas de crítica cerrada. Não digo que não haja

nelas momentos em que o autor discorre com acerto. Mas se muitas vezes a crítica é imprecisa, outras vezes toca as raízes do grotesco.

Ao fim e ao cabo, não é apenas Junqueiro que sai malferido desta saraivada de bordoadas: o livro acaba por ser um verdadeiro requisito contra a própria poesia. Toda a imagem, toda a metáfora, todo o devaneio de estilo são fustigados — tudo isso é acessório. Um hino à literalidade, a subalternização da arte. Como se poesia fosse contar sílabas e rimar dor com amor e nada mais. Pondera Artur Botelho a páginas 502, já na fase final das suas alegações: «A poesia, que é uma emanção da alma, deve ser natural e espontânea e nunca suplantada pela arte; ela é o sentimento do belo, do sublime e do ridículo, por isso, não pode confinar-se aos estreitos âmbitos do mecanismo do estilo, das metáforas, das antíteses, dos epítetos e das imagens.»

A coisa percebe-se melhor com alguns exemplos.

Comentando o verso junqueiriano ‘Estes golpes cruéis, estas horríveis dores’, escreve Botelho judiciosamente: «Verso redundante. Nos *golpes cruéis* já estão incluídas as *dores*.»

Outro exemplo. Comentando as palavras de Cristo para Judas, no verso ‘Eu tenho até prazer, bem vês, no sacrifício’, Botelho sentencia: «O *bem vês* do 4º verso está mal. Além de ser frouxo, o Judas não via Cristo do lugar onde estava.»

Argumento de peso, como se vê.

Outro exemplo ainda. Junqueiro escreve, no poema “O melro”: ‘Recolhiam-se a casa os lavradores./ Dormiam virginais as coisas mansas:/ Os rebanhos, as flores,/ As aves e as crianças.’ Botelho comenta: «Que é isso do *dormir virginal*? Então à hora do crepúsculo já *dormiam os rebanhos, as flores, as aves e as crianças*?»

Ou este outro. Os versos ‘Chegou a coisa a termo/ Que o bom do padre cura andava enfermo’, do mesmo poema, estão errados porque (Botelho dixit) «o facto do melro comer os trigais (!) ao cura não era motivo para que *andasse enfermo*. Demais, o enfermo não anda; está na cama.»

Não raro, o assanhado crítico, qual árbitro ou sacerdote da pureza poética, permite-se corrigir Junqueiro. Em vez de ‘Ó almas que viveis puras, imaculadas’, propõe: «Ó almas que viveis joviais e imaculadas.» Elimina o pleonismo, é certo; mas introduz arbitrariamente um elemento estranho — a jovialidade — que podia não estar nem no pensamento nem nas intenções de Junqueiro.

O verso ‘Como uma harpa eólia a cantar a distância’ provoca-lhe uma autêntica girândola:

Este verso devia ser:

Como som duma harpa a vibrar a distância,
ou como o poeta quis dizer e não soube:

Como um som de harpa eólia a vibrar a distância,
ou ainda melhor:

Como voz divina cantando-me a distância.

Impagável, na verdade. Por vezes o riso torna-se irreprimível.

Se por acaso em algum poeta tivesse surgido um verso parecido com ‘Voa, pensamento’, Artur teria condenado: ‘Não pode ser. O pensamento não tem asas.’

E que diria ele, se para aí estivesse virado, dos versos do seu venerado Luís Vaz «Se de humano é matar uma donzela/ fraca e sem força», referido a Inês de Castro, que, mãe de três filhos, não podia à luz desta concepção literal da poesia ser contada no número das donzelas?

Quanto ao ‘fraca e sem força’, fulminaria: ‘pleonismo!’ — como os juízes do Santo Ofício fulminavam: ‘anátema!’.

Quanto ao resto, estou que substituiria ‘donzela’ por ‘manceba’, que era na verdade a condição que convinha à bela espanhola. Mas, se é certo que metricamente a substituição não causava estorvo, toda a estrofe teria de ser corrigida por causa da rima. As piruetas que o génio poético de Artur não seria obrigado a fazer sobre a serena beleza dos versos camonianos — tudo em nome de uma poesia submissa à realidade e à lógica.

Não há dúvida: Artur Botelho é um autêntico *bulldozer* demolidor de toda a liberdade poética.

* * *

Não seríamos no entanto inteiramente justos se não reconhecêssemos em Artur Botelho uma certa capacidade argumentativa (que por vezes se destrambelha, é certo), um apreciável domínio do Português, um vocabulário extenso e uma surpreendente cultura geral. Cita profusamente os filósofos antigos e modernos, chama pelo nome às suas teorias e doutrinas. Mostra-se lido nos principais autores do seu tempo e de tempos anteriores. O que o perde, nesta agressiva manifestação de falta de *fair play*, é a voragem do sarcasmo, muitas vezes chocarreiro, pedido de empréstimo ao génio polemista de Camilo sem no entanto lhe chegar aos calcanhares.

Os capítulos XXIX e XXX abrem um espaço de refutação diferente do anterior e também dos que se lhe sucederão. Agora, não zurze directamente Guerra Junqueiro, antes se dedica a refutar todos aqueles que tiveram a ousadia de dizer palavras elogiosas a respeito do poeta da *Velhice*: Júlio de Matos, Teixeira de Pascoaes, Augusto de Castro, Gomes Leal, Gonçalves Viana, Raul Brandão, Leonardo Coimbra e tantos outros. Isto é: estavam todos equivocados e só ele, Artur Botelho, detinha a razão e a defendia distribuindo espadeiradas a torto e a direito. Levam todos por tabela.

Em alguns momentos em que a modéstia e a razão parecem abandoná-lo de todo, escreve coisas como esta: «A nossa ignorância deu foros de génio a esse anão e sublimou-o às maiores alturas, deificando-o, e foi preciso que um homem, obscuro e humilde como eu, mas que raciocina e se esforça por conhecer a verdade, aparecesse de

camartelo em punho para fazer ruir o pedestal em que se levantava, radioso e ovante, tão burlesco e miserável manipanso.»

É caso para dizer que não tinha em pouca conta a sua competência justiceira e iconoclasta, o obscuro e humilde (palavras suas) homem de Alvites.

* * *

Ultimava eu este texto, quando me vem às mãos, casualmente, um velho número de *O Vilarealense*, de 30 de Janeiro de 1941, que dedica toda a primeira página, com continuado na segunda, a um artigo sobre Artur Botelho, ilustrado com a fotografia do escritor. Nem de propósito! Por ele fiquei sabendo mais alguma coisa acerca desta figura singular, e peço licença para disso fazer ciente o Leitor.

O artigo, assinado por Fernandes da Silva, foi escrito a pedido do jornal, que desejava dessa forma evocar o escritor no primeiro aniversário da sua morte.

Depreende-se da leitura que António Fernandes da Silva foi grande amigo e admirador do nosso poeta. Foi também seu companheiro (juntamente com um terceiro, de nome Pinto Ferreira, também poeta) de uma aventura de imprensa, a já aludida revista *Ideia Livre*. A revista, que se definia como ‘Mensário de ideias, factos e comentários’, era de feição republicana — e já sabíamos, da leitura de *Guerra Junqueiro Falso Poeta*, que era esta também a orientação política de Artur Botelho.

O artigo é pois uma espécie de necrológio a um ano de distância. Nele se enumeram as grandes perfeições morais, intelectuais e até físicas de Artur Botelho. Compreende-se: são palavras de um amigo ainda mal conformado com a morte de outro amigo. Confessa Fernandes da Silva: «E que belo carácter, que amigo firme, que espírito elevado, que coração diamantino nele encontrei! [...] Artur Botelho era bom e simples, leal e franco.»

A morte, sobretudo a morte de um grande amigo (como seria o caso), torna-nos a memória muito selectiva. Como em todos os necrológios, são recordados, e acaso exagerados, os aspectos positivos, e calados eventuais aspectos negativos.

Da leitura do artigo coligimos elementos que de algum modo ajudam em parte a explicar a inclemência de Artur Botelho para com a obra de Guerra Junqueiro: «Austero em tudo, também na poesia não tolerava descuidos, licenças ou facilidades que infringissem as rígidas normas da metrificação. [...] Era irredutível nas suas atitudes. Ainda não conheci ninguém com tão forte como legítimo orgulho.»

O articulista tem em grande conta o talento do seu amigo: «Para um juízo crítico da figura literária de Artur Botelho não bastaria um volume», diz ele. E avança uma explicação para o lugar subalterno que o vê ocupar na bancada das letras: «Nunca deu um passo para que os jornais se referissem aos seus livros e desdenhava e repelia os ensejos que se lhe ofereciam para estabelecer relações com jornalistas. A esse

capricho se deve não ter ainda a sua obra e o seu nome o realce que merecem na literatura nacional.»

É certo que, nessa altura como hoje, era importante para um escritor ter o que se chama ‘boa imprensa’ para poder singrar e obter reconhecimento. Mas, mesmo sem conhecer a maior parte da obra de Artur Botelho, arrisco-me a dizer que aquele seu retraimento só em mínima parte justificará a posição secundaríssima que ocupa nas letras portuguesas e que não melhorou (antes pelo contrário) com a passagem do tempo.

Um apontamento final sobre um traço inesperado de Artur Botelho: a sua atlética compleição física, aliada a uma «robusta personalidade». «Nunca provocou ninguém, nunca troçou de ninguém. Mas a sua fama de valente tentou muitas vezes a bazófia dos célebres da desordem e da zaragata, que não resistiam a desafiá-lo. Não vacilava. Sempre os afrontou de cara, sem demora, e por tal maneira se havia, que jamais a sua hercúlea musculatura saiu diminuída dessas lutas.»

Parece isto quase um eco do tempo dos pundonorosos ‘leões’ do Guichard e do Águia de Ouro, no séc. XIX, que volta e meia se envolviam em brigas gratuitas e até em duelos. Camilo Castelo Branco fala dessas coisas melhor que ninguém. Artur Botelho, pacato chefe de família, aplicava o seu cabedal físico a punir os ‘leões’ que o provocassem, não os deixando, como se costuma dizer, ir sem resposta.

Transpondo esta informação para o cerne desta crónica: Guerra Junqueiro provocou-o e ofendeu-o com o seu descaso; Artur Botelho tirou desforço crítico da afronta, como o tirava, físico, dos tais «célebres da desordem e da zaragata» que o desafiavam.

E todavia, este Hércules, segundo Fernandes da Silva, «forte como o aço, justiceiro como poucos, era dotado de um coração cuja sensibilidade surpreendia. A cada passo o via com as lágrimas nos olhos, tocado de ternura pelas coisas mais simples.»

Os seus últimos anos não foram felizes. Transferido para Lisboa, longe das duas filhas que eram todo o seu enlevo, só anseia por «saborear a vida, livre, enfim, das obrigações burocráticas, despreocupadamente, numa velhice feliz, na paz deliciosa da sua cantada aldeia, embalado pelos carinhos e pela jovialidade daquelas que eram toda a sua vida.»

Depreende-se do artigo, algo confuso neste ponto, que não o terá conseguido. Morreu antes de concretizar o sonho, vítima de uma doença que, fiado na sua robustez física, não quis tratar. «Teve no entanto a sorte de cair de pé, inteiriço como sempre viveu, forte na sua vontade de triunfar e cheio de fé nesse triunfo.»

* * *

Mas esta crónica estava destinada a não acabar aqui. Abriu-se-me inesperadamente a oportunidade de comprar num alfarrabista um exemplar, também muitíssimo

esbandalhado do muito uso, da *Alma lusitana*. Por sorte, está autografado: *Ao meu amigo de infância Germano [?] Costa oferece o autor*. Traz o retrato do poeta estampado na página oposta ao frontispício.

Mal o recebi pelo correio, abri-o e li uma dúzia de poemas, para ficar com uma ideia mais fundamentada da poesia de Artur Botelho e saber se teria errado ou acertado nos palpites que deixei atrás. Li uma dúzia, e mais não li porque são versos que, não obstante a factura escorreita, respiram *déjà lu*. É esse o mal de Artur Botelho: o epigonismo, a nenhuma novidade. É uma poesia laboriosa, mas previsível, igual à de tantos poetas que pululavam no Porto da época (e no resto do país, claro), ainda com a casca do ovo do romantismo agarrada ao traseiro. A esta poesia de Artur Botelho o terão conduzido as evidentes, abundantes e frutuosas leituras dos clássicos e da mitologia. Poesia sentimentalmente intensa, juvenilmente arrebatada, republicana e patriótica quanto baste. Já por ali andam tentações épicas: há um longo poema, intitulado “Camões” (que não será, cuidado, o drama heróico homónimo que lhe vejo atribuído), com a epígrafe “Monólogo do poeta ao perpassar-lhe na mente a ideia do seu poema”, cujo tónus é claramente epopeico. Com uma curiosidade: cada uma das primeiras dezasseis oitavas (pois até na escolha da forma segue Camões) termina com um verso da proposição dos *Lusíadas*. Para melhor compreensão, eis a primeira estância:

Meu Portugal que tanto te enalteces
Alcançando o apogeu de estranha glória,
E como astro brilhante já escureces
Os feitos de mais célebre memória!
Ó alma que no peito me estremeces,
Engrandecemos mais a nossa história,
Cantando ao mundo, em versos sublimados,
“As Armas e os Barões assinalados”.

A segunda oitava termina com ‘Que da Ocidental praia lusitana’, e assim por diante. Um tributo a Camões? Sim, claro. E também uma habilidadezinha para demonstrar mestria e embasbacar... os embasbacáveis.

Há também um poema herói-cómico, “O franciscano”, inspirado no *Hissope*, de Cruz e Silva, salvo na forma, pois Artur Botelho prefere utilizar ainda a oitava-rima, em vez dos decassílabos brancos do protótipo. Hoje é difícil saber quem é a vítima das chufas, um tal Andilhas, de quem o poeta faz a mais acintosa descrição, tanto física como moral. Diz dele coisas parecidas com as que diz de Junqueiro — e cremos que fica tudo dito. Palpita-me que o poema celebre um qualquer *fait divers* hoje esquecido da vida boémia do burgo portuense.

Um apontamento também sobre o retrato do poeta que acompanha a *Alma lusitana*. Se não erro como fisionomista (e costume errar), mostra-nos, no arqueado

das sobrancelhas e na fixidez algo ausente do olhar, um homem propenso a cismar, mas talvez não dado a versejar. Tem um fâcies de homem do campo, cujo pescoço tenha sido entalado à força num *papillon*. As sobrancelhas formam um *continuum* e lembram, pelo referido arqueado, as asas abertas de uma ave negra. A cabeleira é farta e crespa, dividida simetricamente por uma risca ao meio. O bigode é farfalhudo, com guias retorcidas à maneira da época, e completado por pêra que mal disfarça um ligeiro prognatismo queixal. Há um não sei quê de doentio naquele rosto e, se não soubéssemos por Fernandes da Silva que se tratava de um homem de grande robustez física, dificilmente o adivinharíamos.

Precede os poemas uma breve nota de Sampaio Bruno, ao tempo director da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Sampaio Bruno foi um pensador político e religioso, talvez um filósofo, mas certamente não um crítico literário, ocupação a que só esporadicamente e a pedido se devia ter dedicado. Artur Botelho, então à roda dos trinta anos, seria frequentador da biblioteca, teria chegado à fala com o director e teria ganho coragem para lhe mostrar os versos e pedir-lhe opinião, mais tarde um prefácio. E Sampaio Bruno, simpatizando com o jovem poeta, teria aquiescido. A apreciação que ele faz da *Alma lusitana* é calorosa, pródiga de termos encomiásticos, e termina com uma profecia que o correr do tempo não viria a confirmar: «[...] no pequeno volume da *Alma Lusitana* uma natureza verdadeira de poeta se manifestou com vivacidade e brilho. Por isso creio que a literatura nossa contemporânea pode felicitar-se por contar, no seu autor, com um auspicioso talento a mais, de quem legitimamente há a esperar um fecundo e meritório futuro.»



Nem fecundo nem meritório: Artur Botelho e os seus versos jazem hoje no limbo do esquecimento, de onde não creio que possam ter remissão. Mas que sei eu? O futuro de que falava Sampaio Bruno não é necessariamente hoje. O futuro é aliás por definição um tempo que ainda está para vir. Pode ser que algum dia Artur Botelho, por uma inversão de gostos e tendências, conheça enfim dias de glória. Não me parece nada provável, mas quem sabe?

A festa e o culto a Santo Isidro (Abambres, Vila Real). Um património imaterial

(Parte II)

António Adérito Alves Conde

3. A festa de Santo Isidro, em Abambres

Embora no calendário religioso o dia de Santo Isidro seja festejado a 15 de Maio, para dia dos festejos foi escolhido um domingo do mês de Agosto, um tempo já mais próximo da plena maturação dos frutos e produtos de terra.

A festividade, na sua componente mais profana, decorre na praça principal de Abambres, o Largo da Baralha, um largo já referido na documentação medieval e que era uma encruzilhada de caminhos antes da construção da estrada oitocentista que trouxe novas acessibilidades. A parte religiosa decorre na capela de Santo Isidro localizada na Rua da Capela, a escassos cem metros deste local.

3.1. As origens da festa

Não há referências documentais conhecidas sobre a origem da festa de Santo Isidro em Abambres. Segundo se infere de Bandeira de Toro, atrás referenciado, em 1941 ainda não havia esta festa.

Ai pelo ano de 1943 ou 1944, segundo fontes orais¹, constituiu-se uma pequena

¹ Segundo nos informou o Sr. José Alves Facote, do lugar do Fundo de Vila, pessoa com quem muito privámos em trabalhos agrícolas, durante a nossa criação e ao longo da vida, em conversas várias, a primeira festa a Santo Isidro aconteceu quando o próprio, hoje com cerca de 77 anos, tinha uns 5 anos.

comissão que organizou a primeira festa a Santo Isidro, em Abambres. O grande impulsionador da festa parece ter sido António Panelas, que foi o fundador de uma pequena tasca, em Abambres, num barracão de madeira, junto à estrada nº 322.

Nesta perspectiva a festa de Santo Isidro em Abambres conhecerá, em 2015, a sua 72ª edição, não contando um ou outro ano em que não houve festa. Da nossa lembrança, no período da guerra colonial e da emigração, em que muitos homens saíram da terra, houve pelo menos um ano em que não houve festejos. A festa foi depois “levantada” (segundo o termo que se usava na época) aí pelos anos de 1971 ou 1972, por uma comissão ad-hoc a que presidia o Sr. Manuel de Matos Rainho, proprietário do Café Circuito (o primeiro café de Abambres) e, desde aí, tem sido feita todos os anos.

3.2. A festa de Santo Isidro há perto de 50 anos

No final da década de 60 a festa do Santo Isidro era organizada por uma Comissão de Festas, constituída pelos mordomos escolhidos entre moradores dos lugares de Abambres (bairros do Paço, do Quinteirão, do Além, do Cardão, da Baralha, de Arões, de Navalhos, de Meireles, do Fundo de Vila, de Arões, de Santo Isidro), do lugar de Abambres-Gare (na parte que pertence à freguesia de Mateus), do Bairro de Santa Maria e Boque (na parte que pertenceu, até 1960, à freguesia de Mateus), do bairro do Marrão e do lugar de Casal de Matos.

3.2.1 A Comissão de festas

A festa era organizada por uma comissão, cujos elementos eram nomeados pela comissão cessante. O cargo de mordomo, ou membro da Comissão de Festas, estava, nesse tempo, reservado a homens e chefes de família, a quem fosse reconhecida idoneidade moral e social.

Ser mordomo significava uma carga pesada, que a maioria da Comissão exercia com orgulho. Embora alguns não gostassem que lhe “botassem a festa”, como se dizia, não podiam, socialmente, dar parte de fracos, pois seriam motivo de chacota mais ou menos encapotada, praticada pelas “bocas do povo”, na “benda”, nos “tanques” (o lavadouro público), ou mesmo nas conversas entre praceiros nos locais onde se deslocavam para vender.

Os mordomos eram solidários em relação ao resultado das contas. Se houvesse saldo positivo o dinheiro, por regra, não era entregue à nova Comissão e era gasto em melhoramentos na capela de Santo Isidro. Se houvesse prejuízo ele era partilhado pelos mordomos que, em última análise, pagavam do seu bolso o prejuízo. A divulgação da nova comissão era feita no final da missa da festa, celebrada pelo meio-dia de domingo, fosse pelo Padre José da Silva Faceira, o pároco da freguesia de Mateus, ou por padre orador convidado, sendo dos melhores o Padre Luís Castelo Branco (de

Vilarinho da Samardã e sobrinho-neto de Camilo), o Padre Manuel Borges ou o Padre António Maria Cardoso.

O espírito bairrista, por vezes demasiado exacerbado, que alimentou rivalidades entre os diversos lugares da freguesia, nomeadamente entre os lugares de Abambres, Mateus e Raia, fazia com que os festejos fossem unicamente organizados pela povoação de Abambres e não havia peditório porta a porta nestes últimos lugares.

3.2.2. A angariação de fundos e a preparação da festa

Os trabalhos da Comissão começavam logo na semana seguinte à festa para receber o testemunho e para definir a estratégia da angariação de fundos. Daí que nos fins-de-semana seguintes era logo feito o primeiro peditório chamado o “das batatas e das cebolas”. Era dada a volta pela porta dos agricultores e cada um dava uma porção de batatas e cebolas (por exemplo: uma arroba de batatas e um “cabo” de cebolas). Depois era feito um leilão desses produtos e o dinheiro era guardado.

A segundo vez de “dar a volta” para o peditório da festa era por alturas do Carnaval e era chamada a “volta do fumeiro”. Num tempo em que a maioria das pessoas matava o seu “requito” e fazia o seu fumeiro, os mordomos davam a volta a pedir o que dessem: salpicões, linguças, mouras, ovos, etc. No domingo magro (o domingo antes do domingo-gordo, ou domingo de Carnaval) havia o leilão no Largo da Baralha, junto à bica da fonte. À última hora alguém trazia um pão-de-ló, ou outro bolo para ser leiloado para o Santo Isidro. Eventualmente podia ser leiloado algum leitão vivo, para criar, dado por promessa a Santo Isidro.

A terceira parte do peditório para a festa começaria aí pelo mês de Junho e consistia em bater a todas as portas dos habitantes dos lugares referidos, com um role dos donativos dos anos anteriores, para ninguém dar menos que no ano anterior. Cada morador prometia dar uma determinada importância que, normalmente, era paga na semana da festa. A “palavra” ficava dada e a promessa era normalmente cumprida sob pena de o facto ser conhecido e falado nos lugares públicos já referidos.

Quando era iniciado este peditório já se estava a contratar com o armador que organizava a procissão, o fogueteiro, o homem das iluminações que também montava o “dancing”, a banda (ou bandas) de música, a aparelhagem sonora que fazia a animação da festa (o “piqué”, por corrupção de pick up, como se dizia), o pregador, as licenças necessárias, etc. Isto para que ficasse garantido no calendário de cada um destes intervenientes e não houvesse falhas de última hora.

3.2.3. Algumas inovações na preparação da festa

Alguns anos mais tarde foram introduzidas algumas alterações no sentido de arranjar novas fontes de financiamento da festa de Santo Isidro. Estas tinham a

ver com uma sociedade em rápida mudança que estava a perder a sua componente maioritariamente rural e assistia à instalação de algumas unidades fabris, na área da freguesia, nomeadamente no ramo alimentar (bebidas, frutas e carnes) e da pré-fabricação em cimento. E daí que as “novas” famílias operárias passaram a ter novos hábitos, porventura mais consumistas e virados para o lazer. Passou a haver mais dinheiro entre as famílias e alguma necessidade de ostentação que fizesse esquecer os tempos da miséria em que boa parte da população dependia (a todos os níveis – trabalho, casa, cedência de algum pedaço de terra ou de lenha) das grandes casas senhoriais, entretanto entradas em franco declínio por falta de mão-de-obra barata.

A primeira inovação foi o “cantar os Reis” pelas casas avamorense. Os cantadores eram acompanhados por um músico da Banda de Mateus com o seu instrumenteto musical. Tratava-se do Sr. António de Matos, morador no Paço e cabo do exército que era um exímio músico. Isso foi no tempo em que a garotada ainda cantava os reis, pelas portas, cantando quadras muitas antigas. Foi feita uma adaptação dessas quadras tradicionais e numa delas foram introduzidos os versos “Pra festa de Santo Isidro/Que os reis cá nos vêm trazer”. No final, tal como nos “Reis” da garotada, eram cantadas as barbas² para agradecer a dádiva.

Outra das alterações foi a realização de bailes, na passagem de ano e no Carnaval, os quais eram abrilhantados com um conjunto musical, com entradas pagas. Normalmente eram feitos nas instalações da Estação Fruteira de Abambres.

3. 2.4. O programa das festas de Santo Isidro

Nessa altura a festa decorria nos dias de Sábado, Domingo e Segunda-feira. Nos dias anteriores, a partir de Quinta-feira, começavam a ser montadas as decorações e as iluminações. O Largo da Baralha³ começava a engalanar-se para gáudio da pequenada

² As “barbas” eram uma quadra destinada a agradecer a dádiva que os donos da casa davam aos cantadores. Em Abambres, na nossa meninice, cantámos algumas vezes os “Reis” e as “Barbas” eram assim cantadas: “As barbas que são bem pagas/Sejam ricas abonadas/Sejam ricas na saúde/Nos seus bens acrescentadas”. Quando o dono da casa não abria a porta, ou porque estivesse a dormir, ou porque não queria contribuir, já depois de se abandonar a porta eram cantadas as “Barbas de farelo”, com a seguinte quadra: “Estes barbas de farelo/Não têm nada que nos dar/Têm um chicharro podre/Debaixo do alguidar”.

O autor destas linhas recorda aqui (num ano em que seu pai foi mordomo da festa de Santo Isidro, no início da década de 70,) a sua participação na “volta” dos Reis para a festa do Santo Isidro.

³ O Largo da Baralha é o largo principal da povoação de Abambres e um lugar de confluência de vários caminhos. Ao tempo tinha, a Norte, uma fonte de bica, construída pela Câmara, nos anos 40, e a Sul um lavadouro público, também construído pela Câmara. Ao centro tinha um rego de água a céu aberto, que corria de nascente a poente, por onde escoavam as águas vertentes no Inverno e as águas de consortes no Verão. Havia também três ou quatro oliveiras cuja azeitona, conjuntamente com as oliveiras do lugar da Redonda e as do adro da igreja, davam azeite para a luz do Santíssimo da Igreja de São Martinho de Mateus. O largo estava toscamente empedrado e a parte à beira das oliveiras e da fonte pública, por onde escorriam as águas vertentes, estava, estava em terra batida.

que ficava feliz por saber que o momento tão esperado da festa estava prestes a acontecer. Era altura de comer melhor, de receber convidados, de dar lugar à folia, ou de participar nos jogos populares. Para alguns era a oportunidade de ir vestido de “anjo” na procissão.

3.2.4.1 O primeiro dia – Sábado

O dia de Sábado começava com um salva de morteiros (que marcava o prelúdio da festa) e a audição das primeiras músicas, através dos altifalantes da aparelhagem sonora. Era o tempo de ouvir António Mourão, com a “Severa” e “Ó tempo volta pra trás”, o Conjunto Maria Albertina, o Conjunto António Mafra, etc.

Depois começavam a chegar os primeiros animais para a feira de gado que tinha lugar no Largo da Baralha. Havia prémios pecuniários (normalmente 1.º, 2.º e 3.º prémio), para os melhores exemplares presentes, a saber: melhor junta de bois, melhor vaca leiteira, melhor porco, melhor vitela, melhor vaca “serrana” ou maronesa. Os animais eram limpos e untados com azeite, nomeadamente as hastes, para ficar com o pelo luzidio. As juntas de bois iam jungidas, com os melhores jugos, molhelhas e sogas e ostentavam, algumas vezes, correias com campainhas. Normalmente os porcos que iam a prémio passavam pela feira mas depois de examinados eram mandados recolher, por não serem muito sociáveis e para serem poupados ao calor.

Na feira eram feitas algumas transacções de gado e os negócios eram fechados com uns copos bebidos na “Viúva” ou no “Coelho” que eram os tascos mais populares. O gado que se candidatava ao prémio permanecia no recinto da feira durante a maior parte da manhã, apesar do ataque das moscas. A aparelhagem ia dando informações várias sobre a feira e ia passando algumas músicas quer dedicadas à Comissão de Festas quer a terceiros (mediante pagamento), nomeadamente às pretensas namoradas⁴.

Outra das novidades frequente nas festas nesta altura era a colocação da “flor”. Este procedimento era sempre feito por raparigas e, de entre elas, as mais bonitas, para impressionar os visitantes. A menina trazia um pequeno pedaço de papel onde estava impressa uma flor (e daí o nome de flor) o qual era fixado na lapela do casaco do dador, com um pequeno alfinete, contra a entrega de uma moeda que não podia ser

Era aí que se jogava ao fito, ao final da tarde, depois do trabalho, ou nos dias santificados. Era aí que se faziam os leilões, o desfile de “caretos” pelo Carnaval, onde chegava o carro da Gulbenkian com livros, ou o carro da venda do peixe duma distribuidora nacional, ou se fazia algum espectáculo circense com algum conjunto de artistas ambulantes. Era uma verdadeira praça pública onde tudo acontecia, onde se sabiam as novidades da terra, ou onde se falava da vida alheia. Era também o lugar onde, sobretudo ao final da tarde, se ia buscar a água à fonte pública e onde, por certo, começaram muitos dos primeiros namoros.

⁴ Refira-se que tinha entrado em moda, com a difusão da rádio, a moda dos discos pedidos, em programas especiais já conhecidos, os quais eram pedidos por carta ou telefone. Algumas vezes eram os militares que estavam na guerra, nas ex-colónias, que dedicavam às famílias. Daí que certas canções e cantores, até aí desconhecidos, passaram a ser muito populares.

muito pequena e que era um contributo para a festa. A flor era colocada, normalmente, só aos visitantes; aos avamorense só era colocada àqueles que se voluntariavam a fazê-lo ou queriam dar o exemplo.

Ao meio dia o homem do “piqué” anunciava que ia ter lugar a entrega dos prémios. Então alguns mordomos, acompanhados de alguém mais entendido em gado (anos mais tarde vinha mesmo alguém dos Serviços de Pecuária), examinavam os animais e, depois de chegaram a acordo entre eles, colocavam os prémios nos animais. O exame era minucioso e tudo contava na apreciação: o arranjo do animal, o estado de saúde e corpolência, as formas do corpo nomeadamente a traseira do animal, bem assim a cabeça e a formação das hastes. Por vezes havia mesmo uma análise à dentição do animal (a quem era escancarada a boca) para, através da dentição, determinar a sua idade. Era uma verdadeira “passerele” o concurso do gado a prémio.

O indicador do prémio era um pedaço de cana na qual eram fixadas fitas de várias cores, sendo que a cada categoria de prémio correspondia uma cor. A cana era colocada nas hastes dos animais. No final o operador da aparelhagem sonora transmitia o resultado dos prémios, indicando os vencedores, ao mesmo tempo que se assistia ao lançamento de foguetes, numa estrondosa sessão. Depois era anunciada a ida dos animais para dar a volta à capela do santo. Assim era organizado um cortejo dos animais vencedores, com os animais mais premiados à frente, os quais eram conduzidos pelos respectivos donos, ou familiares, e se dirigiam à capela de Santo Isidro, parando junto à porta principal e depois circulando a toda a volta da capela e voltando de novo ao recinto da feira.

Este ritual⁵ tinha por objectivo, por um lado, agradecer ao Santo Isidro, pelo facto de os animais terem tido saúde e terem procriado bem, no caso das fêmeas; por outro lado destinava-se a renovar o pedido para que, até á próxima festa, os animais continuassem a ter saúde e a procriar com sucesso. Este pedido incluía também a protecção dos campos, para que o tempo fosse favorável, as pragas não atacassem as culturas agrícolas e a produção fosse boa e proveitosa do ponto de vista material.

Aqui recordamos alguns dos participantes com gado a prémio nesta feira, estes do lugar de Abambres: o Zé Facote, o António Regada, o Zé do Lameiro e o Babusera, com juntas de bois; o Luís Facote e outros com vacas serranas, e o António Conde, o “Cego”, o “Caseiro”, com vacas leiteiras. Por vezes havia alguns amuos quando alguém contava receber um prémio e não lhe era atribuído.

À tarde, com foi referido, havia música com a aparelhagem sonora e um jogo de futebol no campo do Troviscal, ou, a partir de 1973, no Campo do lugar da Pousada⁶.

⁵ O autor destas linhas participou por várias vezes na feira de Santo Isidro, com gado a prémio, na modalidade de vacas turinas leiteiras, tendo ganho vários prémios e cumpriu este ritual à volta da capela do santo.

⁶ O Campo do Troviscal situava-se junto à “Estação Fruteira de Abambres”, paralelo à estrada nacional nº 322, no lugar do Troviscal, contíguo aos lugares do Boque e Trás-dos-Soutos e abaixo da passagem de nível. Foi durante muito tempo o campo de futebol de Abambres e nas suas

Ao final da tarde havia música ambiente gravada, a partir dos altifalantes e à noite começou por actuar um conjunto musical. Porém, em breve, o bispo da diocese terá mandatado o pároco local para informar que eram proibidos eventos não religiosos, antes da ocorrência da missa e da procissão. E assim, durante uns anos, para desconforto dos jovens que se queriam divertir, não houve festejos no sábado à noite, por estarem proibidos e a festa ser fiscalizada pelas forças da Guarda Nacional Republicana.

3.2.4.2. O segundo dia – Domingo

No domingo o dia começava cedo com uma salva de morteiros, pelas 6 horas da manhã, uma hora antes da primeira missa na igreja de Mateus.

Depois desta missa, uma banda de música (quase sempre a Banda de Mateus) percorria os vários bairros de Abambres e dos lugares de fora que eram considerados “amigos de Abambres”, como acima já foi referido e eram tocados vários números do seu repertório musical, ao mesmo tempo que subiam ao ar estrondosos foguetes⁷.

A Banda era acompanhada por alguns populares e alguma criançada que corria atrás das canas dos foguetes.

imediações acampavam os ciganos que organizavam aí as suas festas, ou casamentos. Dizia-se que foi doado, sem contrato escrito, pela D. Carola, da família Lameirão. No final da década de 60 a proprietária terá recuado nas suas intenções e, temendo a posse por usucapião, resolveu reclamar a sua posse, expulsando os jogadores de Abambres que não estavam legalmente constituídos como clube. Posteriormente o lugar serviu para a plantação de morangos, de ervas para feno e depois foi destinado a uma urbanização habitacional.

No início da década de 70, D. Maria de Lurdes Amaral, grande proprietária da freguesia, resolveu doar um terreno, no lugar da Pousada, junto ao estradão que dava acesso à Estação Elevatória de Águas de Codessais, para ser construído um campo de futebol para os jovens de Abambres que, entretanto, se constituíram legalmente como clube fundando o Abambres Futebol Clube.

⁷ O lançador de foguetes era, geralmente, o Sr. António Rolindo, um habitante local que era uma autodidacta nesta matéria, mas que era um exímio lançador de foguetes. O autor desta s linhas recorda ainda vê-lo de cigarro na boca, segurando numa mão a cana e no outro o cigarro que pegava o fogo ao cartucho, que depois de um ligeiro barulho, lá seguia para as alturas. Era aí que a miudagem corria para disputar a apanha das canas de foguete ardidas sendo que quem a encontrava mostrava com vaidade o seu troféu.

O Sr. António Rolindo, ou António da Eira, que tinha terrenos em Navalhos e na Pousada, era um hortelão e tendeiro de Abambres, sendo exímio na arte de “enrastar” cabos de cebolas, as résteas do conhecido “bacalhau de Abambres” que era vendido nas feiras da região. O dito cabo era constituído por 25 cebolas, entaçadas umas nas outras com a rama das mesmas, quando secas, a que se juntava um pouco de palha de centeio para dar mais consistência. As cebolas ficavam assim mais arrumadas e o cabo podia ser dependurado de modo a poder arejar e conservar as cebolas por largos meses. Refira-se que os ceboleiros de Loivos, junto ao Vidago, usavam fazer cabos de cebolas, com 18 exemplares, concorrendo com os tendeiros de Abambres, nas feiras de Vila Pouca, das Pedras Salgadas e do Vidago e vendendo mais barato, por serem mais pequenos. Outro lançador de foguetes era o Sr. Joaquim Guerra, conhecido por Joaquim Froste ou Pessegueiro.

Depois a aparelhagem sonora começava a difundir música, no Largo da Baralha, até ao anúncio da missa de Santo Isidro que tinha lugar ao meio dia. A aparelhagem, que antes difundia alguma música religiosa, era depois deslocada para a capela para que a missa, o sermão (que então era famoso) e os avisos fossem difundidos para quem não cabia na capela ou estava impossibilitado. No final da missa, como ficou dito, eram feitos alguns avisos, nomeadamente sobre a procissão e era anunciada a nova Comissão.

Depois do almoço era, de novo, difundida música através do “piké”. Perto das cinco horas da tarde começavam os preparativos da procissão, nomeadamente a preparação final dos andores, o vestir dos anjos ou figurantes, a procura das pessoas que iam ajudar na procissão, etc.

3.2.4.2.1. A procissão ou epifania

A procissão é o momento alto de qualquer festa. Segundo Pierre de Sanchis⁸ “a procissão corresponde a um duplo movimento: a projecção do sagrado fora do santuário, a sua epifania publicamente triunfante, e correlativamente, uma sacralização do espaço”. Segundo este autor trata-se no primeiro caso de “exibir” e, no segundo, “de ligar, o trajecto do signo sagrado aos caminhos da vida quotidiana dos homens”.

Também em Abambres a procissão, tal como a missa, era sentida como um momento de exaltação religiosa e de louvor ao Santo padroeiro; isto para as gerações mais velhas. Para as gerações mais novas, depois da procissão era chegado o momento da folia, o lado pagão da festa.

A procissão saía da capela de Santo Isidro onde, nas imediações, eram montados e decorados os andores. Estes eram dedicados aos santos tradicionais da freguesia, expostos na igreja matriz – S. Martinho (o padroeiro), S. Sebastião (advogado da fome, das pestes e da paz), Santo António, Nossa Senhora da Conceição (padroeira da capela da casa das Quartas e padroeira de Portugal), Nossa Senhora de Fátima, Sagrado Coração de Jesus, Santa Eufémia (?) e, no final, Santo Isidro. À frente seguiam as cruzes processionais da freguesia, entre os andores iam as crianças vestidas de “anjo” e os figurantes e no final o pódio saído da capela de Santo Isidro. Seguiu-se a banda de música (regra geral a Banda de Mateus) e, atrás, o povo, em cortejo, indo à frente deste os pagadores de promessas, alguns descalços, em acto de piedade, outros com velas da sua altura, outros com ex-votos, em cera, relativos a uma parte do corpo de que padecessem, no sentido quer de agradecer a cura, quer de pedir ao santo a intercessão divina para a cura. A procissão seguia o caminho ainda hoje trilhado, ou seja, saía do largo da capela, seguindo pelo Largo da Baralha, virando à direita pela estrada do circuito passando nos lugares das Quartas e do Além e seguindo até ao Largo da

⁸ SANCHIS, Pierre – Arraial ...p. 120.

Droa ou Doroa, junto à igreja de São Martinho, considerado o final do “território” de Abambres. Na volta seguia o trajecto contrário recolhendo no Largo da Capela.

3.2.4.2.2. O lado profano da festa – o arraial

Depois da procissão voltava a ser difundida a música do “piké”, com as canções mais na moda, muitas delas do jeito que hoje poderemos considerar música “pimba”. À noite havia concerto com a Banda de Música de Mateus a que se juntava, por vezes, outra banda de música. Eram tocadas algumas músicas mais populares e o povo assistia, com entusiasmo, ou dançava. Normalmente havia espaço reservado para a dança – o “dancingue”, que era um espaço sobradado e, obviamente, pago.

Nos intervalos havia música da aparelhagem, com algumas surpresas para a gente mais nova⁹. A estes interessava sobretudo ouvir a então chamada música “ye, ye”, uma designação dada ao rock’n’roll brasileiro ou a certas canções dos Beatles, nomeadamente o She Loves You. Para os jovens estar na moda, ou “ser chic”, era ouvir música Ye ye.

Perto da meia-noite tinha lugar o aqui chamado arraial, nome dado às sessões de fogo-de-artifício. Se o orçamento o permitia havia uma primeira sessão de fogo preso, um verdadeiro festival de cor que culminava com o aparecimento, por entre o fogo, de um quadro com a imagem de Santo Isidro. Depois havia a sessão de fogo-de-artifício lançado nas imediações. Ao lado da alegria de muitas vinha a apreensão de alguns que temiam por algum incêndio ou explosão que pusesse em causa vidas ou bens das pessoas. A maioria não ligava a isso e assistia cheia de júbilo ao festival de cor, nos céus de Abambres, encadeado entre a anunciada subida das girândolas e o ribombar dos foguetes. O êxito da sessão do fogo-de-artifício, que era o “barómetro” de apreciação da festa profana, media-se pelo facto de tudo ter decorrido sem incidentes e pela quantidade e qualidade de fogo queimado. Depois eram estabelecidas comparações, quer com outros arraiais de anos anteriores, quer com arraiais de outras festas, onde o arquétipo era, a nível local, o da Senhora da Pena e, a nível regional, o da Senhora dos Remédios, em Lamego.

Depois do arraial voltava ainda a música ao coreto improvisado e a animação durava até perto das duas horas da manhã.

No lado marginal da festa, nestes dias, há a destacar algumas cenas com alcoolizados ou o jogo da vermelhinha, improvisado pelos ciganos que, às vezes, eram corridos pelas forças da ordem.

⁹ O autor lembra-se de ter ouvido nesta festa, pela primeira vez, os “Beatles”, provavelmente por algum disco trazido por estudantes da freguesia que estavam na capital e que os facultaram ao operador. Estas canções tinham de revolucionário o facto (novíssimo) de não se dançar agarrado ao par.

3.2.4.3. O terceiro dia – segunda-feira

Na segunda-feira os festejos começavam depois da hora do almoço com difusão de música pela aparelhagem sonora. Normalmente havia corridas de bicicletas e corridas pedestres num circuito que partia do Largo da Baralha para a Rua da Capela, Lugar dos Arões, Quinta da Levandeira, Lugar do Fundo de Vila e acabava no Largo da Baralha, com um número de voltas pré-determinado.

Para além destas actividades havia também jogos populares no Largo da Baralha, nomeadamente a subida ao pau ensebado (com um bacalhau lá no alto), corrida de sacos, corrida de cântaros (mais destinado às mulheres), jogo do farelo, jogo da moeda, etc.

À noite havia música da aparelhagem e um pequeno espectáculo feito por curiosos locais onde entrava algum fadista ou trechos musicais tocados por um ou outro músico da Banda de Música de Mateus.

Perto da meia-noite era queimado mais algum fogo-de-artifício com efeitos especiais e eram encerrados os festejos.

3.3. A evolução da festa até aos tempos mais recentes

Nos últimos cinquenta anos a festa de Santo Isidro conheceu as evoluções decorrentes das grandes transformações que a sociedade portuguesa conheceu. Abambres já não é mais a terra dos praceiros e ceboleiros e os campos ficaram incultos, embora a freguesia de Mateus, inserida na região demarcada do Douro, ainda seja uma grande produtora de vinho.

A população, na actualidade, é uma população maioritariamente urbana, trabalhando nos serviços, no comércio e na indústria. A população ocupada no sector primário é residual, embora tenha aumentado ligeiramente nos últimos anos, por causa do desemprego e da crise financeira. Infelizmente não pode expandir-se em virtude de as redes de comercialização tradicionais terem sido desfeitas.

Apesar destas transformações sociais continua a existir um enorme bairrismo entre os filhos da terra, descendentes dos antigos praceiros, muitos deles moradores fora da freguesia, ou mesmo fora do concelho. Há uma enorme unidade em torno do que podemos chamar o “espírito avamorense”, um clichê para designar o amor à terra natal. Tal manifesta-se em torno do apoio ao clube de futebol local e à festa de Santo Isidro.

3.3.1. As mudanças na organização da festa

Ao longo das últimas décadas muita coisa mudou na organização da festa. As mulheres, casadas ou solteiras, passaram a entrar nas comissões. As próprias comissões, nos últimos anos, são constituídas por voluntários, quase sempre os mesmos. A recolha de receitas para a festa já não é maioritariamente feita directamente entre os

moradores locais. Apela-se ao comércio local e serviços, à publicidade e à organização de eventos, à exploração de um bar local no período do Verão, etc. A Comissão de Festas resolveu recuperar alguns aspectos tradicionais do que era vida da comunidade avamorense há largas décadas e começou a organizar eventos de recriação do “Enterro do Entrudo” e a Feira do “Bacalhau de Abambres”¹⁰. Paralelamente a Comissão de Festas tem organizado diversos eventos, apoiadas no Bar da Comissão, montado no Largo da Baralha, destinadas à angariação de receitas para a festa de Santo Isidro. Contam-se, entre estas, a festa popular do S. João com a sardinhada, as noites da “francesinha” e do leitão assado, da caipirinha, etc.

Não cabe, no âmbito que nos propusemos traçar para o presente trabalho, fazer uma descrição da festa de Santo Isidro na actualidade. Não vamos falar dos grandes espectáculos com conjuntos musicais, das farturas, das lojas de plásticos e quinquilharias, etc. que são comuns a todas as festas e pouco (ou nada) acrescentam em termos culturais.

A festa, em linhas gerais, segue o programa tradicional, com as adaptações que os novos tempos propuseram. Já não se realiza a feira de gado; primeiro, por razões sanitárias, decorrentes de febres que atingiram os animais e depois porque as feiras de gado praticamente desapareceram em virtude de a comercialização do mesmo passar a dispôr de outras redes.

3.3.1.1. O andor carral de Santo Isidro

O andor carral de Santo Isidro é uma aquisição patrimonial, da década de 80 de Novecentos, já que ainda conhecemos o tradicional andor de Santo Isidro transportado, como os demais, aos ombros dos homens da terra. Presumimos que teve como inspiração a tradição tida nas festas de N.ª S.ª dos Remédios, em Lamego, onde também existem andores carrais. Há também aqui um efeito mimético da imagem de Santo Isidro em cuja iconografia entra uma junta de bois, sendo ele próprio um lavrador. Durante vários anos o carro e os bois eram pertença do Sr. José Facote que também os conduzia. Quando acabaram os carreiros em Abambres o andor passou a ser construído num reboque de tractor agrícola.

Felizmente as últimas comissões conseguiram recuperar a tradição do andar carral construído em carro de bois, com recurso a um carreiro de uma freguesia vizinha.

O andor de Santo Isidro é construído no carro de bois, de tipo amarantino (o usado

¹⁰ Cabe aqui destacar o trabalho de vários avamorense que, sob a direcção do Filipe Fernandes (filho e neto de antigos praceiros da família Chilão), têm sido a “alma” da organização destes eventos que, no presente, têm tido o apoio da Junta de Freguesia de Mateus e do comércio local. Nós próprios tivemos o grato prazer de ter colaborado na 1ª Feira do Bacalhau de Abambres com algumas informações no âmbito da história local.

Estas canções tinham de revolucionário o facto (novíssimo) de não se dançar agarrado ao par.

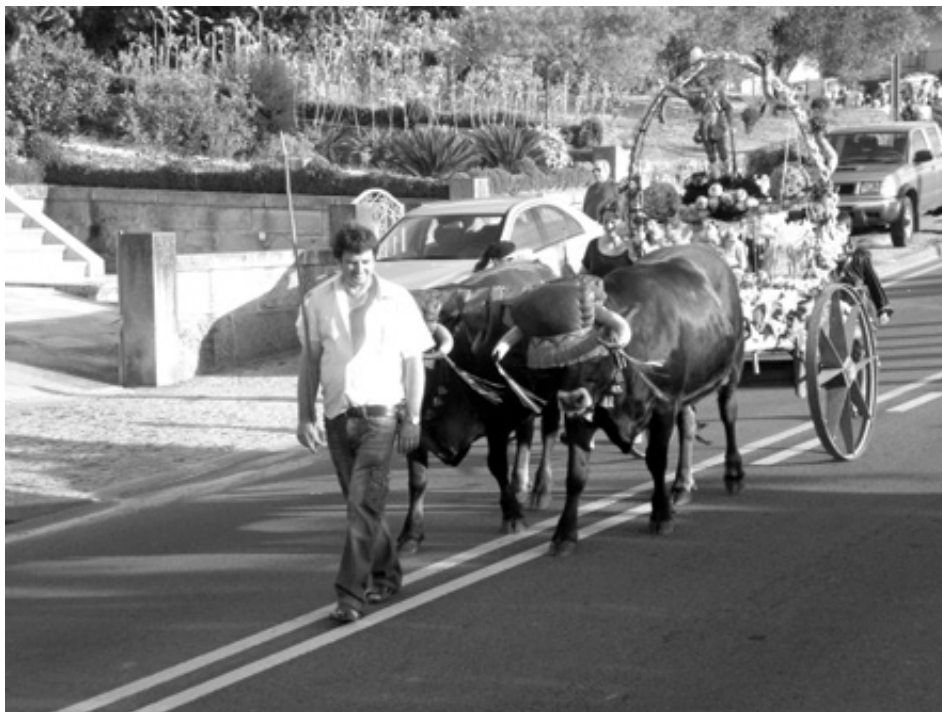


Imagem nº 4 – Andor carral de Santo Isidro (foto de António Conde)

tradicionalmente nesta região, no passado) com rodas de ferro e é puxado por possantes bois de raça maronesa, fazendo o percurso tradicional no final dos outros andores.

O andor é normalmente ornamentado com um arco, debruado com cordames, que envolve a imagem do padroeiro. No arco, para além de alguns frutos, estão fixados chifres de bovino de onde pendem arranjos florais. Ao lado, tem a habitual decoração de flores naturais e de produtos da terra, como a cebola. Em festa do padroeiro e em terra de “ceboleiros” não podia faltar o afamado “bacalhau de Abambres”. Registe-se a decoração “de gala” dos bois maroneses, com fitas coloridas pendentes dos chifres, efeitos coloridos pendentes nas molhelhas sobre os olhos dos bois e chocalhos. O condutor segura ao alto, ligeiramente sobre o ombro, uma vara, ou aguilhada, com “ferrão”.

Em outras edições da procissão a decoração foi construída à volta de umas caniças de prensa de vinho, sobre a qual foi colocado o santo.

3.3.1.2. Novas aquisições

Ligado à festa de Santo Isidro e digna de registo é a criação, há várias décadas, em Abambres, do “Conjunto de Bombos Explosão”, constituído por vários avamorense

e que tem tido um papel fundamental na animação da festa, no apoio ao clube de futebol local e em vários eventos que decorrem no local. Embora tenha resistido à sua constituição legal, enquadrada no associativismo recreativo, o “Conjunto Explosão” tem-se conseguido afirmar, por meios próprios, sendo o animador por excelência da festa de Santo Isidro.

3.3.1.3. A festa de Santo Isidro, na arte

Digno de menção, pela sua ligação à festa de Santo Isidro e pela ligação intrínseca da autora à terra de Abambres, é um trabalho de pintura intitulado “Procissão de Aldeia”, feito pela pintora Isabel Mourão, uma avamorense de adopção¹¹, residente na capital e



Imagem nº 5 - “Procissão de Aldeia” – pintura de Isabel Mourão (acrílico sobre tela)

¹¹ Isabel Mourão tem ligação directa à Casa das Quartas, onde foi criada. Aqui transcrevemos um testemunho, a propósito da obra “Procissão de Aldeia”.
“...Vi la Procissão de Sto Isidro que me gusto mucho, sigo pensando que tu pintura es excelente y que seguiras sorprendiendonos positivamente com tu Arte...!”.- Expo Procissão-Marques de Pombal Foundation“. Visualizado em 2015.04.30 em <http://cargocollective.com/isabelmourao#About-Isabel-Blue-Mourao>

que tem uma obra e carreira considerável no domínio da arte da pintura e do retrato.

Esta pintura deu origem a outro interessante trabalho, no caso, a composição de um vídeo, que tem passado nas redes sociais, em que o autor usa aspectos da pintura de Isabel Mourão, os quais são acompanhados com elementos de áudio onde se destaca a Banda de Música e a aparelhagem sonora com os seus avisos sobre a procissão, nomeadamente o apelo a voluntários para pegar nos andores.

Este vídeo é uma feliz e indescritível recriação do ambiente que se vive antes e durante a procissão de Santo Isidro e, para os avamorense na diáspora, é um lenitivo que ajuda a mitigar a ausência da terra, na impossibilidade de fisicamente assistir à procissão da sua terra.

Considerações finais

Pretendemos aqui dar a conhecer um dos elementos mais importantes do património imaterial da freguesia de Mateus, no caso o culto e a festa a Santo Isidro, enquanto marco identitário da comunidade avamorense.

Procurámos fazer um historial da origem deste culto, que já teve outro patrono, a descrição da capela de Abambres, desde o final da Idade Média e a sua evolução ao longo dos tempos na sua ligação quer com outro património material (no caso a fonte de Santo Isidro), quer com importantes elementos do património imaterial, como sejam os eventos festivos, os rituais, as práticas sociais, o saber secular no cultivo e preparação da cebola e de outras hortaliças, as lendas em volta do santo, etc.

O presente estudo, feito a partir de investigação aturada sobre a vida do santo, a documentação de índole local, a consulta da comunicação social, as fontes orais e as memórias pessoais do autor, pretende resgatar, num tempo de profundas transformações sociais, a memória das antigas tradições, para que as gerações mais novas as recriem e vivifiquem no respeito pelo passado.

Fontes e Bibliografia:

- ADMF – Arquivo Digital do Ministério das Finanças - Processo de arrolamento dos bens da igreja da freguesia de Mateus” – visualizado em 2015.03.15 em <http://badigital.sgmf.pt>
- Dicionário Geográfico de Portugal, Tomo 22, n.º 84, pp. 565 a 572
- FERNÁNDEZ MONTES, Matilde – San Isidro, de labrador medieval a patrón renacentista y barroco de la Villa y Corte, Madrid, Departamento de Antropologia de Espanha e América – visualizado em 2015.05.01 em <http://rdtp.revistas.csic.es>.
- GOMÉZ JARA, Jesús – San Illán Labrador. Culto, iconografia y su ermita en Cebolla (Toledo) – visualizado em 2015.05.01 em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2830798.pdf.
- Jornal do Porto, de 23.06.1874.

- MARQUES, José – A ‘Câmara’ de S. Martinho de Mateus, no segundo quartel do século XV, Visualizado em 2015.01.20 em –<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20338/2/revpopsoc102003jmarques000085092.pdf>.
- MARQUES, José – Património da Mitra Bracarense e cultura do vinho, na antiga ‘Terra’ de Panóias (Século XV), Porto, CEPES, 2002, pp. 97-143. Separata de Revista População e Sociedade n.º 9.
- O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo, Vol. XI, Terceiro da Terceira Série, Lisboa, Tipografia do Panorama, Janeiro a Dezembro de 1854.
- SANCHIS, Pierre – Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992 – 2.ª edição.
- TORO, Bandeira de – Distrito de Vila Real, Tomo 1, Julho de 1943 – O Concelho de Vila Real.
- Vida de San Isidro Labrador patron de Madrid, adjunta la sua esposa Santa Maria de La Cabeza escrita por El R. P. Fr. Nioclas Joseph de la Cruz del Orden de los mínimos, Jubilado de derecho u número en la Provincia de las dos Castillas, y das Inidas, Corrector que fue en el Convento de la Ciudad de Burgos y últimamente en el de la Victoria de Madrid, Com Licencia. En La Imprenta Real, 1790.

Webgrafia:

- <http://cargocollective.com/isabelmourao#About-Isabel-Blue-Mourao> – visualizado em 2015.04.20
- <http://www.diocesedecoxim.org.br/?p=5088> - visualizado em 2015.04.20.
- <http://marcioreiser.blogspot.pt/2010/05/santo-isidro-ou-santo-isidoro.html> - visualizado em 2015.04.20

Nota: Por opção do autor não foi seguido o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Monumentos erixidos a Augusto á beira dos dous ríos sagrados Douro e Támega

Antonio Rodríguez Colmenero
Universidade de Santiago de Compostela

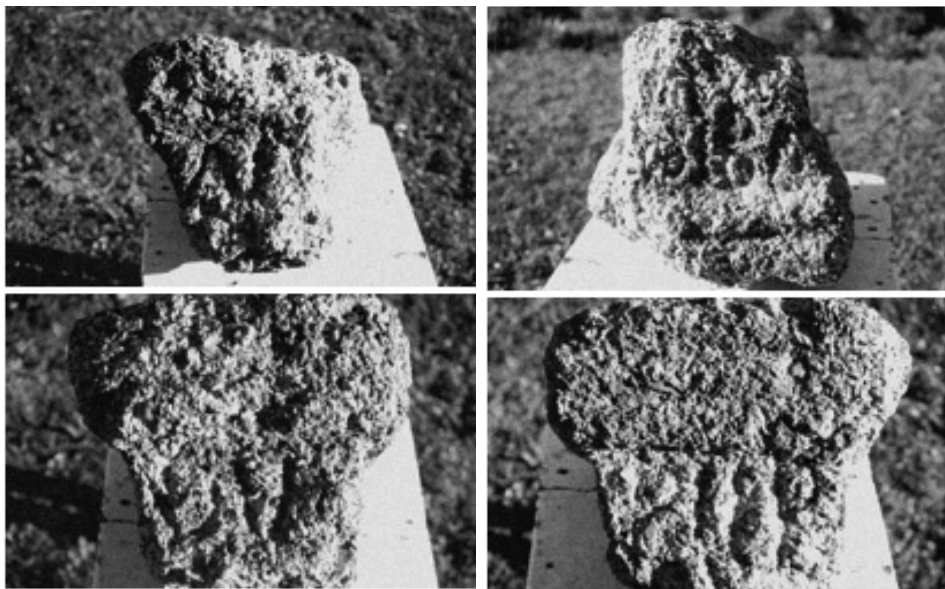


Fig. 1 - Dedicatoria ás *matribus dureris*, Tongobriga, (Marco de Canaveses, Portugal)

1.1 As inscricións augústeas de Alpendurada (Marco de Canaveses, Portugal)

Non é un segredo para ningún que varios ríos da vertente atlántica hispana foron divinizados na antigüidade. O último en patentizar a súa sacralidade foi o río Limia, tras a recente interpretación que a un de nós lle tocou efectuar dun novo altar aparecido en Braga¹. Porén, terían precedido en tal honor a esta outras dúas correntes fluviais: Douro e Tâmega.

Na desembocadura do Douro consta que, á parte dunha dedicatoria aos Lares Mariños², existía outra, dada a coñecer no seu día por Hübner³, quen, ao ter que desenvolver o texto que lle correspondía como *Duri/C(aius) Iulius Pylades*, precisa que *Duri* podería ser a forma dun dativo bárbaro; precisando, anos máis tarde, Leite de Vasconcelos que, talvez, tería sido erosionado o -o final que debería corresponderlle⁴ como, tamén persoalmente, cremos máis probable.

Por outra parte, hai case tres lustros, tivo un de nós a ocasión de examinar a cornixa dunha árula de granito, de minúsculas dimensións, procedente dun edículo do veciño foro romano de *Tongobriga*, en Freixo (Marco de Canaveses, Portugal), coa lenda da primeira liña plasmada nas súas catro caras e o texto, desenvolvido perimetralmente, *Matribus Dureris*⁵ (fig. 1). A relación co próximo Douro, a só uns quilómetros de distancia, figuróusenos evidente, e máis tratándose dunhas divindades das augas que parecen derivar do potamónimo en cuestión, o que tamén avalaría a circunstancia de ter sido as deusas dun santuario tipo *pedra formosa* durante a súa etapa indíxena; de aí que o aduzamos nesta ocasión como argumento de reforzo.

En canto ao Tâmega, existe unha epígrafe coa que se acha plenamente relacionado. Trátase dunha ara de excelente execución dedicada a *Tameobrico* procedente de Varzea do Douro, Marco de Canaveses, da punta de terra mesma conformada pola confluencia dos leitos dos dous ríos mencionados⁶ conservada actualmente no Museo de Guimaraes, cuxa lectura se concreta en *Tameobrico Potitus Cumeli (filius) votum patris s(olvit) l(ibens) m(erito)*, isto é, Potito, fillo de Cumelio, cumpriu, con ánimo compracido, o voto que o seu pai anteriormente fixera (fig. 2).

A case totalidade da bibliografía antiga alusiva a esta inscrición, condensada nas citas de texto do estudo que Leite de Vasconcelos lle consagra, considera a *Tameobrigus* como o deus do río Tâmega, se non é que como río Tâmega feito divindade, non

¹ Rodríguez Colmenero-Cunha 2012, 86-88: [...fluv] io / [L]imiae...

² AE, 1973, 311; Tranoy 1981, 245. O texto sería: *Laribus marini/s Ulpiu/s Flav(u)s l(ibens) votum/ solvi/t*.

³ CIL, II, 2370.

⁴ Leite de Vasconcelos 1905, II, 234.

⁵ Rodríguez Colmenero 2000d.

⁶ CIL, II, 2377; CIL, II, Sup., 847; Leite de Vasconcelos, II, 319-321; Hübner 1872, IV,80; Cardozo 1972, 37; Rodríguez Colmenero 1997, 16.

afastándose, tampouco, desta opinión a posterior *communis opinio*.

O exposto lévanos, indirectamente, a ter que preguntarnos se, efectivamente, tería existido nesta gran confluencia fluvial algún santuario antigo de renome, incluso prehistórico, e todo parece indicar que si, como posteriormente se dirá.

Pois ben, visto que ambos ríos foron divinizados e que nesta estratéxica confluencia foron detectadas recentemente outras inscricións cultuais de impacto, bo será que as deamos a coñecer.

En 1986 publicou Armando Coelho a primeira edición da súa tese doutoral sobre a cultura castrexa do Noroeste de Portugal, confirmando o descubrimento, que dous anos antes protagonizara el mesmo, dunha inscrición de Alpendurada, poboación situada no vértice mesmo entre ríos ao que acabamos de referirnos, de carácter votivo (non di dedicada a quen) na que aparecerían os *Bracari* como oferentes dun posible edificio sagrado nalgún ano da primeira metade do século I, constituíndo para el dita circunstancia a proba de que os dominios desta etnia se estenderían ata o Douro en época romana⁷. E, aínda que nesta ocasión, non efectúa transcripción ningunha completa do texto, si o fixera en publicacións anteriores⁸, razón pola que, chegado o momento, decidimos desentrañar persoalmente o contido dunha epígrafe que, desde sempre, tiñamos curiosidade por abordar.

O vestixio epigráfico en cuestión áchase actualmente situado na aldea de Matos, no claustro columnado interior do antigo mosteiro de Alpendurada, convertido hoxe en día nun luxoso hotel orientado cara ao turismo rural, cuxos donos ofreceron todo tipo de facilidades para que puidera efectuarse o estudo desta peza singular (fig. 3).



Fig. 2 - Inscrición a *Tameobricus* procedente da confluencia mesma do Tâmega co Douro



Fig. 3 - Dedicatoria a Augusto de Alpendurada

⁷ Coelho Ferreira da Silva 1986, 281, Est. CXL. 3, citando un estudo anterior, 1984, páx. 47.

⁸ Coelho Ferreira da Silva 1984, 47, nota 22, interpretación que é reproducida en HEp., I, 1989178: [—TRI- BVNICA POT]ESTATE PONTIFIC[E MAXIMO—]/ [—SA] CRVM BRACARI [—].

O noso asombro foi maiúsculo ao atoparnos cun bloque dunhas dimensións que non sospeitáramos e que, segundo as noticias de Armando Coelho, tería sido atopado formando parte do muro de peche da horta do convento de Alpendurada.

No seu estado actual aparece como un cubo granítico, a modo de grosso lintel ou arquitrabe, baleirado posteriormente, seguramente no medievo, para sarcófago de perfil rectangular. As caras frontais, anterior e posterior, esta última rudamente perfilada, posto que se achaba oculta na súa localización orixinaria, non foron alteradas, salvo na metade superior, actualmente desaparecida, en canto que a inferior sufriu leves erosións e fendeduras. Por outra parte, as laterais parecen corresponderse enteiramente coa segunda etapa, isto é, a da súa reutilización. Mide actualmente 2 metros xustos de lonxitude, por 63 cm. de anchura, ou se se quere profundidade, e unha altura observable de entre 40 e 53 cm., na que se acharían gravados, de maneira incompleta por certo, soamente as dúas últimas liñas das catro ou catro e media supostas da inscrición total. Por outra parte, e a xulgar polos segmentos laterais desaparecidos das dúas liñas da epígrafe que se conservan actualmente, poderíamos calcular que a lonxitude total do soporte non debería ter sido inferior aos 2'50 metros de fachada, sendo posible, incluso, que a inscrición se tivese desenvolvido por parte dos perpiaños laterais contiguos, suxerindo este dato, así como o notable grosor do bloque, a posibilidade de que puidese ter formado, orixinariamente, parte dunha construción ou monumento de carácter cultural de evidente envergadura. A lectura que dos segmentos textuais visibles se pode facer é:

*tribunicia pot]estate pontific[i...
Sa]crum II (bis) Bracari*

Non cabe dúbida, atendendo á natureza do texto, de que se trata dunha inscrición augústea, que avalan, tanto a mención literal completa da potestade tribunicia ou, polo menos, da palabra *POTESTATE*, como o vocábulo *Sacrum*, que soe acompañar, ao final, á maioría das inscricións culturais do fundador do imperio⁹. Por iso, ousaríamos rescatar a totalidade do texto coa seguinte proposta:

*[Imperator] Caesar
Divi f[ilio] Augusto
tribunicia pot]estate pontific[i.....]
Sacrum II (bis) Bracari*

coa tradución: “os brácaros efectúan esta dedicatoria sagrada, por segunda vez,

⁹ A fórmula de consagración *sacrum* soe aplicarse exclusivamente nas dedicatorias aos deuses, e soamente no caso de Augusto aos emperadores. Porén, mentres Augusto morto é considerado un divino, e a iso aluden todas as súas dedicatorias posteriores ao ano 14 da era, durante a súa vida, e ao empregarse para darlle culto o vocábulo *sacrum*, non quere iso dicir que sexa considerado como un deus senón “como alguén parecido a un deus” (Alföldy 1991, 303).

ao emperador Augusto, fillo do Divino (César) cando xa exercía a potestade tribunicia, así como o pontificado...?”.

Trátase, indubidablemente, dunha dedicatoria a Augusto de tipo sacro-honorífico nun lugar, así mesmo peculiar, que terían efectuado os *Bracari* por segunda vez, é de supoñer que no mesmo lugar, se ben non é seguro. Agora ben, ¿que brácaros son eses, cal é a data da dedicatoria e por que este escenario? Trátase das interrogantes ás que procuraremos dar algún tipo de resposta nos parágrafos que seguen.

En canto aos *Bracari*, o etnónimo, en si, suxire tres acepcións, polo menos: habitantes da cidade de Braga, conxunto dos poboadores do convento xurídico bracaraugustano e compoñentes do *populus* ou *civitas* de dito nome. A primeira variante non parece verosímil, posto que o escenario natural das súas dedicatorias a Augusto é a cidade mesma acabada de fundar, como puido comprobarse nas páxinas que preceden. Tampouco a segunda parece viable xa que, por unha parte, falta a palabra *conventus* expresa e, por outra, a versión etnotoponímica *bracaraugustanus*, que soe acompañala. Resta, polo tanto, a terceira, e esta si que tería sentido, por canto as fontes textuais do século I sitúan o seu territorio entre o Cávado e o Douro¹⁰, incluída a comarca de Porto, que Tranoy e seguidores insisten en adxudicarlles aos *Callaeci*¹¹, sendo precisamente no tramo do leito final do Douro que Plinio sitúa a fronteira entre os *Bracari/civitas*, ao norte, e os *Turduli/civitas*, ao sur. Porén, e se ademais nos permite, como cremos, prolongar os límites entre ambos pobos, río arriba, ata o final dos seus respectivos territorios, non é para deixar no esquecemento. E iso parece que é posible, por canto na beira, a dedicatoria dos *Bracari* en Alpendurada demostraría que o lugar pertencería aínda aos dominios desta etnia, podendo, por analoxía, afirmarse acerca dos *Turduli* algo similar na beira sur. *Bracari e Turduli*, por tanto, seguirían sendo contiguos ata aquí, resultando case seguro que, río arriba, e se se ten en conta o texto pliniano, lles sucederían a un lado e outro do río, dous novos grupos de confinantes: na beira setentrional *Tongobrigenses* e *Turodi*, máis tarde coñecidos estes últimos como *Aquiflavienses*, e pola do sur *Coilarni* e *Arabrigenses*, ou vice-versa¹². Resulta anómalo, en cambio, que os *Bracari* posúisen o vértice da confluencia entre Tâmega e Douro, cando o lóxico sería que pertencese aos *Tongobrigenses*, por canto dito lugar se atopa

¹⁰ Plin.NH, IV, 112....*Durius.....ortus in Pelendonibus et iuxta Numanciam lapsus, dein per Arevacos Vaceos- que disternatis ab Asturia Vetonibus, a Lusitania Gallaecis, ibique quoque Turdulos a Bracaris arcens*. En síntese, Plinio afirma que o Douro, nacido en territorio dos pelendóns (no seu organigrama unha *regio*) atravesa despois polos territorios de arévacos e vacceos (outras dúas *regiones*), servindo de límite, seguidamente, entre *Asturia* (outra *regio*) e os Vetones (unha *regio* máis), así como entre os galaicos (evidentemente considerados como *regio*) e *Lusitania* (*regio* tamén nunha das súas variantes). *Ibique* (ademais, dentro deste último sector) quoque *Turdulos a Bracaris arcens* (facendo de fronteira entre os túdulos e os brácaros, neste caso *civitates* ambas comprendidas dentro das *regiones* de *Lusitania* e *Gallaecia*, respectivamente).

¹¹ Tranoy 1981, 64-65; Coelho Ferreira da Silva 1986, 281.

¹² Ambos aparecen nas listas de Plinio (NH,IV, 35,118). Seguindo esta mesma beira, e en Goujoín, Armamar, apareceu un fito terminal entre Arabrigenses e Coilarni (Coelho 1986, 279).

xa a sueste do Támega. En todo caso, non estrañaría que a confluencia entre Támega e Douro tivese servido na antigüidade para a delimitación de pobos e xurisdicións diversas, ademais de ser aproveitada para outras derivadas culturais e xurídicas (fig. 4).

A segunda das interrogantes presentadas refírese a que momento da vida de

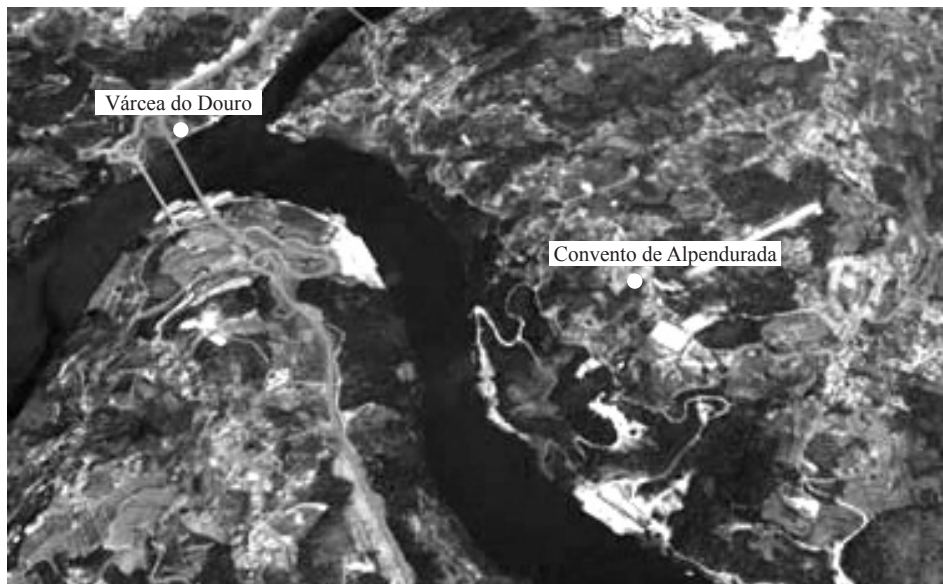


Fig. 4 - Vista aérea da confluencia dos ríos Támega e Douro

Augusto é atribuíble a inscrición, non contando con outro recurso para satisfacela que as singularidades derivadas da epígrafe mesma.

Os dous vectores que poderían conducirnos a algunha conclusión verosímil poderían ser, segundo soen, o número de anualidades da *tribunicia potestas* do príncipe, en activo como referente cronolóxico desde que se lle concedeu para ser renovada cada ano, en xullo do 23 a.C.¹³ e a atribución ao mesmo do pontificado simple¹⁴, se non é que do máximo.

Porén, tras a *tribunicia potestas* non se detectan, nin existe espazo para iso, as habituais cifras ordinais que puideran especificala, práctica que, no que respecta aos documentos epigráficos, soamente comeza a aparecer expresa a partir do primeiro ano en que se reitera¹⁵, así como, no que atinxe aos numismas, a partir da oitava tribunicia potestade do príncipe, ano 17 a. C, se ben algúns opinan que xa desde a quinta, coincidente cos anos

¹³ *Res Gestae Divi Aug.* 10.1. Ao respecto, Cancik-Sneider 1997, 2, 309.

¹⁴ O título de *pontifex*, sen máis, teríao recibido Augusto o 18 de outubro do 48 antes da era, pouco tempo despois de vestir a toga viril (Nic. Damasc. 127,8; Cic., Phil. 5.46. Vide, así mesmo, Cancik-Sneider 1997, 302). Porén, non temos atopado referencia ningunha epigráfica, ata agora, se cadra, a este pontificado simple de Augusto.

¹⁵ Cagnat 1914, 178, ao referirse a Augusto e, en sucesivos cadros, a outros emperadores; ou sexa, que a primeira potestade tribunicia non se marcaría con numeral ningún.

19/18 a.C.¹⁶. Porén, se a palabra *pontifici*, que segue a continuación, correspondese ao pontificado máximo, trataríase dunha epígrafe posterior ao ano 12 a.C. xa que é a data en que a Augusto se lle atribúe tal título, tras a morte de Lépido. A solución, polo tanto, para esta tarefa difícil e delicada soamente podería vir da posibilidade de tratarse do pontificado simple, o cal, paradoxalmente, é expresamente atribuído a outros membros da súa familia en diversas ocasións, caso de Braga, pero nunca ao emperador, que coñecemos, noutras inscricións. En conclusión, que a ausencia de cifras na mención da potestade tribunicia permitiría retrotraer os acontecementos á primeira anualidade na que entrou en vigor, 23- 22 a.C., mentres que, e na hipótese de querer atribuírlle o pontificado máximo, rebaixaríaos a datas posteriores ao ano 12 a.C.. Certo que, en ocasións, resulta problemático compaxinar a cronoloxía das distintas titulaturas que se refiren ao príncipe, imputándose o erro, con frecuencia sen razón e outras con ela, segundo se verá, aos cuadratarios. De calquera maneira, caso de ter que aceptar a primeira opción, como nos gustaría, atopariámonos ante unha das inscricións augústeas máis temperás da península á que convirá, se é posible, buscarlle paralelos próximos. E, a tal respecto, cabe adiantar que, nunha área non excesivamente afastada da beira meridional do Douro, e en consecuencia tampouco de Alpendurada, parecen terse detectado as inscricións dedicadas a Augusto, ata agora máis antigas de *Hispania*, gravadas sobre os miliarios dunha vía ou vías, ao noso modo de ver, autenticamente militares, abertas polo exército romano entre *Emerita* e os campamentos do *Astura*, tras ser fundada a capital de *Lusitania*, nun tramo correspondente á actual fronteira hispano-portuguesa, concretamente nas localidades portuguesas de Alfayates e Argomil, do distrito da Guarda, e españolas de Coria e Iruña, na provincia de Salamanca. Máis que de miliarios cilíndricos ao uso, trátase de fitos a maneira de laxas prismáticas, de altura similar á dos miliarios, coa inscrición na cara anterior¹⁷, as cales, en dúas ocasións, ofrecen o número de millas no inicio do texto desde un *caput viae* tácito que, porén, e atendendo ás circunstancias históricas do momento, unicamente podería ser *Emerita*, mentres falta nos outros dous casos dito pormenor. Fóra deste detalle, o texto epigráfico é idéntico en todos eles. Procederemos, polo tanto, a describilos superficialmente.

O miliario de Alfayates, consistente nunha laxa prismática de 200 por 50 por 30 cm. atópase depositado, desde principios do século XX, no Museo Arqueolóxico Nacional de Lisboa, téndose ocupado do seu estudo diversos investigadores¹⁸ (fig. 5). Non obstante, a última e máis fiable das versións ata agora logradas veu da pluma de Patricio Curado, en 2007, conforme se ofrece en nota, tras terse efectuado previamente

¹⁶ Mattingly-Sydenhan 1972 (reimp.), RIC, I, 45.

¹⁷ Trátase dunha modalidade moi empregada durante os dous últimos séculos da República en vías do val do Ebro (Lostal Pros 1992, 11-16) e tamén noutras partes do ámbito romano.

¹⁸ Lambrino 1956, nº 13, dándoo como miliario, con cronoloxía entre 2 a.C. - 14 d.C.; AE, 1957, 185; Patricio Curado 1987, considerándoo como fito terminal, ao igual que Alarcão 1988, nº 4, 310; Osório 2006, nº 37, téndoo como unha inscrición simplemente honorífica; Alarcão 2006, 134-136, precisando agora que se trataría dun terminus pratorum, como tamén crera Patricio Curado nunha das veces anteriores.

unha limpeza integral da pátina superficial da peza¹⁹.

En canto ao exemplar de Argomil, aparecido nos anos cincuenta da pasada centuria baixo o altar maior da igrexa parroquial daquela localidade, presenta, así mesmo, forma prismática, cunhas dimensións, pese a atoparse fracturado no seu terzo inferior, de 164 por 42 por 22 cm. Varios autores mencionárono, tras a súa aparición, nas respectivas publicacións²⁰; po rén, foi Inês Vaz quen inicialmente ofreceu a interpretación máis coherente en todos os aspectos²¹, interpretación que Patricio Curado ratificará máis tarde, se ben criticando unha posterior vacilación de Inês Vaz a favor da fórmula en dativo²².

Respecto ao miliario de Coria, en realidade tan só un fragmento deste, de 47 por 40 por 27 cm. e letras de 5 cm., cabe dicir que procede das inmediacións do referido núcleo urbano, atopándose actualmente depositado no Museo do Cárcere Real de dita poboación²³. Carece de millas expresas ao inicio, como o de Argomil, pero posúe o resto da lenda idéntica á dos demais.

En fin, de novo a fortuna propiciou que se producira un novo achado desta clase de cipos, así mesmo prismático, en Iruña (Salamanca), tamén cunhas dimensións de 230 por 47/43 por 37/31 cm., con letras de 5 cm. de altura, ao igual que o anterior²⁴. Gárdase actualmente no Museo de Salamanca, sendo o segundo deste peculiar grupo que ofrece as millas expresas no inicio do texto, se ben sen delatar, unha vez máis, o *caput viae*.

Baseándose neses catro exemplares, efectuou Patricio Curado, primeiro unha severa autopsia dos textos, que o levou a demostrar unha datación idéntica, para todos os exemplares, atribuíble ao ano 23 a.C., e, a continuación, unhas valiosas deducións

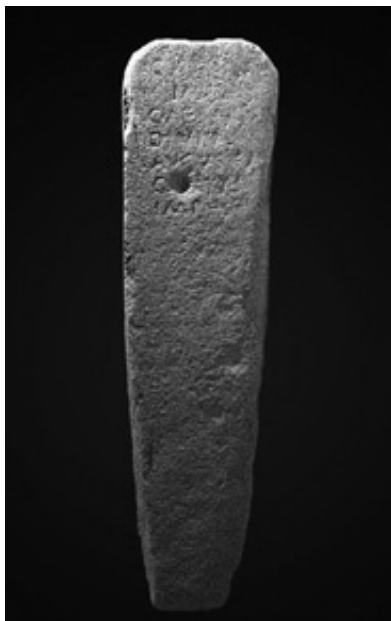


Fig. 5 - Miliario de Alfayates, Guarda.
(Museo Arqueolóxico Nacional, Lisboa)

¹⁹ Patricio Curado 2007, desenvolvendo a lenda: (*Milia passuum*) *C*[XXX?]/ *Im*[*p(erator)*] *Caes*[*r*]/ *Divi f(ilius)*/*Avgusttu*[*s*]/*c*[*o(n)s*] *XI*/ *imp(erator)* *VIII*.

²⁰ Rodríguez 1980, 99-100, errando o número de potestades imperatorias, que cre son XIII, en vez de VIII; Alarcão 1983, 106, considerándoo miliario.

²¹ Inês Vaz 1985, 635-639.

²² Patricio Curado 2013, 59-74, segundo a versión: *Imp(erator)*/ *Caesar*/ *Divi f(ilius)*/*Augustus*/ *co(n)s(ul)* *XI*/ *imp(erator)* *VIII*.

²³ Sánchez Albalá-Vinagre Nevado 1998, nº 90, coa versión: *Imp./Caesar*/ *Divi f./Augu[ustus]*.

²⁴ Salinas de Frías-Palao Vicente 2012, 275, nota 4, coa transcripción: *CXX*/ *Imp(erator)*/ *Caesar*/ *divi f(ilius)*/*Augustus*/ *co(n)s(ul)* *XI*/*imp(erator)* *X*.

históricas²⁵ que trata de polarizar arredor da hipótese de que se trataría dos marcos dunha vía construída, non se sabe se total ou parcialmente, baixo o mandato do gobernador, daquela, de *Lusitania*, Publio Carisio, ruta que pouco tería tido que ver coa posterior “Vía da Prata”. En definitiva, que o texto común plasmado sobre os catro fitos miliarios descritos sería, segundo Patricio Curado:

Imp(erator) Caesar Divi f(ilius) Augustus co(n)s(ul) XI imp(erator) VIII.

A atribución de *Imperator Divi filius* posúe a Augusto desde o ano 40 antes da era, engadíndoselle a dignidade de *Augustus* no 27 a.C.²⁶. Por outra parte, a VIIIª potestade imperatoria do príncipe perduraría durante os anos que median entre o 23 e o 20 a.C., nada que ver cos dez e oito do XIº consulado, que soamente mudará ao XII no ano 5 antes da era, deixando, en teoría, de ser utilizado como criterio de datación desde o un de xullo do 23 a.C., ao recibir Augusto a súa primeira potestade tribunicia²⁷. O mesmo acontecería coas mencións do *imperium* que, segundo Dion Casio, valería de criterio para o mesmo a partir do 19 a.C.²⁸.

No caso dos miliarios aos que nos estamos referindo, porén, iso non acontecería así, posto que aparecería con dita función, xunto co consulado, na primeira metade do ano 23 a.C.. A partir desta data sería a *tribunicia potestas* a que substituiría ao consulado neste cometido, volvéndose, en teoría, incompatibles entre si²⁹, o que comprobaremos posteriormente que se atopa lonxe de cumprirse. E sería este eixe cronolóxico o que nos permitiría precisar a erección destes catro fitos con anterioridade ao 1 de xullo do ano 23 a.C., resultando ser as dedicatorias levantadas en honor de Augusto máis temperás de toda a península, segundo xa adiantara Abascal, no seu día, ao referirse a un deles³⁰. Agora ben, ¿como inserir no contexto histórico do momento uns vestixios epigráficos aparentemente tan desconcertantes? Atendendo ás datas e ao lugar que se propón, o tema non resulta alleo, en absoluto, a un de nós, xa que tivo a ocasión de abordalo, se ben tanxencialmente, ao acometer un estudo sobre as guerras cántabras hai xa máis de sete lustros³¹. Remitindo a dito estudo aos que desexen unha maior información, trataremos agora de sintetizar, ao máximo, o que alí se avanzara.

A tal respecto, e tomando como guía a rigorosa cronoloxía dos acontecementos, ano por ano, que Dion Casio establece, no 27 a. C., teríase producido a creación da nova *Provincia Ulterior Lusitania* cos territorios da metade setentrional da antiga

²⁵ Patricio Curado 2013, 5974.

²⁶ Suet., Aug., 8.1; Vell. 2,59.3, en Cancik-Steiner 1997, 2, 302.

²⁷ *R Gest. divi Aug.*, 10.1.

²⁸ Cass. Dio 54,10.5; Cancik-Steiner 1997, 310.

²⁹ Só en teoría porque, de feito, como poderá comprobarse nas consideracións finais, chegaron a ser compatibles a totalidade.

³⁰ Abascal Palazón 1996,53.

³¹ Rodríguez Colmenero 1979, 113-128.

*Ulterior*³², enviándose para gobernala, en tanto que provincia imperial con rango pretorio, posiblemente xa no ano 26 a.C., a Publio Carisio. Por outra parte, a finais do 27 a.C. tería chegado Augusto a *Tarraco*, empregando a totalidade do ano seguinte en preparativos para a inminente campaña contra cántabros e ástures. Non estraña, pois, que Carisio recibise ordes de facer o mesmo na provincia que recentemente se lle encomendara, e sen que coñezamos cal tería sido a poboación elixida para sede do seu goberno. É posible, ademais, segundo quere Syme³³, que cooperase desde Lusitania, durante todo o 26 a.C., na instalación dos campamentos do exército da Citerior, facendo fuxir aos montes, con esta incursión súa, a un gran número de ástures, os que se verían forzados a abandonar, entre outros, o seu *oppidum* principal, *Lancia*. Entrados no 25 a.C. e, contra todo prognóstico, os ástures fuxidos o ano anterior aos montes, baixarian en son de guerra das súas nevadas montañas, pretendendo, co maior dos sxiilos, masacrar inesperadamente a tropa dos tres campamentos romanos acabados de instalar na beira do Astura. Porén, os brigaecinos, nas inmediacións da actual Benavente, administrativamente pertencentes agora á provincia que Publio Carisio gobernaba, teríanlle dado o sopro do que se tramaba, conxurándose, así, o golpe, pero precipitando un enfrontamento que soamente era esperado para a primavera avanzada do 25 a.C.³⁴. Carisio arremetería entón contra os ástures sublevados os que, paradoxalmente agora, se refuxiarían en *Lancia*, a cidade que abandonarán á súa sorte o ano anterior. Pese a todo, de novo serían sometidos por Carisio, quen, nun alarde de aparente xenerosidade, perdoaría o arrasamento da cidade. Mentres tanto, os tres corpos de exército da Citerior, baixo o mando supremo de Augusto, Caio Antistio, O Vello, e outro xeneral ata agora descoñecido, envolverían a franxa territorial cántabra, desde o Bidasoa ata Fisterra, na maraña dun triplo avance que, na súa primeira fase, lograría resultados dispaes, pois mentres Antistio tería concluído a conquista do sector occidental a principios do verán, Augusto tería parado ante *Aracillum* na fronte central que dirixía sen que, por outra parte, coñezamos nada da marcha da columna oriental que, en cambio, supoñemos triunfante (fig. 6). En todo caso, Augusto, esgotado e enfermo, retirárase a *Tarraco*, posiblemente a mediados do verán, substituíndoo na dirección da contenda Antistio mesmo quen, tras impartir ordes á frota de que atacase os cántabros polas costas, desde o mar, habería de lograr a pinza perfecta para acabar coa resistencia daqueles montañeses. En todo caso, cara a setembro daquel mesmo ano tería podido comunicarlle a Augusto que as operacións bélicas concluíran con éxito. E Carisio, ¿que podería estar facendo por estas datas? Controlando, sen dúbida ningunha, os belicosos ástures e cubríndolle, deste xeito, as costas, así como o funcionamento da loxística, ao exército da Citerior. En todo caso, esperábanlle ao gobernador de Lusitania óptimas novas nos meses que restaban daquel

³² Cass. Dio, LIII, 12.4.

³³ Syme 1970, 104.

³⁴ Cas. Dio, LIII, 25,2.

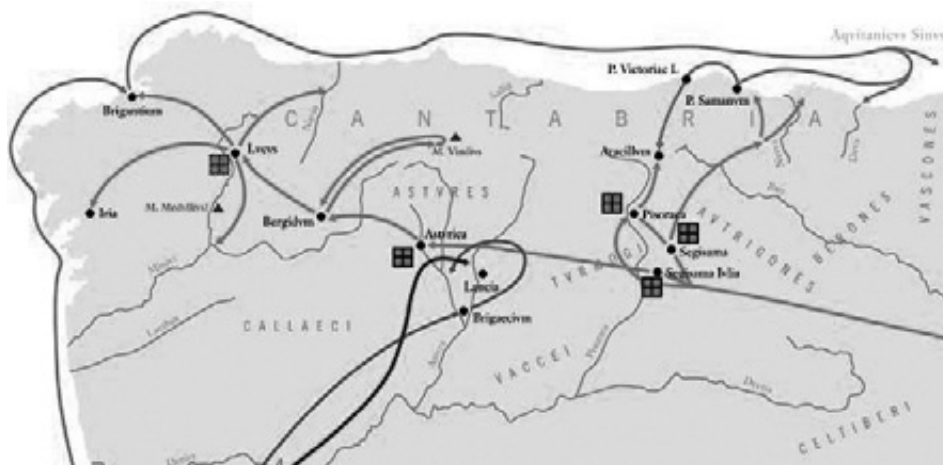


Fig. 6 - Mapa de desenvolvemento das guerras cántabras, campaña do ano 25 a.C.
(segundo Rodríguez Colmenero, 2011)

ano 25 a.C. concretadas na fundación, dentro da súa provincia, dunha nova colonia, *Emerita Augusta*, capital no futuro da provincia que se atopaba gobernando, á vez que da súa legatura pretoria. Debido a iso, resultan predicibles as andanzas deste prohome durante o ano -24, sumido, sen dúbida, en innumerables quefaceres relacionados coa planificación da cidade e das súas estruturas, así como dunha incipiente rede viaria de comunicación con lugares próximos e non tan próximos, caso das terras acabadas de conquistar do noroeste peninsular. Por iso, a sublevación coordinada de cántabros e ástures no 24 a.C. contra o legado da Citerior, Lucio Aelio Lamia, non debeu de importunar demasiado a Carisio, xa que foi rapidamente sometida, clausurándose en Roma, significativamente, as portas do templo de Xano, deus da guerra. Deste modo, o ano 23 a.C. foi integralmente pacífico, encontrando así Publio Carisio tempo suficiente para os seus ensaios urbanísticos, tanto na erección da nova capital da colonia como na construción das imprescindibles vías de acceso para comunicala co exterior, entre os que non sería a menos importante a que daría acceso aos territorios transdurianos da súa provincia. E, froito do indicio da construción desa ruta, neste caso posible paradigma de vía militar, serían os fitos miliarios aos que acabamos de referirnos, por outra parte perfectamente datados no ano 23 a.C. O que resta do relato xa non interesa demasiado para o que agora pretendemos, e ata é posible que a nova sublevación de cántabros e ástures no -22 arruinase os plans e a carreira de Carisio, por canto sería Caio Furnio, o legado da Citerior, o que habería de sacarlle as castañas do lume en solo ástur, segundo se desprende das fontes que refiren os feitos³⁵. En todo caso, pode que o seu mandato concluíse nese mesmo ano 22 a.C. ou mellor, como tamén opina

³⁵ Cass. Dio, LIV, 5,1.

Alföldy³⁶, que permanecese ata o 19 a.C. como legado da Citerior, pero xa sen as terras comprendidas entre o Douro medio e baixo e o Cantábrico, seccionadas daquela para conformar a nova Provincia Transduriana que gobernará, desde agora, en paralelo co legado da Citerior, Lucio Sestio Quirinal.

¿Que conclusión, polo tanto, cabe extraer desta xa dilatada digresión? A que se pretendía, isto é, que non resulta improbable que a inscrición primeira de Alpendurada poida ser atribuída ao goberno de Lucio Sestio Quirinal Albiniano, dado que, tamén no ámbito da obra pública, precederían a aquela no tempo, ben que lixeiramente, outras catro de territorios non demasiado afastados do seu ámbito, segundo xa se avanzou nas páxinas que preceden. Iso viría a demostrar, ademais, que os contactos de Roma cos pobos situados ao longo do curso do Douro viñan xa de lonxe e comezaban a dar os seus froitos.

En fin, e con respecto á última das interrogantes formuladas, o porqué do monumento neste lugar concreto, cabe dicir que, na hipótese de datación máis temperá, que é a que se baralla, por agora, cabe dicir que, por tales datas, aínda non se tería fundado a *Bracara Augusta* romana, nin a provincia *Ulterior Lusitania* traspasaría a liña do Douro cara ao norte, sendo por entón *caput civitatis* dos *Bracari*, posiblemente, o Citania de Briteiros³⁷. Por iso, a determinación, espontánea ou inducida, por parte dos *Bracari*, de erixir este monumento a Augusto nunha das fronteiras tribais da etnia, e neste caso tamén da provincia, moito nos tememos que puidera ter que ver coa política do gobernador da Transduriana, Lucio Sestio Quirinal, provincia á que os *Bracari* pertencerían con anterioridade aos anos 14/13 a.C., de rodear, non só os confíns occidentais do orbe coñecido, senón tamén os bordos interiores da súa provincia, incluído o meridional, con monumentos glorificadores da vitoria cántabra, escollendo para iso un lugar famoso, tanto pola súa situación interior como pola súa sacralidade. E é posible tamén que, durante a contenda que acababa de concluír, fose a actitude dos *Bracari*, máis de colaboración leal con Roma, que de inimizade, buscando, por iso, un lexítimo recoñecemento desta alianza na erección, no seu nome e a favor de Augusto, do monumento ao que nos estamos a referir³⁸.

Porén, esta magna cartela epigráfica necesita que lle sexa explicado outro matiz: a sacralidade *bis* ou segunda edición dun monumento anterior por parte dos *Bracari* en honor do emperador. A tal respecto, e nesta última liña, e entre as palabras *sacrum* e *Bracari*, existe un raro símbolo que nos mantivo desconcertados durante bastante tempo ata que caemos na conta de que podería tratarse dun numeral, soamente redutible ao II, ¿de *duoviri*, como en principio sospeitamos? Non era posible, dada a circunstancia histórica na que é enmarcado, polo que a única opción viable era asocialo con *sacrum*,

³⁶ Alföldy 2001, 17-29.

³⁷ Rodríguez Colmenero 2000c, 89 ss.

³⁸ No decreto de Augusto do Bronce de Bembibre hai castella súsarros que permaneceron fieis a Roma mentres que outros se rebelaron contra ela, canto máis acontecería entre unha civitates e outras.

segundo imos ver, con pleno sentido. Para iso, non obstante, é preciso dar por feito de que os *Bracari*, en canto etnia, terían erixido outro monumento a Augusto en datas anteriores ¿no mesmo lugar ou noutro distinto do seu propio territorio? Inclinámonos pola segunda das posibilidades pero, cos datos que posuímos, non podemos avanzar moito máis na solución. En todo caso, o topónimo *Torreo* (torre grande), que corresponde ao barrio de Bárcea do Douro que actualmente se asenta no vértice territorial que conforma a confluencia do Tâmega co Douro, tras ter configurado un glacis de erosión en suave declive, debido ao cal a corrente de ambos leitos resulta perfectamente visible desde un mesmo observatorio, invita a pensar que puido terse situado neste lugar un monumento de tal natureza. E iso tanto máis canto que, neste apéndice entre ríos, se asenta actualmente a sede parroquial e a súa igrexa, pertencente a un antigo convento, o cal posúe nos lenzos exteriores dos seus muros, polo menos, frecuentes perpiaños romanos con evidentes vestixios de *forfex*. Tal feito, ao igual que unha secuencia sacra secular e continua no lugar, ademais da súa estratéxica situación na confluencia de dous grandes ríos, suxiren que este puido ter sido o lugar de localización un ou dos dous os tres monumentos que as epígrafes parecen delatar, como estamos vendo e seguiremos corroborando nas páxinas que seguen. En todo caso, o que actualmente conservamos deste non é máis que a gran cartela dun edificio, que presumimos turriforme, segundo era usual, cuxos restos terían sido transportados, en datas bastante posteriores, desde Torreo a Alpendurada, xuntamente co resto do aparello do edificio, para a erección do próximo mosteiro ou convento de Alpendurada, segundo evidencia aínda o material pétreo de datación romana reempregado nela.

1.2. Posible segundo (ou terceiro) monumento detectado en Alpendurada (Marco de Canaveses)

Porén, non se esgotan as noticias arqueolóxicas nesta poboación cos probables dous trofeos, un deles soamente suxerido, dos *Bracari* erixidos en honor de Augusto. Existen vestixios dun terceiro, probablemente posterior, cuxas pegadas descubrimos, casualmente, en datas recentes e que pasamos a describir.

No lenzo exterior da parede setentrional da igrexa deste antigo mosteiro, actualmente templo parroquial de Matos, descubrimos, incrustados no aparello, tres fragmentos de perpiaño, coas respectivas inscricións, así mesmo fragmentadas, gravadas en superficie, deducindo do feito que, derrubamentos dunha antiga construción, cuxa situación descoñecemos, terían sido reaproveitados para a obra actual (fig. 7). Dubidamos, inicialmente, da época á que deberían ser atribuídos, decidíndonos, finalmente, tras demorada análise, pola época romana. Porén, os novos vestixios non terían pertencido ao monumento cuxa cartela acabamos de describir nin ao supostamente anterior ao mesmo, senón a outro diferente, posterior.

A letra dos novos textos, de 12 cm. de altura en todos os casos, é capital cadrada



Fig. 7 - Fragmentos de tres inscricións incrustados no exterior da parede norte da igrexa do convento de Alpendurada

romana, de bastante boa factura, cuxo enmarcamento cronolóxico resulta, porén, difícil de efectuar en primeira instancia. É o posible contido dos vocábulos descifrados, en realidade, o que nos levou ás deducións das que agora nos dispoñemos a dar conta.

No primeiro deles, de 117 por 40 cm., percíbese a lenda.....RTICVM II IN /.... TOQVE RUM^P..., sendo hipoteticamente interpretable como: *[Po]rticum II(secundum) in[struxit?]*. No que respecta á segunda liña, a frase podería, posiblemente, recompoñerse como *[.....strenua cura labore mul]toque rum^p[erunt] ?*.

No segundo, de 75 por 40 cm.:.....VS CO/ VM GRA, podendo reducirse hipoteticamente a *...us co[n]struxit ?]..../ [c]um gra[dis]*.

O terceiro, de 67 por 39 cm.:...AME^N./... DVS C V, podendo resolverse en: *[fla]m^en/ [? ? Iucun]dus c(larissimus) v(ir)*, xa que tanto a posición finalista das dúas siglas como o feito de que o C de *C(larissimus)* se atope invertido aconsellarían dita lectura que, non obstante, non se atopa exenta de reservas.

É probable que se trate de fragmentos da dedicatoria dun monumento parecido ao anterior por parte dun legado de rango consular ou, talvez, dun *flamen* do *conventus bracarensis* de liñaxe social eminente. Por iso, a versión fragmentada que ofrecemos pretende soamente respectar unha elemental coherencia e interacción dos vocábulos rescatados coa arquitectura ou a construción, que é ao que parecen aludir os supostos termos: *porticum*, *rump[erunt]*,...*jus [c]um gra[dis]* etc. achegando elementos suficientes para deducir que se trata da construción dun posible segundo pórtico, coa

súa escalinata respectiva³⁹; que para dita construción se terían cortado, ao ter que rozar no lugar, rochedos emerxentes con rigoroso coidado e grande esforzo, unha maneira de encaixar ese semiencuberto posible adxectivo seguido da conxunción pospositiva *-que*, por canto a expresión “labore multo”, significando traballo esforzado, se converte nunha frase tópica relacionada coa construción, segundo os dicionarios; e, finalmente, que o esclarecido *home*, *c(larissimus) v(ir) ? ? [Iucun] dus*, gobernador de provincia, legado xurídico ou flamen, sería, talvez, o promotor da obra, segundo se indicaría na dedicatoria.

1.3. Placa dedicada a Augusto, esta vez no Castelo de San Paio, Nogueira, municipio de Cinfaes (Portugal)

Trátase da epígrafe que Hübner e a xeneralidade dos seus seguidores daban erroneamente como aparecida en *Aquae Flaviae*, á que xa nos referimos en páxinas anteriores. Doada en 1999 ao Museo de Guimaraes por Joan de Vasconcelos e Menezes, veciño de Marco de Canaveses, consérvase actualmente naquel mesmo centro co número 44, sendo varios os epigrafistas que transcribiron o que queda do seu texto orixinario⁴⁰, que non ofrece dúbidas maiores, salvo no que respecta aos *nomina* do dedicante e fórmula final da dedicatoria. O soporte consiste nunha placa granítica rectangular, tal como orixinariamente parece ter sido, de 144 por 53 por 18 cm., con letras de 10 cm. de altura (fig. 8). A lectura efectuada, desde os tempos de Hübner, polos autores que nos precederon, é como segue:

*Imp(eratori) Augusto Divi
f(ilio) sacrum publice
ulius*

Algúns tratadistas pretenden rescatar un *[I]ulius* como dedicante.

Pola nosa parte, opinamos que non é probable que poida lerse *Iulius*, xa que o segmento...*ulius* pertence ao sector no que se atoparía explícito o *cognomen* do dedicante, non o *nomen*, como sería necesario interpretar, posto que o antropónimo *Iulius* funciona sempre como *nomen* nos casos coñecidos.

En canto a outras particularidades do texto, subliñar que se trata dunha dedicatoria pública a Augusto, curiosamente sen mencionar para nada a palabra *Caesar*, que debería

³⁹ Dedicatorias similares de pórticos son frecuentes na epigrafía romana da península, e concretamente en honor de Augusto, o criptopórtico co seu pórtico na antiga *Lacipo*, Casares, Málaga (Puertas, 1979, 99 ss; AE, 1981, 504; Abascal, 1996, 55).

⁴⁰ Hübner, EE IX, nº 269; Revista de Guimaraes, XVI, 132XVII, 186; XVIII, 71.; AE, 1951,81; Cardozo 1972, 65; Abascal Palazón 1996,58, atribuíndo dita epígrafe aos *Bracari*, sendo que procede dun asentamento situado na beira sur do Douro. É posible que quixese referirse ao de Alpendurada.



Fig. 8 - Dedicatoria a Augusto procedente de San Paio da Nogueira, (Cinfaes, Portugal)

antecedela, na maneira máis simple e utilizando a fórmula *sacrum*, acostumada nos monumentos dedicados ao fundador do imperio, segundo se ven vendo nas páxinas que preceden; fórmula que, así mesmo, é utilizada nas dedicatorias privadas ao mesmo emperador, como pon de manifesto unha inscrición de *Salacia, Conventus Pacensis*⁴¹.

Porén, ninguén reparou ata o presente, que saibamos, nos condicionantes do seu lugar de procedencia, castro de San Paio da Nogueira, no Concello de Cinfaes, ao sur do Douro, pero bastante preto do leito deste río.

Cremos, en principio, poder relacionar directamente esta inscrición augústea coa de Alpendurada, dada a escasa distancia entre as súas respectivas localizacións, pero desistimos de tal intento, por canto non son divisables entre si os seus respectivos emprazamentos, a parte de posuir formularios diferentes. Porén, da análise *in situ*, bastante minuciosa, da localización da placa, cremos ter deducido bastantes peculiaridades de interese que afectan ao contexto.

O castro de San Paio da Nogueira atópase situado nunha ladeira que, descendendo de mediodía a setentrión, xira suavemente cara ao Douro (fig. 9) Por outra parte, no inicio da área arqueolóxica emerxe, a maneira de cornecho granítico, un pequeno outeiro rodeado de foxo e muralla, nalgúns sectores ciclópea, do que se desprende que dito outeiro tería servido de epicentro xerador dun poboado que, andado o tempo, teríase ido estendendo, ladeira abaixo, ata alcanzar unha notable dimensión. E, como queira que non consta que houbera escavación científica ningunha no lugar, son os vestixios aínda visibles a flor de terras os que nos subministran información para efectuar, polo menos, unha descrición superficial. O primeiro que se advirte dentro da área arqueolóxica do *oppidum* é un inmenso horizonte de pedras labradas romanas

⁴¹ *Vicanus Bouti f(ilius)/ sacrum* (CIL, II, 5182; ILER, 1026; D'Encarnação 1995, nº 44; Abascal Palazón 1996, 47).



Fig. 9 - Localización do castro de San Paio da Nogueira, (Cinfaes, Portugal)

reutilizadas nunha morea de muros de peche dos predios modernos, conformando, ademais, bancais, plataformas, camiños etc. de marca tradicional, así como tégulas abundantes por todas partes, cerámica indíxena e romana, fustes e outros elementos arquitectónicos. Por outra parte, os naturais do lugar falan de achados varios, entre eles epígrafes romanas diversas. ¿Que facía, polo tanto, neste lugar a inscrición á que nos estamos referindo, sendo que, ademais, se tería erixido *publice*, isto é, en nome dunha provincia, dun convento xurídico ou dunha *civitas*, como soe ser normal e matiza o adverbio mesmo empregado nesta ocasión?⁴² Descartada unha, por outra parte infrecuente, dedicatoria particular ao emperador, non caben máis que dúas respostas no que atinxe á opción pública: que se trate da iniciativa dun mandatario imperial ou, en todo caso, dunha *civitas* que levaría no seu *caput civitatis* a dedicatoria en cuestión por medio dun maxistrado que, naquel momento, a administraría en nome de Roma. Nun e outro caso, e mentres o soporte mantén intactos os seus bordos laterais e superior orixenarios, temos que dar por perdido o inferior, no que se atoparía gravado o cargo do dedicante, xuntamente coa palabra *dedicavit*, se non é que as siglas desta. De calquera maneira, o dedicante, sexa mandatario da provincia ou dunha da súas *civitates*, pertencería á *Ulterior Lusitania*. Agora ben, no caso de que se tratase do segundo, como é máis probable, dada a súa aparición nun xacemento indíxena, ¿de que *civitas* se trataría?. Dos *Arabrigenses* ou dos *Colarni*, moi probablemente, xa que, como queda insinuado, son as dúas *civitates* que, para as terras situadas ao sur do Douro neste sector, menciona o termo augústeo de Goujoim (Armamar), como xa queda

⁴² Glare 1982, 1512. Dos cinco significados que se lle atribúen ao adverbio, hai tres que puideran ser tomados en consideración para o noso caso: concernente ao estado, oficialmente; froito dunha decisión corporativa ou colectiva dunha comunidade; de interese ou contexto público, en oposición ao privado.

indicado. Porque, se os *Bracari*, limítrofes co Douro polo norte, se viron impelidos, de grao ou por forza, a efectuar a dedicatoria de Alpendurada na beira dereita do Douro, ¿por que no haberían de facelo os *Arabrigenses* ou *Colarni* na beira esquerda, a do sur, tratando, talvez, de emular os seus veciños do norte?

1.4. Acerca doutra famosa dedicatoria a Augusto, así mesmo na confluencia de dous ríos históricos: o Ulla e o Sar.

O único que a menciona é Mela, denominándoa no seu relato *Turris Augusti titulo memorabilis*⁴³. Aparentemente, a frase non parece posuír transcendencia, pero tena por varias e importantes razóns. En primeiro lugar porque, de novo se trata dunha localización xunto á confluencia próxima ao mar, aínda interior, de dous ríos famosos, pero non sagrados que se saiba, como no caso anterior. Porén, a busca dunha confluencia de ríos para a localización dun trofeo posúe, posiblemente, un significado simbólico que, nesta ocasión, queda fóra do noso alcance comprender.

Por outra parte, o feito de denominar *turris* a un monumento deste tipo, delataría, por si mesmo, en primeiro lugar, unha certa grandiosidade arquitectónica de dito monumento, tanto máis canto que a cartela coa dedicatoria, *titulus*, a cuxa fama alude Mela, era xa mundialmente coñecida cando aquel escribiu o seu periplo; e en segundo termo, porque puido ter asumido, ao mesmo tempo, de faro⁴⁴. Mágoa, non obstante, que non se nos precisara máis o seu contido na expresión transmitida. Por outra parte, deducimos desta mesma fonte que non se trata de ningún monumento sestiano xa que, de selo, daríao a coñecer como tal, á maneira de como o fará o cidadán de Tingitana posteriormente, neste mesmo relato, cando se refira á descrición da costa asturiana. Outro detalle, tido en conta controvertidamente por tratadistas anteriores, é o de se o topónimo de Ponte Cesures podería derivar de *Pons Caesaris*, aludindo así a outro *nomen* de Augusto. Para nós resulta factible xa que, pese a non atoparse cantería romana na fábrica de pontes posteriores, segundo algúns arqueólogos obxectan, non tódalas pontes romanas teñen que ser de pedra, sobre todo na beiramar, en donde as de madeira e barcas foron utilizadas con éxito en moitas ocasións durante a época romana.

Remaría na dirección de referirse a *Turris Augusti* a circunstancia de chamarse Infesta un lugar non excesivamente afastado da confluencia dos dous ríos, Ulla e Sar, xa que o topónimo podería aludir a un fito histórico que, ao manterse en pé dende datas inmemoriais, tería dado orixe ao topónimo actual. Cremos mais probable, non obstante,

⁴³ Mela, III, 1, 10 “A torre de Augusto famosa pola súa inscrición”.

⁴⁴ A tal respecto, non convén esquecer o contexto histórico-arqueolóxico que rodea o lugar, tanto entre o Ulla e o Sar, por donde se estenden os vestixios que unirían a Iria Flavia co seu porto principal, xa ao sur do Ulla, como a mediodía deste río, segundo confirman o topónimo Porto alí existente e, mesmo, os vestixios dun peirao romano ocupando a ribeira meridional do río, así como outros importantes restos (cfr. López Ferreiro 1898, 228-229. Posteriormente Pérez Losada 2002, 92-108, resumindo a bibliografía anterior).

que puidera referirse a un miliario erecto relacionado co paso polo lugar da vía XIX do Itinerario de Antonino.

Moito máis suxerente resulta, cara o emprazamento da *turris*, a hipótese derivada da nosa derradeira e recente visita ao lugar. Efectivamente, na zona de Agramar, ao oeste de Ponte Cesures, ribeira meridional da confluencia mesma do Ulla co Sar, percíbese un outeiroño, cuberto na actualidade de vexetación arbórea, emerxendo a maneira de pitón granítico na paraxe de Agramar (fig. 10). A súa configuración cónica, cingida por numerosos socalcos, en algúns casos debidos a cultivos e noutros a canteiras, confírelle a imaxe dun pedestal estratéxicamente situado para recibir un trofeo da natureza do que neste intre estamos a falar. E ven a reforzar a hipótese, non só que López Ferreiro tivera elixido o mesmo lugar para o seu emprazamento⁴⁵, dato que ignorabamos antes da visita, senón tamén o feito de que, nunha breve prospección polo lugar achamos en superficie numerosos fragmentos de tégulas romanas, cantarías da mesma época reaproveitadas nos muros de contención dos socalcos e ata posibles vestixios de paredes a dobre lenzo, romanas, que terán de ser confirmadas coa pertinente escavación.

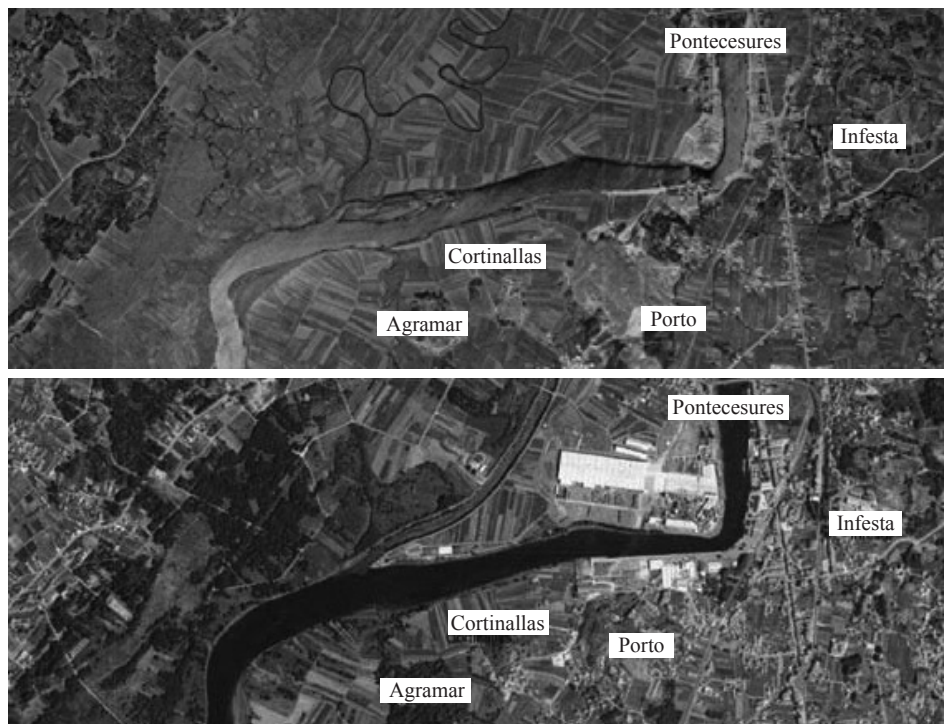


Fig. 10 - Posible asentamento da *Turris Augusti* no lugar do outeiro de Agramar (Valga, Pontevedra)
(Segundo o voo americano de 1956 e na actualidade)

⁴⁵ López Ferreiro 1898, 228-229.

Por outra banda, López Ferreiro ofrece no seu relato outras interesantísimas achegas descubertas durante a súa prospección: “Yérguese (el cerro de Agramar) casi frente por frente de la desembocadura del Sar, y en él aún se notan algunas peñas rozadas en sentido horizontal compara servir de asiento a algún edificio”⁴⁶. ¿Acaso se trataría dos fundamentos da *Turris Augusti*?, preguntámosnos.

En resumen, que se trataría da localización que máis se axusta a descrición de Mela, confirmando, por outra parte, os vestixios atopados a romanización do lugar.

Por outra banda, o achado de moedas de Augusto, así como cerámicas de importación da mesma época na zona do Porto, veñen a demostrar a actividade comercial romana, xa muy temperá, no lugar⁴⁷. Finalmente, outro dato de grande interese resultaría o de saber o lugar exacto de procedencia do conxunto de seis epígrafes votivos levados dende Cesures para ser reempregados na próxima construción, no século XI, da capela de San Xán de Requeixo, xa derrubada en 1918⁴⁸. As dúas medianamente lexibles áchanse significativamente dedicadas a Xúpiter e os Lares Viais. O conxunto en cuestión, por tanto, podería suxerir, tal vez, unha orixe común para todas elas, e a *Turris Augusti* podería ter sido ese santuario de referencia.

1.5. As *Ar(a)e Augustae* do Ravenate

Contra o que cre a case totalidade da bibliografía consultada, as *Arae Augustae* do Ravenate⁴⁹ non poden ser confundidas nin con grupo ningún das sestianas nin con calquera outro de aras augústeas, xa que a localización de cada unha das mencións se atopa claramente diferenciada e atribuída a lugares diferentes nas fontes textuais respectivas.

A vía que deseña o Anónimo de Ravena posúe o seu *caput viae* nun punto xeográfico anterior á mansión de *Quecelenis*, a *Aquis Celenis* do Itinerario de Antonino⁵⁰, identificable con Caldas de Reis que, naquela vía, segue á mansión de *Turoqua*, para nós Pontevedra, con case certeza. O sorprendente, en todo caso, é que o Ravenate non faga empezar a súa nela, e si nun lugar intermedio entre *Turoqua* e *Celenis* ao que, a vulgar polo topónimo, haberá que atribuírlle certa relevancia. Por outra parte, non podemos esquecer que a chamada *via per loca maritima* segue, desde *Bracara* ata *Celenis*, o trazado da XIX, segundo tratamos de demostrar noutra ocasión⁵¹, e desde alí marcharía ao longo dun tramo terrestre ata a Vilagarcía actual, para iniciar na súa costa o periplo mariño ata *Vicus Spacorum*, xa na península de Barbanza, ao outro lado da ría. E é nese punto de arranque da *per loca*, en Vilagarcía posiblemente, onde cremos que se debe fixar a atención para poder atribuírlle a cabeceira do camiño que o Ravenate deseña a través da súa descrición. En efecto, tal arranque costeiro da ruta viría avalado pola suposta situación litoral deste grupo de aras

⁴⁶ López Ferreiro 1898, 229.

⁴⁷ López Ferreiro 1898, 224-228; Pérez Losada 2002, 103.

⁴⁸ Baños Rodríguez 1994, 231-241.

⁴⁹ Rav. 308, 1, en Roldán 1975, 124.

⁵⁰ Itin. Anton.430, 3, en Roldán 1975, 75.

⁵¹ Itin. Ant. 423,6., en Roldán 1975, 76.

xa que, salvo excepcións, todas as chamadas así aparecen situadas na banda costeira. Polo tanto, o inicio desta vía terrestre situaríase na costa, precisamente no lugar no que, en sentido inverso e por mar, comezaría a *per loca maritima* propiamente dita. Por outra parte, Vilagarcía, e concretamente o castro de Alcabre, é asento de dedicatorias e santuarios, algún deles relacionado con Neptuno⁵². Tomar, por tanto, este lugar como asento das *Arae Augustae* en cuestión, non resulta, en absoluto, carente de fundamento. A única obxección que cabería opoñer a tal hipótese sería a escasa distancia entre mansións. Agora ben, por unha parte, a desigualdade de distancia entre mansións, nos itinerarios oficiais, soe ser unha constante e, por outra, de ter querido optar por outro punto de arranque para a vía, ese sería, por lóxica, *Turoqua* (Pontevedra), o que vén a patentizar, unha vez máis, que se o inicio da ruta se establece no punto en que se fixo, deberíase, talvez, a razóns de natureza ritual ou, polo menos, simbólica.

Bibliografía básica

- Abascal Palazón, J.M. 1996: “Programas epigráficos augusteos en Hispania”, *AAC*, 7. Córdoba, 45-82.
- Abascal Palazón, J.M. 2009: “Cornide y las inscripciones de la Torre de Hércules de A Coruña”, en Arias Vilas, F.; Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A. (eds), *Torre de Hércules: Finis Terrae Lux. Simposio sobre los faros romanos y la navegación occidental en la antigüedad. A Coruña, Junio de 2008*. A Coruña, 9-19.
- Abasolo Alvarez, J.A.; García Rosas, R. 1990: “Sobre las estelas zamoranas y su ornamentación”, *I Congreso de Historia de Zamora*, II. Zamora, 545-560.
- Acuña Castroviejo, F.; Gorgoso López, I. 2004: “Unha nova inscrición dun militar da Legio X Gemina na Gallaecia: a estela de Mallón de Cícere, Santa Comba (A Coruña)”, *Gallaecia*, 25. Santiago de Compostela, 131-145.
- Aja Sánchez, J.R. 2001: “Presencia militar romana en Cantabria. Una propuesta de revisión a la baja”, *Actas del I Congreso Internacional de Historia Antigua*. Valladolid, 155-172.
- Alarcão, J. 1983: *Portugal Romano*. Lisboa.
- Alarcão, J. 1988: *O dominio romano en Portugal*, vol. II. Lisboa.
- Alarcão, J. 2006: “Notas de arqueologia, epigrafia e toponimia”, IV, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, nº 1. Lisboa, 131-148.
- Alcorta Irastorza, E.; Rodríguez Colmenero, A. 2001: “De nuevo, la muralla de Lugo cantera de monumentos funerarios”, *Larouco*, 3, 223-230.
- Alföldy, G. 1969: *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Wiesbaden.
- Alföldy, G. 1972: *Flamines provinciae Hispaniae Citerioris*. Madrid.
- Alföldy, G. 1991: “Augustus und die Schriften. Die Geburt der imperialen Epigraphik”, *Gymnasium*, 98, 289-324.
- Alföldy, G. 2000a: *Provincia Hispania Superior (Schriften der philosophisch- historischen Klasse der Heidelberger Akademie der Wissenschaften)*, 19.
- Alföldy, G. 2000b: “Das neue Edikt des Augustus aus El Bierzo in Hispanien”, *ZPE*, 131, 177-205.

⁵² Bouza Brey 1953, 431-436.

- Alföldy, G. 2001: “El nuevo edicto de Augusto del Bierzo en Hispania”, en Grau, I.; Hoyas, J.L. (eds) 2001: *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*. León, 17-29.
- Alföldy, G. 2006: “Errores tarraconenses: iscrizioni mal integrate, mal lette, mal incise”, en M. G. Angeli Bertinelli – A. Donati (eds.), *Misurare il tempo, misurare lo spazio. Atti del Colloquio AIEGL – Borguesi 2005 (Epigrafia e Antichità 25)*, Faenza, 441-454.
- Alföldy, G. 2007: “Fasti und Verwaltung der hispanischen Provinzen: zum heutigen Stand der Forschung”, in Haensch, R.- Heirichs, J., *Herrschen und Verwalten. Der Alltag der römischen Administration in der hohen Kaiserzeit*. Köln, 324-354.
- Alves, F. 1909: *Memorias archeológico-históricas do distrito de Bragança*, IX. Porto.
- Antunes de Barradas, L. 1939: “Un marco miliario da vía romana de Braga a Chaves”, *Broteria*, XXVIII, fasc. V.
- Antunes de Barradas, L. 1956: “Vias das regiões de Chaves e Bragança”, *RG*, LXVI. Guimarães, 84 p.
- Arias, F.; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1979: *Inscriptions romaines de la province de Lugo*. Paris.
- Avilés, Tirso de 1956: *Armas y Linajes de Asturias y antigüedades del Principado* (edic. y notas de Marcos G. Martínez). Oviedo.
- Bailly, A. 1950: *Dictionnaire Grec-Français*. Paris.
- Balboa de Paz, J.A. 1999: “Un edicto del emperador Augusto hallado en El Bierzo”, *Estudios Bercianos*, 25. *Revista del Instituto de Estudios Bercianos*, Ponferrada, 45-53.
- Balil Illana, A. 1980: “Restos de un puerto romano en La Coruña”, *Brigantium*, 1. A Coruña, 167-171.
- Baños Rodríguez, G. 1994: *Corpus de Inscripciones Romanas de Galicia*. Santiago de Compostela.
- Belino, A. 1896: *Novas inscrições romanas de Braga*. Braga.
- beltrán Lloris, F. (edit.) 1995: *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente. Actas del coloquio Roma y las culturas epigráficas del Occidente Mediterráneo*. Zaragoza, 4 a 6 de Noviembre de 1992. Zaragoza.
- Bello Diéguez, J. M^a (edit.), 1991: *Ciudad y Torre. Roma y la Ilustración en La Coruña*. A Coruña.
- Bouza Brey, F. 1953: “Sobre el ara de Padrón y las divinidades marítimas de la Galicia romana”, *BRAG*, 25, nº 297- 300. A Coruña, 431-436.
- Bragado Toranzo, J. M., 1996: “Aportaciones a la epigrafía romana de Zamora”, *Studia Zamorensia*, III. Zamora, 9-29.
- Brandão, C. 1906: *Ephemerides de Coura*. Porto, 462-465.
- Brochado de Almeida, C. A. 1979: “A rede viária do Conventus Bracaraugustanus. Via Bracara-Asturica quarta”, *Minia*, II, 3, 105-106.
- Brochado de Almeida, C. A. 1990: *Proto-historia e romanização da Bacia Inferior do Lima*. Viana do Castelo.
- Canto de Gregorio, A. 1990: “La tabula Lougeiorum, un documento a debate”, *CuPAUAM*, 17. Madrid, 267-275.
- Cancik, H.; Snider, H. (eds) 1997: “Augustus”, *Der neue Pauly. Enzyklopädie der Antike*. Stuttgart-Weimar, 2.
- Capela, M. 1895: *Miliarios do convento bracaraugustano*. Porto.
- Cardim Ribeiro, J. 2002: *Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa*. Lisboa.
- Cardozo, M. 1972: *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento. Secção de epigrafia latina e escultura antiga*. Guimarães.

- Cardozo, M. 1943: *Algumas inscrições da região de Chaves e Vizinhanças*. Chaves.
- Carreño Gascón, M^a C. 1991: “Resto epigráfico na muralla de Lugo”, *Larouco*, Lugo, 167.
- Carvalho, H.; Encarnação, J.; Martins, M.; Cunha, A. 2006: “Altar romano encontrado em Braga”. *Forum*, 40. Braga, 31-41.
- Castillo, C. 1987: “Epigrafía jurídica romana en el último decenio. Época imperial”, en *Novedades de epigrafía jurídica en el último decenio. Actas del coloquio internacional de la A.I.E.G.L.* Pamplona.
- Cepeda Ocampo, J. J.; Iglesias Gil, J. M.; Ruiz Gutiérrez, A. 2009: “La ciudad de Iuliobriga y los campamentos romanos de La Poza (Cantabria), en Morillo, A.; Hanel, N.; Martín, E. (2009), *Limes XX. Estudios sobre la frontera romana*, vol. II, 639-655. Anejo 13 de *Gladius*. Madrid, 633-638.
- Coarelli, F. 1997: *Roma* (en *Guide Archeoliche Mondadori*). Roma, 294-299.
- Coelho Ferreira da Silva, A. 1984: *Gaya*, Porto.
- Coelho Ferreira da Silva, A. 1986: *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- Contador de Argote, 1732: *Memorias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga*, II, 633. Lisboa.
- Costabile, F.; Licandro, O. 2000: *Tessera Paemeiobrigensis. Un nuovo editto di Augusto dalla Transduriana Provincia e l'imperium proconsulare del Princeps*. Roma.
- d'Encarnação, J. 1995: “Roma e as primeiras culturas epigráficas de Lusitania ocidental”, *Coloquio Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente. Actas del coloquio Roma y las culturas epigráficas del Occidente Mediterráneo* (Zaragoza, 4 a 6 de Noviembre de 1992). Zaragoza, 255-269.
- Diego Santos, F. 1975: “Die Integration Nord- und Nordwestspaniens als römische Provinz in der Reichspolitik des Augustus. Von der Konsularischen zur Hispanischen Ära”, en *ANRW*, II 3, 523-571.
- Diego Santos, F. 1999: “Comentarios al edicto de Augusto de un bronce hallado recientemente en Bembibre (León)”, *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos*, 154. Oviedo, 237-245.
- Dopico Cainzos, M.^a D. 1986: “Los conventus iuridici: Origen, cronología y naturaleza histórica”, *Gerion*, 4, Madrid. 265-284.
- Dopico Cainzos, M.^a D. 1987: *La Tabula Lougeiorum. Estudio sobre la implantación romana en Hispania* (Anejos de Veleia, 5). Vitoria-Gasteiz, 299 ss.
- d'Ors, A. 1960: “Miscelánea epigráfica”, *Emerita*, XXVIII. Madrid, 143-146.
- Eck, W. 1997: “Fünf ‘Ehrninschriften’ auf Bronze aus Hispanien”, *Chiron*, 27. München, 200.
- Ehrenberg, H.; Jones A. H. M. 1987: “Documents illustrating the Reigns of Augustus and Tiberius”, n° 72, *JRS*, n° 2.
- Erim, K.T. 1982: *Aphrodisias. City of Venus Aphrodite*. Oxford.
- Étienne, R. 1974: *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*. Paris.
- Fernández Nieto, F. J. 2003: “El trofeo de Augusto en occidente: la evocación de Alejandro y la ocupación de la Hispania extrema”, en Alonso del Real, C. - Gracia Ruiz, P. - Torres Guerra, J.B. (eds), *Urbs Aeterna. Actas y colaboraciones del coloquio internacional Roma entre la literatura y la historia. Homenaje a la profesora Carmen Castillo*. Pamplona, 43-63.
- Fernández Ochoa, C. 1994: “Noega-Gigia: reflexiones sobre dos enclaves asturianos”, en *Leyenda y Arqueología de dos ciudades prerromanas de la península ibérica*. Madrid, 53-60.
- Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A. 2002: “El Convento Araugustano y las aras sestianas: reflexiones sobre la primera organización administrativa del noroeste hispano”, *Latomus*, 61, fasc. 8. Tournai (Bélgica), 889- 910.

- Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A.; Villa Valdés, A. 2005: “La torre de Augusto en la Campa de Torres (Gijón, Asturias). Las antiguas excavaciones y el epígrafe de Calpurnio Pisón”, *AEspA.*, 78. Madrid, 129-146.
- Fernández Vega, A.; Bolado del Castillo, R.; Callejo Gómez, J.; Mantecón Callejo, L. 2012: “El Castro de las Rabas (Cervatos, Cantabria) y las guerras cántabras: resultados de las intervenciones arqueológicas de 2009 y 2010”, *Munibe*, 63. Donostia - San Sebastián, 213-253.
- Fischwick, D. 1985: *The Imperial Cult in the Latin West*, t. 180, I.1., 41-45. Leiden.
- Formigé, J. 1949: *Le tophee des Alpes. L Turbie*. Paris.
- Fondation pour le Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae (1981), II.* Zürich und München.
- Frick, C. 1880: *Pomponii Melae: De Chorographia. Libri tres*, Stuttgart (reed. 1968)
- García y Bellido, A. 1947: *La España del siglo I de nuestra era según la geografía de Pomponio Mela y Plinio*. Madrid.
- Gil Farrés, O. 1951: “La ceca de la colonia Cesaraugusta”. *Ampurias*, 209-248.
- Gisinger, F. 1951: “Pomponius Mela”, *RE*, XXI.2, cols. 2360-2411.
- Glare, P. G. W. (edit.) 1982: *Oxford Latin Dictionary*. Oxford.
- Gómez Moreno, M. 1907: *Catálogo Monumental de España. Provincia de Zamora (1903-1905)*. Madrid.
- González, J. M. 1954: *El litoral asturiano en época romana*. Oviedo, 163-182.
- González García, Fco. J. 1997: *Hércules contra Gerión. Mitos y leyendas de la Torre de Hércules*. A Coruña.
- Grau, L.; Hoyas, J. L. (eds) 2001: *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*. León.
- Grüner, A. 2005: “Die Altäre de L. Sestius Quirinalis bei Kap Finisterre zur geopolitischen Konstruktion des römischen Herrschaftsraums”. *Madridener Mitteilungen*, nº 46. Heidelberg, 247-266.
- Hamford, F. W. 1964: *Griechische Kultpersonifikationem der vorhellenistischen Zeit*, 1964, 25-30.
- Hübner, E. 1871: “Noticias Arqueologicas de Portugal”, *Memoria da Academia das Ciencias*, IV. Lisboa.
- Hübner, CIL, II, 1869: 374; RE, 1896, col. 340, *Ara, Arae*, nº 15: *Arae sestianae*.
- Iglesias Gil, J. M. 2002: “Contexto histórico de la ciudad”, en Iglesias Gil, (Edit), *Arqueologia en Iuliobriga (Retortillo, Campo de Enmedio, Cantabria*. Santander, 41-51.
- Iglesias Gil, J. M. 2011: “Usos portuarios de la bahía de Santander en época romana”, en Fidel Gómez Ochoa (edit.), *Santander: Puerto, Historia, Teritorio*. Santander, 63-92.
- INÊS Vaz, J. L 1985: “Inscrição romana de Argomil (Pinhel). *Beira Alta*, vol. XLIV-4, 635-639.
- Instinsky, H. U. 1962: “Der Siegel der Kaisers Augustus”, in *Deutsche Beiträge zur Altertumswissenschaft*, 16. Baden-Baden.
- Koroniova, M. 2011: *Památník cisárského kultu: Sebasteion v Afrodísias*. Masarykova Univerzita Filozofická Fakulta.
- Kroll, W. 1951: “C. Plinius Secundus (Plinius der Ältere), *RE* XXI.1, 271- 441.
- Lamboglia, N. 1964: *Le trophée d’Auguste à la urbie*. Bordighiera. passim
- Lambrino, S. 1956: “Les inscriptions latines inédites dans le Musée Leite de Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português*, 2ª série, nº 3. Lisboa, 5-73.
- Lasserre, F. 1966: *Strabon Géographie*, tomo II (*livres III-IV*), Paris.

- Leite de Vasconcelos, J. 1913: *Religiões da Lusitânia*, III. Lisboa, 486-488.
- le Roux, P. 1975: “Aux origines de Braga (Bracara Augusta)”, *Bracara Augusta*, XXIX. Braga, 155-159
- le Roux, P. 1990: “Le Phare, l’architecte et le soldat: l’inscription rupestre de Corogne”, *Miscellanea Graeca et Romana*, XV. *Studi puvlicati dall’instituto italiano per la storia antica*. Roma, 133-145.
- Lidell-Scott, H. G. 1996: *A Greek-English Lexicon*. Oxford.
- Liz Giral, J. 1999: “El puente de Alcántara”, en *Hispania. El legado de Roma*. Catálogo de la exposición. Ministerio de Cultura. Madrid
- López Ferreiro, A. 1898: *Historia de la Santa Apostólica Metropolitana Iglesia Catedral de Santiago*. I. Santiago de Compostela.
- López MELERO, R. 2001: “El texto de la tabula del Bierzo: propuesta de interpretación”, en L. Grau y J.L. Hoyas (eds), *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*. León, 29-44.
- Lostal Pros, J. 1992: *Los miliarios de la provincia tarraconense*. Zaragoza.
- Mañanes Pérez, T. 1982: *Epigrafía y numismática de Astorga Romana y su entorno*. Salamanca.
- Martín, F.; Gómez Pantoja, J. 2001: “El aes bergidense”, en Grau, L.; Hoyas, J.L. (eds) 2001. León, 57-67.
- Martínez Sierra, N. 1884: *Guía ilustrada de la villa y puerto de Gijón*. Gijón (reed. 1986).
- Matos da Silva, M^a F. 1994: “O Povoamento proto-histórico e a Bacia Superior do rio Coura: estudo, restauro e divulgação”, *Cadernos de Arqueologia e Património, Monografias n° 2*. Paredes de Coura, 58-65.
- Mattingly, H.; Sydenhan, E.A. 1923-1938: *R.I.C.*, I. Londres, 92.
- May, R. 1986: *Saint-Bertrand-de-Comminges (Antique Lugdunum Convenarum)*. Grisolles, 102-107.
- Maya, J. L. 1998: “La Campa de Torres (Gijón, Asturias). Un ejemplo de urbanismo híbrido”, en Rodríguez Colmenero A. (edit), *Los Orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico. Actas del congreso internacional. Lugo 15-18 de Mayo de 1996*. Lugo, 945-978.
- Menéndez Pidal, G. 1954: “Mozárabes y cristianos en la cultura de la Alta Edad Media”, *BRAHist.*, 134, 137-291.
- Miller, K. 1916: *Itinera Romana*. Berlín.
- Monteagudo, L. 1947: “Galicia en Ptolomeo”, *CEG*, VIII. Santiago de Compostela, 609-663.
- Montero Herrero, S.; Perea, S. 1996: “Augusto y el bidental de Bracara (ad CIL, II, 2421)”, en Blázquez, J. M. - Alvar j. (eds) (1996), *La romanización de occidente*. Madrid, 299-319.
- Morais, R. 2010: *Bracara Augusta*. Braga. (Câmara Municipal).
- Morales, Ambrosio de 1586: *Crónica General de España*, III, libro 8, capit. LVII. Córdoba.
- Morillo Cerdán, A. 2000: “La Legio IIII Macedónica en la península ibérica. El campamento de Herrera de Pisuerga (Palencia)”, en Yaan le Bohec - Catherine Wolff (eds), *Les légions de Rome sous le haut-empire. Actes du Congrès de Lyon (17-19 septembre 1998)*, 614, nota 3 C.
- Müller, K. 1883: *Claudi Ptolomei Geographia*, vol. I., Paris.
- Nobbe, C. F. A., Dieler, A. 1966: *Claudi Ptolomei Geographia*, Hildesheim.
- Ocampo, F. 1791: *Crónica General de España (1544)*. Madrid.
- Osório, M. 2012: *O Povoamento romano do Alto Coa* (tesis de maestrazgo inédita, univesidade de Coimbra), n° 37.
- Pallares y Gaiosio, J. 1903: *Argos divina. Santa María de Lugo de los Ojos Grandes*. Lugo, 9-17.

- Patricio Curado, F. 1987: “Património cultural: epigrafia”, *Boletim Cultural*, nº 4, 4-5 (Câmara Municipal de Sabugal).
- Patricio Curado, F. 2013: “Notas sobre dois marcos miliários prismáticos de Augusto (23 a.C.) da região da Guarda”, *Sabucale - Revista do Museu de Sabugal*, 5, 59-74.
- Pereira Menaut, G. 1984: “Nueva tabula patronatus del noroeste de Hispania”, *Actas del II Congreso gallego de Estudios Clásicos*. Santiago de Compostela.
- Pereira Menaut, G. 1987: “Nueva tabula patronatus del Noroeste de Hispania”, *Studia Paleohispánica* (Anejos II *Veleia*). Vitoria/Gasteiz, 299-304.
- Pérez Losada, F. 2002: *Entre a cidade e a aldea. Estudio arqueohistórico dos “aglomerados secundarios” romanos en Galicia*. Brigantium, vol. XIII.
- Picard, G. Ch. 1947: “Trophée d’Auguste à Saint Bertrand de Comminges”, en *Memoires de la Société archeologique du Midi de la France*, 21, 5-52.
- Pinheiro, H. J. 1895: *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga*. Porto Puertas, R.
- 1979: “Nuevo epígrafe monumental de *Lacipo*”, *Maineke*, nº 1. Málaga, 99-104.
- Rackam, H. 1961: *Pliny Natural History*, vol. II, lib. III-IV (The Loeb Classical Library), London.
- Redentor, A. 2002: *Epigrafia romana na região de Bragança*. Lisboa.
- Rendueles Llanos, E. 1867: *Historia de la villa de Gijón desde los tiempos más remotos hasta nuestros días*. Gijón (edic. facsímil 1985).
- Reynolds, J.M. 1981: “New evidence for the imperial cult in Julio-Claudian Aphrodisias”, *ZPE*, 43, 317-327.
- Ribeiro da Cunha, A. 1998: “A quarta inscrição do Museu dos Vizcainhos”, *Correio do Minho*, 27-IX-1967, notícia incluída posteriormente em *Cadernos de Arqueología*, nº 5. Braga, 93-152.
- Risco, M. 1789: *España Sagrada*, XXXV. Madrid.
- Ristow, G. 1979: *Religionen und ihren Denkmäler in Köln*. Köln.
- Rivas Blanco, J. 1986: *Aliste visto desde Rabanales*. Zamora, 1986.
- Rodá de Llanza, I. 1998: “El papel de Agripa en la trama urbana de la Hispania augustea”, en Rodríguez Colmenero, A (edit.) (1998), *Los orígenes de la ciudad*. Lugo, 275-293.
- Rodríguez Colmenero, A. 1972, “Aspectos geográfico-históricos en torno al convento jurídico bracaraugustano”, *Hispania Antiqua*, II, 1972. Valladolid
- Rodríguez Colmenero, A. 1979: *Augusto e Hispania. Conquista y organización del norte peninsular*. Deusto/Bilbao.
- Rodríguez Colmenero, A. 1993: “Historia del Arte Romano de Galicia”, en Vázquez Varela, J. M.; Rodríguez Colmenero, A., *Galicia Arte*, IX (Edit. Hércules Ediciones). A Coruña.
- Rodríguez Colmenero, A. 1996: “La *tabula hospitalitatis* de la *civitas Lougeiorum* ¿documento genuíno o falsificación?”, en Rodríguez Colmenero, A., *Lucus Augusti, I. El amanecer de la ciudad*. A Coruña, 301-315.
- Rodríguez Colmenero, A. 1997a: *Aquae Flaviae. Fontes epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Santiago de Compostela (Câmara Municipal de Chaves).
- Rodríguez Colmenero, A. 1997b: “La nueva *tabula hospitalitatis* de la *Civitas Lougeiorum*. Problemática y contexto histórico”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 117. Bonn.
- Rodríguez Colmenero, A. (edit) 1998: *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*. *Actas de Congreso Internacional*, II. Lugo.
- Rodríguez Colmenero, A. 1999: *O santuário rupestre galaico-romano de Panoias, Vila Real (Portugal). Novas Achegas para a sua reinterpretação global*. Santiago de Compostela.

- Rodríguez Colmenero, A. 2000a: “El más antiguo documento (año 15 a.C.) hallado en el noroeste peninsular ibérico. Un edicto de Augusto sobre *tabula* bronceína enviado a Susarros y Gigurros desde Narbona”. *CEG*, 47, nº 112. Santiago de Compostela, 9-42.
- Rodríguez Colmenero, A. 2000b: “Un edicto de Augusto sobre *tabula* de bronce. Nueva perspectiva histórica sobre la integración del noroeste hispánico en los dominios romanos”, *Epigraphica*, vol. LXII. Faenza, 29-60.
- Rodríguez Colmenero, A. 2000c: “*Bracara Augusta* en los inicios de su andadura histórica: cuatro puntualizaciones, entre otras posibles”, *Revista de Guimarães*, 110. Guimaraes, 89 ss.
- Rodríguez Colmenero, A. 2000d: “Pedras Formosas. Un nuevo matiz interpretativo”, en Fernández Ochoa, C.; García Entero, V. (eds), *Termas romanas en el Occidente del Imperio*. Gijón, 397-4002.
- Rodríguez Colmenero, A. 2001: “Los *castella* de Susarros y Gigurros en el Noroeste Hispánico y sus primeras relaciones con Roma a través del bronce de Bembibre y de otros documentos de reciente aparición”, en Grau, I.; Hoyas, J. L. (eds) 2001: *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*. León, 67-95.
- Rodríguez Colmenero, A. 2006: “*Tabula Paemeiobrigensium*”, *Acta XII Congressus Internationalis epigraphiae graecae et latinae*. Barcelona, (formato digital: CD).
- Rodríguez Colmenero, A. 2007: “A estela romana de Mallón de Cícere. Unha matización”. *Larouco*, 4. Lugo, 225-226
- Rodríguez Colmenero, A. 2010: “Etnias indígenas y administración romana, en la franja de contacto galaico-astur, observado desde la perspectiva gallega”, *Larouco*, 5. 39-50.
- Rodríguez Colmenero, A. 2012a: *A Fonte do Ídolo, os demais ídolos da Fonte e non só*. Santiago de Compostela.
- Rodríguez Colmenero, A. 2012b: “Roma”, en *Gallaecia Petrea*. Exposición 15 de Xunio-15 de Decembro, Cidade da Cultura. Santiago de Compostela, 205-2012.
- Rodríguez Colmenero, A. 2012c: *Lucus Augusti. La ciudad romano-germánica del noroeste ibérico: génesis y evolución histórica (14 a.C.-714 d.C)*. Lugo.
- Rodríguez Colmenero, A.; Carreño Gascón, M^a C. 1992: “Sobre Paulo Fabio Máximo y la fundación de *Lucus Augusti*”, *Finis Terrae. Estudos en lembranza do Pr. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela, 389-416.
- Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S. *Rabanales de Aliste, Curunda Caesara?*. Zamora, s/d, 18-33.
- Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S. 2002: “Por tierras de León y Zamora. Nuevas inscripciones y reinterpretación de otras”, *Larouco*, 3, 237-238.
- Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S. 2014: *La ruta marítima atlántica de época romana. De Cale (Porto), por Brigantium (A Coruña), y hasta Oiassó (Irún)*, en Alonso, V.; Rodríguez Colmenero, A.; Goy Diz, A. (eds.), *El Golfo Ártabro. Fragmentos de historia litoral y patrimonio*, Universidad de A Coruña, 209-334.
- Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S.; Álvarez Asorey, R. 2004: *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do noroeste hispánico (conventos bracarense, lucense y asturicense)*. Santiago de Compostela.
- Roldán Hervás, J. M. 1975: *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la península Ibérica*. Valladolid.
- Romm, J. R. 1992: *The edges of the Earth in Ancient Thought*. London.
- Salinas de Frías, M.; Palao Vicente, J. J. 2012: “Nuevo miliario de Augusto procedente de Fuenteguinaldo”, *AEArq*, 85. Madrid, 273-279.

- Sánchez Albalá, J. I.; Vinagre Nevado, D. 1998: *Corpus de inscripciones latinas de Coria*. Ayuntamiento de Coria.
- Sánchez Palencia, F. J.; Mangas, J. (edits) 2000: *El edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. León.
- Santos dos, L. A. 1979: "Miliarios inéditos da vía romana de Braga a Tuy", *Arquivo do Alto Minho*, nº 24, vol. IV, 3ª serie. Viana do Castelo.
- Schulten, A. 1935: *Fontes Hispaniae Antiquae*, VI. Barcelona.
- Schulten, A. 1943: *Los Cantabros y Astures y sus guerras con Roma*. Madrid.
- Schulten, A.; Maluquer, J. 1987: *Hispania Antigua según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeo, Fontes Hispaniae Antiquae, VII*. Barcelona.
- Sevillano Carvajal, V. 1978: *Testimonio arqueológico de la provincia de Zamora*. Zamora.
- Sherk, R. K. 1966: "C. Asinius Gallus and his governorship of Asia", *GRBS*, 57-62.
- Somoza, J. 1907: *Gijón en la historia general de Asturias*. I. Gijón (facsimil 1971), 299-322.
- Smith, R. R. R. 1987: "The Imperial Reliefs from the Sebasteion at Aphrodisias", *JRS*, 77. Cambridge, 88-138.
- Smith, R. R. R. 1988: "Simulacra Gentium: The Ethne from the Sebasteion at Aphrodisias", *JRS*, 78. Cambridge, 50-77.
- Stylow, A. V. 1995: "Apuntes sobre las tribus romanas en Hispania", *Veleia*, 12. Vitoria, 105-123.
- Sutherland, C. H. V. 1938: "Two virtues of Tiberius: a numismatic contribution to the History of his Reign", *JRS*, XXVIII. Cambridge, 129-140.
- Syme, R. 1969: "A Governor of Tarraconensis", *Epigraphische Studien*, 8.
- Syme, R. 1970: "The Conquest of North-West Spain", *Legio VII Gemina*, 79. León.
- Toynbee, J. M. C. 1934: *The Hadrianic School*. London.
- Torres Rodríguez, C. 1952: "El culto al emperador en Galicia", *CEG*, VII, Santiago de Compostela.
- Torres Rodríguez, C. 1982: *La Galicia Romana*. A Coruña, 1982, 168-171.
- Tranoy, A. 1981: *La Galice Romaine*. Paris.
- Vázquez Saco, F. 1958-1959: "Nuevas inscripciones romanas de la provincia de Lugo", *BCPMLugo*, VI. Lugo, 270-273.
- Vives, J. 1971: *Inscripciones latinas de la España Romana*. Barcelona.

Siglas e abreviaturas

- AAC** - Anales de Arqueología Cordobesa
- AIELG** - Asociación Internacional de Epigrafía Griega y Latina
- AEspA** - Archivo Español de Arqueología
- ANRW** - Austief und Niedergang des Römischen Welt
- BCPMLugo** - Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Lugo
- BRAG** - Boletín de la Real Academia Gallega
- BRAHist** - Boletín Real Academia de la Historia
- CEG** - Cuadernos de Estudios Gallegos
- CIL** - Corpus Inscriptionum Latinarum
- CuPAUAM** - Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Universidad Autónoma de Madrid
- JRS** - Journal of Roman Studies
- LIMC** - Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae

PIR 2 - Prosopographia Imperii Romani (secunda)

RE - Real Encyclopädie für Altertumswissenschaft

RG - Revista de Guimarães

RIC - Roman Imperial Coinage

ZPE - Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik

Notas de etnologia culinária e Património Cultural Imaterial no Vale do Tua: as amêndoas cobertas de Santa Eugénia (Alijó)

Lois Ladra¹

Introdução

No âmbito das recolhas orais que vêm sendo realizadas para uma futura monografia etnológica sobre o Vale do Tua e com posterioridade à publicação dos resultados das nossas investigações prévias sobre a cultura tradicional da amêndoa no Douro Superior (Ladra, 2011 e 2013), deparámo-nos com uma singular modalidade do aproveitamento gastronómico e culinário deste fruto no Alto Douro: as amêndoas cobertas artesanalmente elaboradas na aldeia alijoense de Santa Eugénia.

Com anterioridade aos nossos trabalhos no Vale do Tua apenas conhecíamos uma monografia sobre a amendoeira (Monteiro *et al.*) e três brevíssimas referências bibliográficas relativas às amêndoas cobertas de Santa Eugénia (Grácio, 1993: 320; Fauvrelle, 2006: 229; Carvalho, 2007: 148-149). O certo é que, a primeira vez que visitámos esta povoação do município de Alijó, nos finais da Primavera de 2014, tomámos conhecimento da existência de toda uma tradição gastronómica local ameaçada de extinção. Perante a iminência deste desaparecimento, pensámos que esta amostra do Património Cultural Imaterial (PCI) devia ser registada e divulgada em foro apropriado, com o propósito de chamar a atenção das autoridades patrimoniais competentes e contribuir, de alguma maneira, para a preservação deste saber.

Estas breves notas etnológicas surgem a partir de alguns dos nossos apontamentos derivados da realização de trabalho de campo com a nossa colega Marta Azevedo,

¹ Antropólogo Cultural e Mestre em Arqueologia. Responsável pelo *Estudo Etnológico do Vale do Tua*.

baseado na metodologia etnográfica habitualmente aplicada a estes estudos: realização de entrevistas abertas, inquéritos semidirigidos, registo fotográfico-audiovisual e observação participante.

Breve enquadramento geográfico da aldeia de Santa Eugénia

O município de Alijó situa-se na margem direita do Vale do Tua, pertencendo administrativamente ao distrito transmontano de Vila Real. De acordo com as informações disponibilizadas no website da Pordata, em 2013 o concelho contava com catorze freguesias que somavam um total de 11.547 residentes. A freguesia de Santa Eugénia, cuja designação é homónima da do seu único aglomerado, contava no censo do *Instituto Nacional de Estatística* para o ano de 2011 com uma população residente de 333 (trezentos e trinta e três) habitantes.

A principal actividade económica de Santa Eugénia é a agricultura, com especial destaque para a produção de vinho e azeite. A sua população, como acontece na maioria do território rural transmontano, acusa um elevado índice de envelhecimento e um mercado decréscimo devido à baixa natalidade e à sangria migratória para as cidades do litoral e para o estrangeiro.

Uma tradição gastronómica local, centenária e familiar.

Nos meados do século XX eram várias as famílias de Santa Eugénia que elaboravam artesanalmente as amêndoas cobertas. As fontes orais consultadas assinalaram o facto de que, quer na aldeia vizinha das Casas da Serra, quer na do Franzilhal, não existia esta tradição, sempre associada com carácter de exclusividade ao núcleo de Santa Eugénia. No seu período de apogeu, por volta da data anteriormente referida, chegaram a ser doze as famílias ligadas à elaboração artesanal de amêndoas cobertas.

Ignoramos a origem histórica desta tradição gastronómica local. Contudo, as fontes orais coincidiram em assinalar que se poderiam indicar com relativa certeza entre três e quatro gerações para a antiguidade mínima desta realidade, considerada a partir de uma interlocutora nascida em 1938. Isto remete-nos, a partir do cálculo simples de uma atribuição genérica de vinte e cinco anos a cada ciclo geracional, para um momento indeterminado à volta dos meados do século XIX. Seja como for, muito provavelmente as fontes documentais poderão talvez algum dia vir a indicar datas mais recuadas para atestar a presença local desta actividade.

A aprendizagem do processo de elaboração nunca era paga e realizava-se no círculo doméstico familiar ou no âmbito mais alargado da densa teia das relações intralocais de boa vizinhança. Na aprendizagem eram fundamentais a transmissão oral de conhecimentos, a observação participante e a reiteração empírica. Existe uma receita-base tradicional, mantida e transmitida geração após geração, na qual cada artesão pode introduzir qualquer tipo de inovação, como a adição de canela ou de café em pó.

Cobrir manualmente o miolo das amêndoas com calda de açúcar era uma atividade económica complementar, doméstica e artesanal, desenvolvida quer por homens quer por mulheres, ou até pelos dois membros de um casal, apesar de serem mais numerosas as doceiras do que os doceiros. Este facto constitui uma clara diferenciação relativamente à componente laboral exclusivamente feminina do processo de elaboração das amêndoas cobertas de Moncorvo, no qual só se tem documentado a participação de artesãs femininas, as “cobrideiras” (Ladra, 2013).

Por outro lado, cumpre assinalar que as amêndoas cobertas não são a única iguaria local no âmbito da doçaria tradicional em Santa Eugénia, pois também se confeccionam artesanalmente outros produtos como o “doce da Teixeira”, as “cavacas cobertas” ou os “casamentos”, para apenas referir alguns exemplos concretos.

O processo de elaboração: ingredientes, equipamento e técnicas de transformação

As amêndoas cobertas de Santa Eugénia apresentam hoje duas variedades principais, designadas de “amêndoas brancas” e de “amêndoas de canela”. As primeiras são, significativamente, as mais populares.

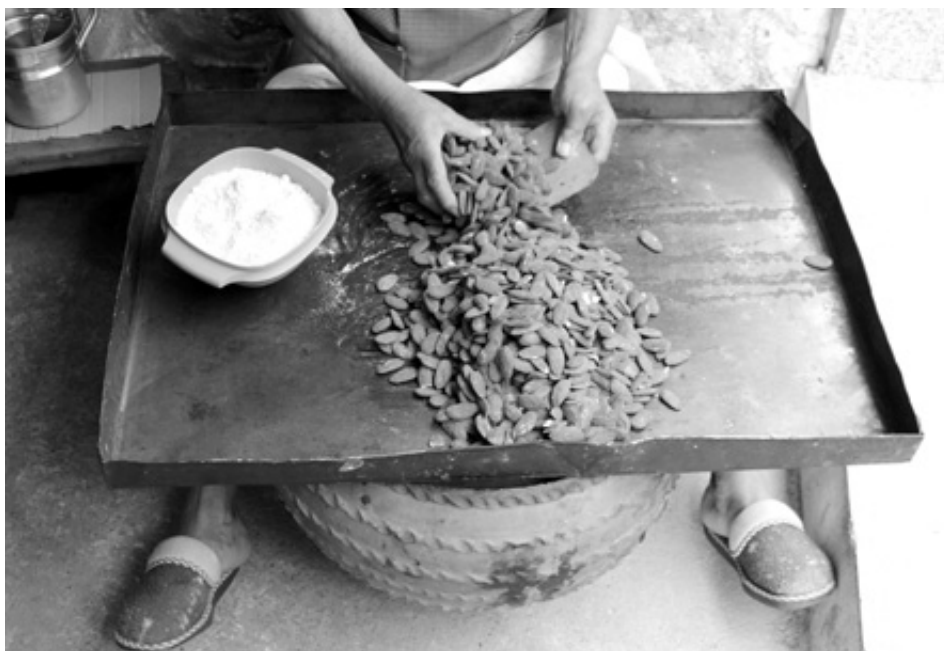
Os **ingredientes básicos** da receita das amêndoas brancas são três quilos de miolo, um quilo de farinha e a calda feita com doze quilos de açúcar. Para as amêndoas de canela ou de café, e tal como as suas denominações indicam, apenas cumpre acrescentar estes elementos em pó, facto que provoca automaticamente uma mudança cromática no aspecto exterior final das amêndoas.

As **amêndoas** eram tradicionalmente recolhidas no âmbito local, preferentemente das variedades “fura-sacos” ou “molar rija” e deviam estar bem secas; a secagem fazia-se primeiramente ao ar e posteriormente no forno, onde ganhavam a temperatura certa.

A **farinha** utilizada era sempre a de trigo e tinha de ser bem peneirada para evitar a presença de qualquer tipo de impurezas.

O **açúcar**, sempre branco e refinado, comprava-se fora. Em datas mais recentes, tanto a farinha como o açúcar passaram a ser adquiridas nas lojas de alimentação fornecidas por distribuidores a partir de instalações fabris. Por outro lado e apesar de termos questionado vários vizinhos sobre este pormenor, não se constatou oralmente qualquer utilização pretérita de adoçantes naturais como o mel. Com água quente e açúcar nela diluído elabora-se uma calda espessa com uma textura semelhante à do mel e que tem que ter o ponto certo de calor, sem chegar a queimar os dedos de quem vai manipular o miolo da amêndoa.

O **equipamento necessário** para a elaboração das amêndoas cobertas é constituído por um grande recipiente cerâmico aberto (o “caco” ou “panelo”), um tabuleiro metálico sub-rectangular (a “lata”), um banco de madeira, uma ou duas pequenas lâminas (as “pás”), um recipiente para a farinha, um jarro para a calda de açúcar e uma colher. Cada um destes elementos cumpre a sua própria função. [F1]



1. Equipamento necessário e posição adoptada para elaborar as amêndoas cobertas. Foto: L. L.

O **caco** é normalmente um velho recipiente cerâmico feito à roda, de base plana, perfil ovoide e boca estreita, eventualmente com a superfície exterior decorada com molduras lineares paralelas e digitadas, originalmente concebido como contentor de diversos produtos agroalimentares, especialmente de azeitonas. O reaproveitamento funcional da metade basal de uma talha para a elaboração das amêndoas cobertas implica necessariamente o cuidadoso corte do recipiente, num plano horizontal situado ligeiramente acima do início da sua curva de inflexão e normalmente coincidente com o topo de um dos cordões ornamentais anteriormente referidos.

No interior do caco depositam-se as brasas que permitem aquecer o tabuleiro sobre o qual se desenvolve todo o processo culinário. Para manter o calor homogêneo e constante das brasas, estas cobrem-se habitualmente com uma ou várias telhas cerâmicas que o dosificam, ao tempo que evitam que a lata aqueça demasiado.

A **lata** ou tabuleiro metálico em chapa de ferro apresenta um perfil sub-rectangular de base plana e abas perimetrais levemente soerguidas. Na maior parte dos casos trata-se de um objecto elaborado artesanalmente por algum latoeiro ou caldeireiro. Sobre ela se desenvolve todo o processo de manuseamento das amêndoas. A importância simbólica da lata reside no facto de ser habitualmente transmitido *inter vivos* ou *post mortem* de geração em geração no seio de uma mesma família de doceiros. No entanto, também se constata a sua aquisição particular ou a sua oferta a um terceiro. No caso de uma

das doceiras que entrevistámos, a travessa metálica que utiliza tinha sido previamente usada pela sua mãe e pela sua avó.

Por outro lado, é frequente que as pessoas atribuam uma maior qualidade organoléptica às amêndoas cobertas elaboradas numa lata antiga, relativamente às confeccionadas num tabuleiro novo.

O **banco** de madeira apenas serve para o artesão ou a doceira se sentar enquanto desenvolve o seu trabalho. A posição normal de trabalho é sentada e frontal, com as pernas abertas, ladeando o caco e colocando os braços por cima do tabuleiro horizontal onde se vai desenvolver todo o processo.

Ao pé do banco e ao alcance manual do doceiro posiciona-se um jarro com a calda de açúcar e uma colher. Obviamente, o jarro coloca-se à direita do banco quando o artesão é destro e à esquerda dele quando é canhoto. [F2]



2. Adição de farinha sobre o miolo da amêndoa. Foto: L. L.

As **pás** ou lâminas metálicas podem ser utilizadas pelo artesão individualmente ou em parilha, uma em cada mão, e servem para ajudar a remexer as amêndoas sobre o tabuleiro. A movimentação dos frutos secos, totalmente manual, é sempre realizada “de abaixo para acima”, isto é, desde a zona proximal e até à zona distal da lata, numa gestualidade rítmica circular, alternadamente divergente e convergente.

O **recipiente para a farinha** era tradicionalmente uma pequena malga de loiça,

hoje muitas vezes substituída por um contentor plástico de fabricação industrial. Contudo, a adição de farinha de trigo logo no início do ciclo preparatório das amêndoas cobertas de Santa Eugénia constitui uma singularidade local, estranha a outras localidades transmontanas, que simplesmente ignoram este ingrediente na confecção desta iguaria.

O **jarro para a calda** pode variar de forma e tamanho, mas são utilizados preferentemente recipientes metálicos que facilitam a escorrência controlada deste líquido viscoso, fruto da diluição de açúcar em água tépida ou quente. Por isso é



3. Adição da calda de açúcar sobre o miolo da amêndoa. Foto: L. L.

frequente o recurso a pequenos contentores metálicos de alumínio, dotados de uma pega lateral e de uma biqueira inclinada no plano vertical oposto da boca.

A **colher** é principalmente utilizada para remexer a calda de açúcar. Tradicionalmente eram empregues colheres de pau, apesar de actualmente estar bastante difundido o uso de uma colher metálica comum. Algumas informantes assinalaram o facto de preferirem utilizar colheres de madeira para evitar que a calda quente absorva qualquer tipo de sabor a metal, mas também se recolheram depoimentos que nos asseguraram que a matéria-prima da colher não influía nesta questão particular. [F3]

O **processo de elaboração** das amêndoas cobertas de Santa Eugénia não constitui qualquer tipo de receita secreta ou de ocultação deliberada a terceiros, sendo partilhado e conhecido por todos os vizinhos desta aldeia. Contudo e apesar da sua relativa simplicidade, todas as pessoas entrevistadas assinalaram que é necessário ter muita “arte e paciência” durante a sua execução.

Num primeiro momento, preparam-se as brasas na lareira da unidade doméstica familiar, à base de cascas de amêndoa, de cepas de videiras ou de pinhas. Depois colocam-se no interior do recipiente cerâmico, com o tabuleiro metálico por cima e deixando uma pequena fresta de arejamento que facilite a sua lenta combustão. Posteriormente, uma vez que a lata aqueceu, deita-se sobre ela uma certa quantidade de miolo da amêndoa, que permita a manobrabilidade da operação. Esta quantidade pode variar em função do volume final desejado, o qual terá sempre um peso muito superior ao do miolo inicialmente escolhido. Assim, por exemplo, é normal partir de uma arroba de amêndoa que, uma vez descascada, fica em três quilos de grão ou miolo, obter cerca de quinze quilos de amêndoa coberta, pela incorporação de doze quilos de calda, volume este que tem de ser dividido em dois ciclos de elaboração.

Esparge-se um pouco de farinha sobre o monte de miolo (Foto 2) e remexe-se manualmente, devagar, até a sua superfície ficar totalmente coberta por uma pequena camada branca. Logo deita-se um pouco de calda de açúcar com o jarro ou com a colher (Foto 3), para recobrir a amêndoa de uma primeira película aderente que permita e facilite o seu progressivo engrossamento (Foto 4). A seguir à adição da calda remexe-se novamente até secar por completo e deita-se outra camada de calda, repetindo-se esta operação inúmeras vezes, sempre em movimentos rotativos divergentes e ascendentes.

Sucedem-se as voltas com as duas mãos, descrevendo pequenos círculos ascendentes com ajuda da(s) placa(s) metálica(s). A diferença das “cobrideiras” da Torre de Moncorvo, os artesãos de Santa Eugénia não utilizam normalmente qualquer tipo de dedais. [F4]

Os movimentos rotativos manuais repetem-se uma e outra vez, até que o sentido táctil da doceira lhe indica que a fina película de calda de açúcar ou de farinha está completamente seca, momento no qual as rotações cessam e se adicionam novas quantidades de um e doutro ingrediente, sempre alternadamente. O processo repete-se uma e outra vez, ao mesmo tempo que o miolo da amêndoa vai ganhando volume e



4. Engrossamento do miolo da amêndoa por adição sucessiva de farinha e calda de açúcar.

Foto: L. L.

peso suplementar com cada camada de calda ou de farinha. Em cada ciclo produtivo acrescenta-se um total de doze quilos de açúcar.

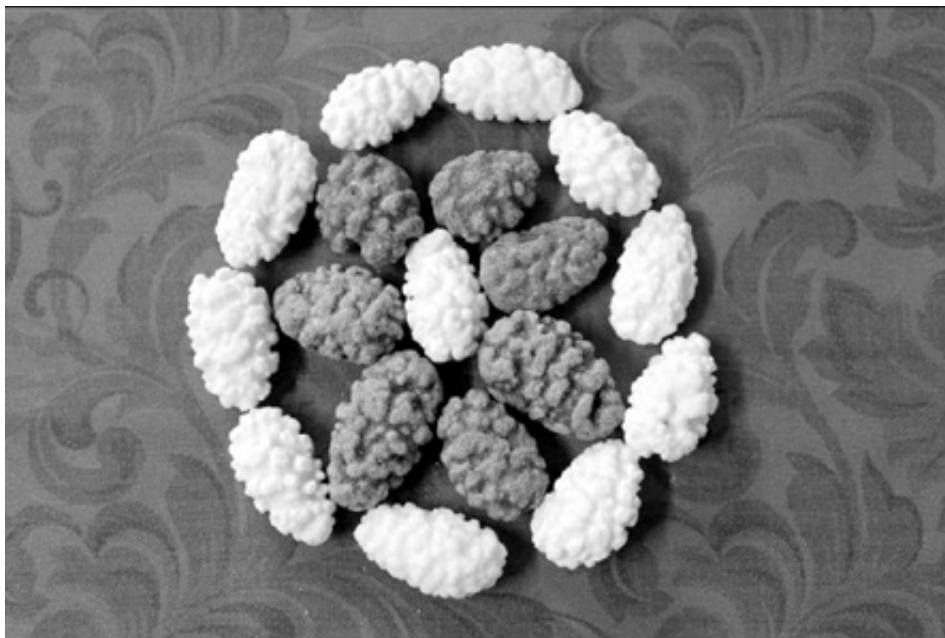
No caso de se pretenderem elaborar amêndoas cobertas com canela ou café, estes ingredientes apenas são adicionados um ou dois dias antes do final do trabalho.

O ciclo completo de elaboração das amêndoas cobertas prolonga-se normalmente durante três semanas, dedicando-se-lhe um número variável de horas por dia, em função das disponibilidades horárias dos artesãos. É normal haver um ou dois dias de absoluto repouso a meio deste processo. [F5]

A produção de amêndoas cobertas em Santa Eugénia não obedece às dinâmicas impostas pela economia de mercado e conserva ainda o teor de uma elaboração doméstica regida por três factores diferentes:

- o ciclo festivo estival,
- as encomendas particulares ao longo do ano,
- a maior disponibilidade horária invernal.

Isto significa basicamente que o período anual em que o artesão habitualmente vende a maior parte da sua produção é aquele que corresponde às festas locais e



5. Aspeto final das amêndoas cobertas de Santa Eugénia. Foto: L. L.

regionais, às quais se desloca com o propósito de comercializar o seu produto: Santa Eugénia, Pegarinhos, Carlão, A Chã, O Carvalho, Alijó, Sanfins...

Por outro lado, a doceira recebe esporadicamente e ao longo de quase todo o ano pedidos concretos de indivíduos que desejam oferecer uma determinada quantidade desta iguaria a terceiros, designadamente em datas especiais como a Páscoa ou o Natal, ou na altura em que se produz alguma reunião familiar com presença de membros pré-adolescentes.

Nas longas noites de Inverno o artesão aproveita a paragem temporária do ciclo agrícola para adiantar uma boa parte da sua produção, a qual será posteriormente comercializada nas datas já referidas.

As amêndoas cobertas conservam-se em bom estado de um ano para outro, ou até durante dois e três anos. Contrariamente ao que acontece hoje com as amêndoas cobertas da Torre de Moncorvo, as de Santa Eugénia ainda mantêm a receita original que talvez corresponda à imagem transmitida por vários quadros de Josefa de Óbidos, sem redução significativa da grossa camada de calda de açúcar aplicada sobre o miolo, a qual lhes outorga um aspeto visual mais basto.

Situação actual e perspectivas de futuro

Apesar de as amêndoas cobertas de Santa Eugénia serem as únicas que hoje se

produzem e comercializam no Alto Douro em esquemas totalmente tradicionais e mesmo considerando o facto de que constituem sem dúvida alguma um dos ex libris gastronómicos do concelho de Alijó, infelizmente constatámos que a sua sobrevivência está claramente comprometida.

A única doceira que actualmente elabora com certa regularidade as amêndoas cobertas de Santa Eugénia é uma idosa reformada e o seu revezamento geracional em termos de elaboração artesanal desta iguaria não está garantido. Nascida em 1938 no seio de uma família em que acabariam por fazer amêndoas cobertas a sua mãe, o seu irmão e o seu esposo, acumula e representa mais de quatro décadas de dedicação continuada a este mester. Os seus descendentes femininos conhecem as técnicas de transformação do produto e têm colaborado com ela pontualmente, apesar de muito provavelmente não preservarem no futuro esta tradição local.

Vários são os factores que indicam uma eventual e não desejada desapareição das amêndoas cobertas de Santa Eugénia num curto prazo de tempo. A forte quebra demográfica local, a associação desta actividade com um passado de pobreza e a necessidade de investir muitas horas num trabalho que apenas fornece uns modestos proventos, sem ter chegado nunca a constituir um modo seguro de subsistência, são algumas das variáveis que contribuem a explicar a iminente desapareição das amêndoas cobertas de Santa Eugénia.

Actualmente o preço de venda ao público do quilo de amêndoas pode variar ligeiramente, mas está à volta dos quarenta euros o quilo. No entanto, também se vendem pacotes de meio quilo, de duzentos e cinquenta gramas e de cem gramas.

Nas décadas finais do século passado uma doceira podia fazer entre cinquenta e sessenta quilos de amêndoa coberta por ano, vendendo toda a produção nas festas; hoje apenas se elaboram uns quinze quilos anuais e quase sempre por encomenda prévia.

Por vezes a própria administração local faz algumas encomendas de amêndoas cobertas ou convida à(s) doceira(s) a participar em festas artesanais e/ou gastronómicas, sempre com o propósito de mostrar a terceiros um dos ex libris concelhios.

Talvez a programação de cursos de formação entre os mais jovens ou entre os desempregados locais permitiria que algum deles tomasse a iniciativa e criasse o seu próprio negócio, como tem acontecido com a elaboração das famosas “sardinhas” de Trancoso ou das “peladinhas” de Moncorvo, doces tradicionais que há uns anos estavam ameaçados de extinção e cuja produção hoje constitui uma actividade económica pujante, em ambos casos associada ao turismo nas terras do interior do país.

Conclusões

A relação entre alimentação e cultura tem sido alvo de interesse e de estudo sistemático por diversos antropólogos (Lévi-Strauss, 1970 e 1972; Harris, 1990; Cruz, 1991; Contreras, 1993...). Em qualquer sociedade e para além do pacote gastronómico

que constitui a sua dieta básica, existem determinados processos de preparação de alimentos conducentes à produção de iguarias que se podem destacar como feitos culturais singulares.

No caso da pequena aldeia alijoense de Santa Eugénia, as amêndoas cobertas representam sem dúvida alguma um símbolo identitário no qual a escolha da matéria-prima, a sua transformação e a sua circulação obedece a determinadas regras, todas elas preñhes de simbolismo. No entanto, a fraca economia doméstica associada a este produto local está em crise, acontecendo o mesmo a outras produções tradicionais como podem ser as laranjas de São Mamede ou os figos de Carlão, hoje em decadência. Contudo, na face oposta desta moeda encontramos outros géneros produzidos localmente que têm um futuro promissor, como os “trigos” e o “moscatel” de Favaio, (Fauvrelle e Faria, 2012).

Nos últimos anos a elaboração artesanal das amêndoas cobertas de Santa Eugénia tem entrado num contraciclo perigoso que nestes momentos inviabiliza a sua sustentabilidade futura, ameaçando com uma eventual e indesejada desapareção da mesma.

A Lei n.º 107/2001, no seu título VII, versa especificamente sobre os bens imateriais, estabelecendo no seu artigo 91.2 o seguinte: “especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos” (Claro, 2009: 144). Urge pois solicitar através dos mecanismos legais apropriados a declaração das amêndoas cobertas de Santa Eugénia como uma das singulares manifestações gastronómicas do Património Cultural Imaterial alijoense e, portanto, transmontano e duriense.

Com estes breves apontamentos apenas pretendemos divulgar a sua existência e chamar a atenção para que as entidades e as administrações competentes em matéria de salvaguarda patrimonial se mobilizem, implementando os meios necessários para garantir a sua preservação actual e transmissão futura aos vindouros. Fazemos votos para que assim seja, antes que nos possamos arrepender.

BIBLIOGRAFIA

- CARVA, Manuel José (1995): *Retratos que eu não tirei. Apontamentos de figuras e de coisas do meu tempo*. Alijó, Câmara Municipal de Alijó.
- CARVALHO, Manuel (2007): *As fragas, a gente e a memória. Identidades do Concelho de Alijó*. Alijó, Câmara Municipal de Alijó.
- CLARO, João Martins (2009): “Aspectos jurídicos do Património Cultural Imaterial”, in Paulo Ferreira da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial*, pp. 141-151. Lisboa, IMC.
- CONTRERAS, Jesús (1993): *Antropología de la alimentación*. Madrid, Editorial Eudema.

- CRUZ, Juan (1991): *Alimentación y cultura. Antropología de la conducta alimentaria*. Pamplona, Ediciones de la Universidad de Navarra.
- FAUVRELLE, Natália (2006): “O Douro das quintas do Cima Corgo”, em Teresa Soeiro (Coord.), *Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*, pp. 181-239. Peso da Régua, Museu do Douro.
- FAUVRELLE, Natália e FARIA, Sónia (2012): *Favaílos, pão e vinho. Núcleo museológico*. Alijó, Município de Alijó – Museu do Douro.
- GRÁCIO, Joaquim (1993): “Viagem pelo concelho de Alijó”, *Estudos Transmontanos*, n.º 5, pp. 313-334.
- HARRIS, Marvin (1990): *Bueno para comer. El enigma de la alimentación y la cultura*. Madrid, Alianza Editorial.
- LADRA, Lois (2011): “Aspectos etnográficos da cultura tradicional da amêndoa no Douro Superior”. *Cóaviso*, 13: 35-45.
- LADRA, Lois (2013): A cultura da amêndoa no Douro Superior: história, gastronomia e património. Torre de Moncorvo, Douro Superior – Museu do Douro.
- LAIGINHAS, Jorge (2000): *Dos concelhos do Concelho de Alijó (1820-1854)*. Alijó, Câmara Municipal de Alijó – Arquivo Municipal de Alijó.
- LEITÃO, Fernando R. (1963): *Monografia do concelho de Alijó*. Lisboa, Edição do Autor.
- LEITÃO, Fernando R. (1969): *Subsídios psicossociológicos e históricos do concelho de Alijó*. Luanda, Edição do Autor.
- LEITÃO, Fernando R. (1973): *Nótulas históricas do concelho de Alijó*. Luanda, Edição do Autor.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1970): “Breve tratado de etnologia culinária”, in C. Lévi-Strauss, *Mitológicas III: El origen de las maneras de mesa*, pp. 410-444. México, Siglo XXI Editores.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1972): *Lo crudo y lo cocido*. México, Fondo de Cultura Económica.
- LOPES, Roger e LAGE, Sofia (2007): *Alijó. Arte e património no Douro*. Alijó, Câmara Municipal de Alijó.
- MONTEIRO, António Manuel; CORDEIRO, Vítor Pinto e GOMES-LARANJO, José (2003): *A amendoeira*. Mirandela, João Azevedo Editor.

Quintal Literário

A. M. Pires Cabral

Guerra Junqueiro

O cristal da minha infância e da minha adolescência foi riscado por uma girândola de sarcasmos que dá pelo nome de *A Velhice do Padre Eterno*, de Guerra Junqueiro. Não da mesma maneira nas duas idades, claro está.

Na infância, porventura ainda mesmo antes de saber ler, eram as ilustrações de Leal da Câmara que me grudavam ao livro. Impressionavam-me ora pelo tenebroso (um papa a ser arrastado para a cova por um esqueleto, a morte), ora pelo caricatural (um sujeito com uma perna descomunal, comparada com a outra, que era normal).

Depois, com o correr do tempo, fui deslocando as minhas atenções para o texto — sem que nunca, aliás, deixasse de me impressionar com as ilustrações, algumas das quais, a falar verdade, ainda hoje me perturbam.

O meu romantismo adolescente deixou-se comover pelos trechos líricos, infelizmente escassos, nomeadamente o célebre e celebrado passo de “Aos simples”:

Minha mãe, minha mãe, ai que saudade imensa (...)

Mas a costela jacobina que me acompanha desde que me conheço deliciava-se era com os motejos anti-clericais. O meu poema preferido veio a ser “O melro”. Também aí havia, é certo, cintilações líricas que me emocionavam: a cena do envenenamento dos filhotes engaiolados pela mãe, que só conhecia uma moeda de troca para a liberdade do voo — a morte. Paralelamente, o poema punha-me com uma clareza radiosa diante do absurdo do dogma do pecado original:

*E, se a mãe não pagou, que pague o filho.
É doutrina da igreja. Estou vingado!*

A *Velhice do Padre Eterno* foi, digamos, uma das minhas escolas de livre pensamento, e ainda hoje o é, descontando-lhe todos os defeitos, todos os exageros, todas as caricaturas, todos os passos em falso, todo o fácil e gratuito bimbalar de sinos e trovejar de cominações.

Qualquer livro, sendo ao mesmo tempo o produto de uma época, é simultaneamente um objecto de pensamento capaz de suportar as análises dos tempos subsequentes. Digo isto a propósito de uma das novas tendências da crítica literária, a ecocrítica, que de alguma forma é uma resposta às preocupações dos movimentos ambientalistas. Hoje, o poema “O melro”, visto à luz da ecocrítica, pode considerar-se um verdadeiro hino à biodiversidade, tanto em moda, culminando no momento catártico do arrependimento do padre-cura:



*Tudo o que existe é imaculado e é santo!
Há em toda a miséria o mesmo pranto
E em todo o coração há um grito igual.
[...]
Só hoje sei que em toda a criatura,
Desde a mais bela à mais impura,
Ou numa pomba ou numa fera brava,
Deus habita, Deus sonha, Deus murmura!...
... ..
Ah, Deus é bem maior do que eu julgava...*

Registo

Uma tonalidade afectiva

ANTÓNIO GUERREIRO

Reunida num volume, a poesia de Rui Pires Cabral exhibe uma impressionante unidade “musical”

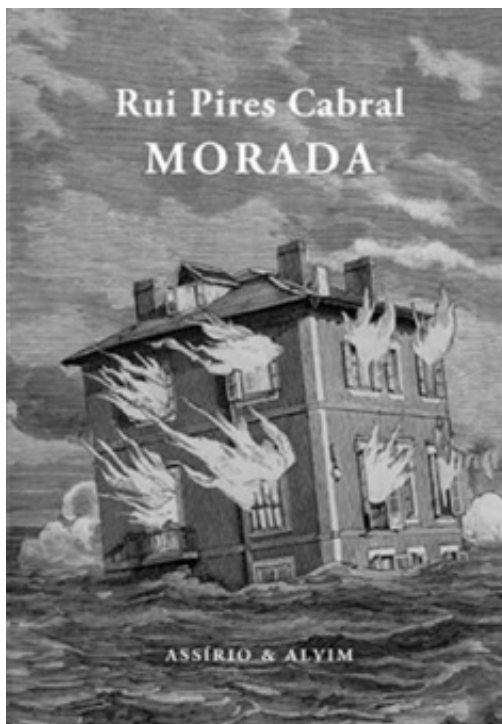
Sete livros publicados de 1994 a 2009, dois conjuntos de poemas avulsos, inéditos ou dispersos em várias publicações, que vão de 1996 a 2014: tudo reunido num único volume com um título singelo — *Morada* — que reclama, no entanto, uma complexa elaboração interpretativa. Começamos então por aí: a poesia de Rui Pires Cabral fornece uma variada topografia (desde logo, nos títulos dos poemas, que nos fornecem uma extensa lista de cidades e lugares), construindo uma topologia afectiva, onde fulguram os instantes da experiência pessoal. A “morada” identifica-se não com um lugar fixo, não com o enraizamento, mas com um regime de nomadismo. Toda a morada é aqui uma “incerta morada”, objecto de uma procura e não o lugar próprio de onde se parte. Esta poesia tem assim o sentido de uma *quête* existencial. E a organizar a dispersão geográfica está uma unidade de sentimentos e emoções, uma modalidade do sentir que imerge nas coisas, funde-se nelas, e restitui os lugares como estados de alma, paisagens interiores. Não à maneira romântica, em que “a paisagem é um estado de alma” (como escreveu Amiel), mas segundo uma forma muito moderna de converter a cidade em feudo exclusivo de uma subjectividade que absorve os atributos do objectivo. A cidade é interiorizada e absorvida por um conflito, um desejo ou uma inquietação que ganham a tonalidade da perda e da falta, o que concede a estes poemas uma forte tensão elegíaca. Há um poema do livro *Oráculos de Cabeceira* (2009) onde esta questão é tematizada com grande lucidez auto-interpretativa. Citemo-lo integralmente, porque ele é também um exemplo de excelência da poesia de Rui Pires Cabral: “As cidades

doem, estão dentro de nós/ mantidas por laços de fumo e desejo,/ têm muros úteis e portas escondidas/ que dão para a noite, como certos livros,/ e há amores que vivem a horas tardias// e outros que se cortam no fio da trama,/ queimam paus de incenso para abrir/ caminhos, remover obstáculos, há curvas/ e arcos, ecos desolados, quartos de ninguém./ As cidades cansam, estão nos nossos// dias, têm mil janelas de azul virtual/ que nunca sossegam e nunca terminam/ e há corpos que ensinam a temer a morte,/ sombras que circulam nas redes do escuro/ e homens que ferem para não chorar” (p. 283). Uma característica a merecer destaque: esta poesia urbana não está do lado da frase da prosa, como acontece na maior parte da poesia moderna que fez da cidade tema e cenário, mas do lado de um sentir que ganha a forma da empatia e faz emergir um discreto lirismo.

Entendamo-nos sobre o que significa, neste caso, essa palavra “empatia”, tão elástica na sua extensão semântica: significa uma partilha das emoções e um movimento de identificação com o outro que exige sentir-se a si mesmo. Ora, a poesia de Rui Pires Cabral tem um forte acento empático que se revela, por exemplo, na invocação de um “tu”, no facto de ter uma estrutura de endereço: “Agora dormes e acordas/ cada vez mais longe. Não sei porquê./ Julgo que tens sido fiel a uma certa noção/ de sofrimento. Os teus dias já nascem obrigados/ à noite que fundaste, São os corredores/ de uma misteriosa predestinação. Mas// e se o tempo fosse um erro teu, um erro/ de percepção? Anda daí. Estas avenidas/ não têm verdadeiramente outro propósito,/ foram escritas por capricho no grande livro de Deus (...)” (p. 139). Há, nesta poesia, uma questão importante que pode ser dita desta maneira: ela compreende e assevera a presença de um “tu” cúmplice. Não propriamente um interlocutor, que daria aos poemas um carácter dialógico, mas alguém quem se partilham sentimentos e caminhos, de tal modo que há um “nós” constantemente a emergir, mesmo quando não é explícito.

A modalidade do sentir a que chamámos empatia, associada a um insistente modo de enunciação que faz existir um “tu”, como se os poemas fossem, muitas vezes, uma fala íntima a dois, dá uma musicalidade muito especial a esta poesia. Não se trata da musicalização através da rima e dos aspectos prosódicos, mas daquela espécie de harmonia musical em que o emotivo se torna um fenómeno acústico, uma entoação. O sentido moderno de “estado de alma”, tendo adquirido um aspecto existencial, desenvolveu-se a partir de um sentido eminentemente musical que, na história literária, pode ser reconstruído como história semântica de uma ideia. A poesia de Rui Pires Cabral é, de todo os poetas da sua geração, talvez a mais musical. Mas a sua musicalidade advém de um entoação, de uma tonalidade afectiva, e não da incidência nos aspectos fonéticos e rítmicos do verso. E a música que deles se desprende é uma música triste. Na poesia de Rui Pires Cabral, a melancolia, a nostalgia, e até aquilo a que Baudelaire chamou spleen são tonalidades afectivas muito mais fáceis de identificar do que aquela, muito mais difícil de caracterizar, que identificamos como

tristeza. A sua poesia é triste, isto é, marcada pelo desencantamento, por um sentimento de desolação que não chega a ser desesperado: é uma tonalidade que tudo impregna, uma ferida que permanece constante e que se exprime como um sussurro ou quase uma ladainha. E este modo de sentir determina uma dicção (e, portanto, uma entoação) que se mantém com uma enorme homogeneidade dos primeiros aos últimos poemas. Podemos encontrar alguns momentos em que a “música” é mais apurada, mas pouco significativas, ou quase inexistentes, são as mudanças de tom. Porém, jamais esta poesia se torna fatigante e repetitiva. Tudo aquilo em que ela toca, por mais comum e familiar que seja, ganha uma qualidade de estranheza. Há uma resistência das coisas e dos lugares à apropriação, não há nenhuma morada própria nem apropriável, e todos os lugares são de passagem, de memória e de perda.



António Guerreiro, Suplemento “Ypsilon” do jornal *Público*, 10 de Julho de 2015

Notícias das Letras



Festival Literário Encontradouro

O Espaço Miguel Torga, em São Martinho de Anta, acolheu entre os dias 7 e 10 de Maio de 2015 a primeira edição do novo festival literário, *Encontradouro*, que homenageou Miguel Torga.

Este foi mais um importante passo dado na afirmação daquele Espaço como centro de excelência, dinamizador da cultura e das artes na região duriense e contou com a organização de Francisco Guedes, um nome já consagrado na organização de eventos literários, como as *Correntes d'Escritas*, na Póvoa de Varzim, e *Literatura em Viagem*, em Matosinhos.

Foi anunciada a presença dos escritores portugueses Eduardo Lourenço, José Carlos de Vasconcelos, Afonso Cruz, Valter Hugo Mãe, Jorge Sousa Braga, Maria Manuel Viana, Julieta Monginho, Fernando Pinto do Amaral, Ana Margarida de Carvalho, o francês Olivier Rolin, o uruguaio Mario Delgado Aparain, o espanhol José Manuel Fajardo, o cabo-verdiano Germano Almeida e a angolana Ana Paula Tavares.

Ao longo de quatro dias, o Espaço Miguel Torga foi palco de debates com escritores, lançamentos de livros, concertos, exposições e sessões de cinema.



Encontro de Escritores Trasmontanos e Alto-Durienses

Realizou-se no dia 25 de Abril de 2015, integrado nas comemorações municipais da data, o Encontro de Escritores Trasmontanos e Alto-Durienses, uma das acções que o Grémio Literário Vila-Realense tem levado a efeito com regularidade. Este ano o Encontro centrou-se na

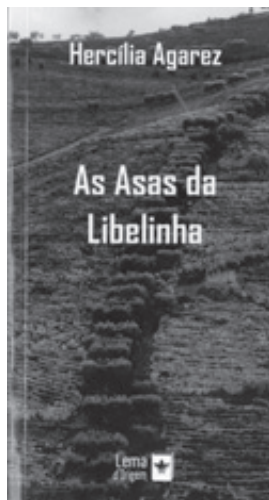
figura de Miguel Torga, a pretexto da passagem do 20.º aniversário da sua morte.

Participaram mais de três dezenas de escritores, que vêm nesta iniciativa uma fecunda oportunidade de convívio e troca de experiências.

Durante o Encontro foram homenageadas cinco livrarias da região, que se têm distinguido pelo seu apoio à literatura trasmontana e alto-duriense: Livraria Branco (Vila Real), Livraria Poética (Macedo de Cavaleiros), Livraria Rosa d'Ouro (Bragança), Livraria Traga-Mundos (Vila Real) e Tecliber – Livraria e Papelaria Nova Régua (Peso da Régua).

Do mesmo modo, foram homenageados três escritores presentes cuja estreia literária ocorreu há cinquenta ou mais anos: João Barroso da Fonte, José Dias Baptista e Nuno Nozelos.

Houve ainda lugar para uma intervenção do Prof. Doutor Arnaldo Saraiva, sobre as relações de Miguel Torga com o Brasil, um almoço de confraternização e uma visita ao Espaço Miguel Torga, em S. Martinho de Anta.



Hercília Agarez: Estreia na poesia

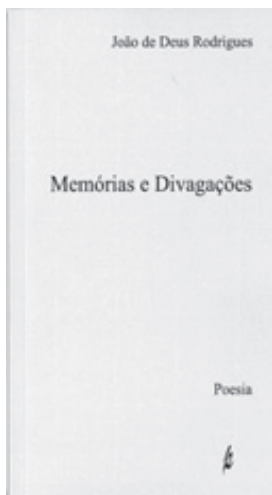
Depois de um livro de crónicas (*A brincar que o digas*, 2001), dois ensaios torguianos (*Miguel Torga, a força das raízes*, 2007, e *Dois homens num só rosto*, 2013), um livro de contos (*Histórias que o povo tece. Contos do Marão*, 2012) e a organização de duas antologias temáticas (uma delas, sobre a poesia feminina trasmontana, ainda no prelo), Hercília Agarez (Vila Real, 1944) acaba de publicar o seu primeiro livro de poesia, *As asas da libelinha*, na Lema d'Origem.

Trata-se de mais de duas centenas de poemas muito curtos, na tradição do *haiku* japonês, por excelência a forma poética da leveza e do efêmero. É o caso deste: «Amendoeiras em flor,/ neve da Terra Quente,/ festival etéreo.» (p. 57)

Contudo, muitas vezes esses haikus transformam-se em verdadeiros aforismos em que o tom lírico dá lugar a um tom irónico, não raro sarcástico: «Quando têm fome/ perdem a empáfia/ os flamingos.» (p. 69)

Outras vezes os poemas são como que uma mistura das duas coisas, suavemente magoados como este: «Não contes comigo, Letes./ Nessa viagem/ fica-me o Douro mais perto.» (p. 133)

O livro foi apresentado no dia 28 de Maio de 2015, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Júlio Teixeira. Apresentou o poeta e contista António Fortuna.



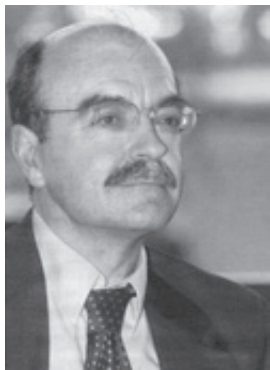
João de Deus Rodrigues: *Memórias e Divagações*

João de Deus Rodrigues (Moraes, Macedo de Cavaleiros, 1949), autor de trabalhos monográficos, contos e poemas, acaba de publicar, na pequena mas combativa editora macedense Poética, um livro de poesia a que chamou *Memórias e divagações*.

O livro, algo heterogêneo nos temas abordados, caustica alguns aspectos desumanos do mundo actual, mas celebra também o mundo rural que viu nascer o autor.

A terminar o prefácio, da autoria de A. M. Pires Cabral, lê-se: «*Memórias e divagações*, não obstante um certo tom brincado e uma certa ironia que o percorrem de lés-a-lés, é no fundo um livro de vigoroso protesto. Protesto — simultaneamente uma contestação das contradições e desconcertos do mundo e um comovido *requiem* pela vida rural, que morre justamente porque o mundo está desconcertado, à mercê das grandes rodas dentadas da finança — é o traço-de-união que liga as memórias com as divagações.»

O livro foi apresentado em Lisboa, na Livraria Ferin, no dia 29 de Maio de 2015.



Ernesto Rodrigues homenageado na sua terra natal

O escritor e professor universitário Ernesto Rodrigues, natural de Torre de Dona Chama, Mirandela, foi homenageado no âmbito das comemorações do 26.º aniversário da elevação daquela povoação a vila e do 728.º aniversário do primeiro foral concedido à mesma por D. Dinis, que tiveram lugar em 27 e 28 de Junho de 2015.

Recordamos que a Academia de Letras de Trás-os-Montes tinha assinalado, em 13 de Dezembro de 2014, os quarenta anos de vida literária do escritor, com um vasto

e significativo programa. E também que a Assembleia Municipal de Mirandela aprovou, na sua sessão de 27 de Fevereiro de 2015, um voto de reconhecimento e louvor a Ernesto Rodrigues, pela extensão e qualidade da sua obra.

Durante o programa das comemorações, foi anunciada oficialmente a abertura do Prémio de Conto Nuno Nozelos, instituído pela Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama.



Tellus 62

Foi apresentado no dia 25 de Junho de 2015, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Júlio Teixeira, o número 62 da Revista *Tellus*, do Grémio Literário Vila-Realense.

O número inclui colaboração de Ângelo Sequeira, António Adérito Alves Conde, Armando Palavras, José Alves Ribeiro, Maria da Assunção Morais Monteiro, Maria Hercília Agarez e Maria Olinda Rodrigues Santana. Inclui também as habituais secções “Quintal Literário”, “Registo” e “Notícias das Letras”. Os interessados podem consultar *on line*, na página do Grémio Literário Vila-Realense (gremio.cm-vilareal.pt), na rubrica “Publicações”, a totalidade dos artigos publicados.

No programa, houve também a apresentação de uma reedição de postais antigos de Vila Real e a abertura de uma exposição intitulada “Chico Costa, cronista”.

O próximo número da Revista sairá em 15 de Outubro de 2015.



Vila Real alegre

Depois de um livro de versos (*Desassossegos*, Maronesa, 2015), Ribeiro Aires volta a um campo que lhe é muito familiar e querido: a investigação e divulgação de elementos da história da comunidade. Desta vez, ainda com a chancela da Maronesa, editora vila-realense, o Autor apresenta-nos *Vila Real alegre. O S. João. A feira de S. Pedro*.

É uma espécie de roteiro destas duas festividades populares, de longa tradição em Vila Real. Nela são focados aspectos interessantes, como a origem, geografia

e simbolismos das festas, assim como as tradições mais arreigadas a elas, não apenas em Vila Real mas também no resto do país.

A nossa Feira dos Pucarinhos é objecto de um capítulo próprio. O mesmo se diga das projecções literárias das festas populares.

A historiografia local, que tanta e tão devotada atenção tem merecido a um punhado de incansáveis investigadores, como Ribeiro Aires, Elísio Amaral Neves e outros, fica mais rica com esta publicação.



Diário de Guerra de Pina de Moraes

João Pina de Moraes (Valdigem, Lamego, 1889 – Foz do Douro, 1953) é um dos maiores escritores durienses, infelizmente pouco lembrado nos dias que correm, não obstante o seu livro de contos *Sangue plebeu* (1942) ser uma verdadeira obra-prima.

Militar de carreira, integrou como jovem oficial do Regimento de Infantaria 13 o Corpo Expedicionário Português, que se bateu na Flandres, na I Grande Guerra. Dessa experiência resultou a redacção de um diário, em que vai aludindo ao que acontece nas trincheiras, mas que é simultaneamente uma ininterrupta declaração de amor à sua futura esposa, Lúcia Monteiro (irmã do escritor Domingos Monteiro).

Coube a João Luís Sequeira Rodrigues a tarefa de editar, com a chancela da Âncora Editora e sob o título de *A quem encontrar este livro...*, este documento que nos mostra, ainda mais do que os seus contos, a face humana do escritor.

João Luís Sequeira Rodrigues, actual director do Espaço Miguel Torga, em S. Martinho de Anta, tem dedicado uma desvelada atenção à figura e obra de Pina de Moraes, traduzida em obras como *João Pina de Moraes: Vida, pensamento e obra*; *Pina de Moraes – Crónicas no Jornal de Notícias*; e *Viajar com... Pina de Moraes*.

Vítor Nogueira: Romance de estreia

A obra poética de Vítor Nogueira tem conhecido uma recepção muito lisonjeira por parte da crítica, que saúda



a excelente qualidade de livros como *Senhor Gouveia* (2006), *Bagagem de mão* (2007), *Comércio tradicional* (2008), *Mar largo* (2009), *Quem diremos nós que viva* (2010), *Modo fácil de copiar uma cidade* (2011) e *Segunda voz* (2014) — qualquer um deles solidamente estruturado em ordem a determinado tema, o que lhe confere uma consistência invulgar e constitui uma das imagens de marca da produção poética do autor.

É agora a vez de Vítor Nogueira se estrear na ficção, com o romance *Amanhã logo se vê* (Averno, 2015). O autor constrói um romance sobre a inocência (no sentido ‘policial’ do termo) posta em causa pelas aparências, em dois tempos: primeiro, a inocência que demora a ser reconhecida; depois a inocência punida com a morte. Referências à emigração para o Brasil, à perseguição aos judeus na Alemanha nazi e à exploração do volfrâmio ajudam a dar densidade histórica à obra, cuja acção central decorre aliás nos nossos dias e na nossa região.

Fluência narrativa, linguagem cinematográfica (com abundante recurso à técnica do *Leitmotiv*), pendor reflexivo, escrita moderna e algum ácido humor são características que fazem deste romance uma leitura a recomendar.



Faleceu Bento da Cruz

Faleceu no Porto, no passado dia 26 de Agosto de 2015, o escritor Bento da Cruz, seguramente um dos valores mais sólidos da literatura trasmontana. Nascido em 1925 em Peirezes, Montalegre, médico de profissão e director do jornal *Correio do Planalto*, deixa uma obra extraordinariamente consistente, sobretudo no campo da ficção (conto e romance), mas também no da crónica e do estudo histórico e etnográfico.

Obras como *A Fárria*, *Planalto em chamas*, *Ao longo da Fronteira*, *As filhas de Loth*, *Contos de Gostofrio e Lamalonga*, *O Lobo Guerrilheiro*, *O Retábulo das Virgens Loucas*, *Histórias de Lana-Caprina* e *Histórias da vermelhinha* caracterizam-se por uma notável riqueza linguística, por uma sábia técnica narrativa e por um humor que se assume muitas vezes como picaresco, um pouco à

maneira de mestre Aquilino Ribeiro. Nelas, tal como nas crónicas dos três volumes dos Prolegómenos, ganham voz e visibilidade as gentes e a cultura da sua região natal (Barroso), que entranhadamente amava.

O Grémio Literário Vila-Realense tinha nele um grande amigo e um excelente colaborador.

Bento da Cruz foi a sepultar no dia 27 na sua aldeia. Onde melhor?



Antologia de Autoras Transmontanas

Numa frutuosa parceria entre a Academia de Letras de Trás-os-Montes e a Âncora Editora, saiu recentemente a lume um grosso volume intitulado *Por longos dias, longos anos, fui silêncio* (*Uma breve antologia de autoras transmontanas*), organizado por Hercília Agarez e Isabel Alves, e apresentado em Bragança em 5 de Junho passado.

Nesta obra notável são recolhidas as vozes de quase três dezenas de escritoras trasmontanas, nas áreas da poesia, da ficção, do memorialismo/diariismo e do ensaio. No final são apresentados dados biobibliográficos das autoras incluídas. Na capa, um belo desenho em técnica mista de Graça Morais.

Pode constituir surpresa o número de vozes femininas recenseadas nesta antologia, revelador da pujança da escrita feminina trasmontano-duriense.

O título da colectânea (retirado de um poema de Adelaide Monteiro) parece-nos particularmente feliz, porque remete para uma certa condição feminina em busca de superação — superação que de alguma forma esta publicação favorece.

Este é o segundo trabalho de Hercília Agarez e Isabel Alves no campo da organização de antologias. Esperamos que não seja o último, a bem da divulgação da nossa literatura.

Espólio de Saudade, de Donzília Martins

Donzília Martins, natural de Murça, mas residente em Paredes, não esquece a sua terra natal, e dedica-lhe, neste *Espólio de saudade*, dado a lume em 2015 pela editora Lugar da Palavra, um conjunto de textos que a evocam tal



como era em tempos idos, ou talvez antes como a autora a vê à distância de tantas décadas.

É um livro heterogêneo, que reúne textos em poesia e em prosa, todos eles repassados de nostalgia. Como se o título não bastasse para identificar o tônus da obra, lê-se numa espécie de epígrafe: «Como Ulisses [...] vou ao encontro da minha humanidade nesta viagem de regresso a casa.» Com efeito, é a ideia de regresso, enquanto ansiedade de recuperar o tempo que passou, a principal linha de força do livro.

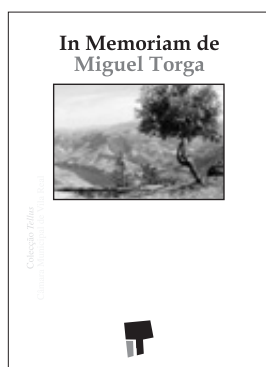
Publicações do Grémio Literário Vila-Realense

No ano de 2015 o Grémio Literário Vila-Realense publicou os seguintes títulos:



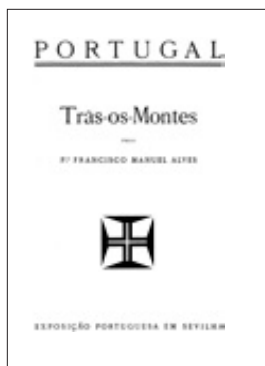
Tellus – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense, N.º 62.

Colaboração de Ângelo Sequeira, António Adérito Alves Conde, Armando Palavras, José Alves Ribeiro, Maria da Assunção Morais Monteiro, Maria Hercília Agarez, Maria Olinda Santana, A. M. Pires Cabral.

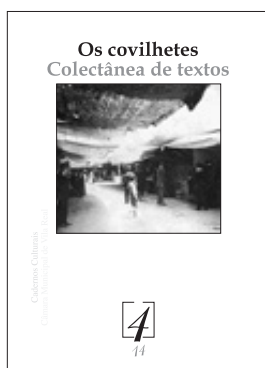


In Memoriam de Miguel Torga.

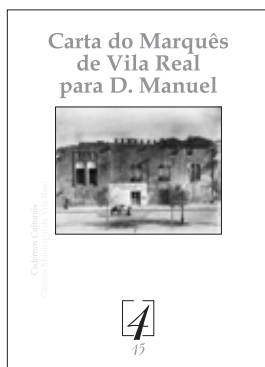
Organização de A. M. Pires Cabral.
Coleção Tellus, n.º 31.



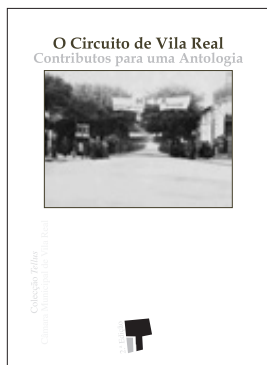
Portugal: Trás-os-Montes, pelo P.e Francisco Manuel Alves, edição fac-similada.
Cadernos Culturais, IV Série, n.º 13.



Os covilhetes — Colectânea de textos.
Seleção de textos, organização e prefácio de Elísio Amaral Neves.
Cadernos Culturais, IV Série, n.º 14.



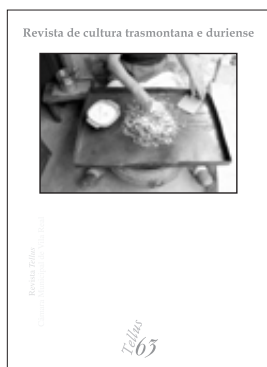
Carta do Marquês de Vila Real para D. Manuel.
Introdução, notas e actualização da grafia por Maria José Mexia Bigotte Chorão.
Cadernos Culturais, IV Série, n.º 15.



O Circuito de Vila Real — Contributos para uma Antologia, 2.ª edição.

Seleção de textos, organização e prefácio de Elísio Amaral Neves.

Colecção Tellus, n.º 29.



Tellus – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense, N.º 63.

Colaboração de A. M. Pires Cabral, António Adérito Alves Conde, Antonio Rodríguez Colmenero, Lois Ladra.

Sumário

• Artur Botelho e Guerra Junqueiro	
<i>A. M. Pires Cabral</i>	5
• A festa e o culto a Santo Isidro (Abambres, Vila Real).	
Um património imaterial (Parte II)	
<i>António Adérito Alves Conde</i>	16
• Monumentos erixidos a Augusto á beira dos dous ríos sagrados	
Douro e Tâmega	
<i>Antonio Rodríguez Colmenero</i>	31
• Notas de etnologia culinária e Património Cultural Imaterial	
no Vale do Tua: as amêndoas cobertas de Santa Eugénia (Alijó)	
<i>Lois Ladra</i>	60
• Quintal Literário	
<i>A. M. Pires Cabral</i>	72
• Registo	74
• Notícias das Letras	77
• Publicações do Grémio Literário Vila-Realense	85